

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Suane Pastoriza Faraj

**PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES
SEGUROS NA VERSÃO REMOTA: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E
AVALIAÇÃO**

**Santa Maria, RS
2021**

Suane Pastoriza Faraj

**PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA
VERSÃO REMOTA: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E AVALIAÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Psicologia.**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Aline Cardoso Siqueira

**Santa Maria, RS
2021**

FARAJ, Suane Pastoriza
PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES
SEGUROS NA VERSÃO REMOTA: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E
AVALIAÇÃO / Suane Pastoriza FARAJ.- 2021.
193 p.; 30 cm

Orientadora: Profª. Drª. Aline Cardoso Siqueira
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2021

1. : Violência contra a criança 2. Intervenção 3.
Programa ACT 4. Prevenção da violência 5. Avaliação de
Programa. I. Cardoso Siqueira, Profª. Drª. Aline II.
Titulo.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, SUANE PASTORIZA FARAJ, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Suane Pastoriza Faraj

**PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA
VERSÃO REMOTA: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E AVALIAÇÃO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Psicologia**.

Aprovada por videoconferência em 23 de agosto de 2021

Aline Cardoso Siqueira, Dra. (UFSM)

(Orientadora)

Gabriela Isabel Reyes Ormeno, Dra. (UFPR)

Lirene Finkler, Dra. (UFSM)

Luciana Barbalho Pontes, Dra. (UEPA)

Simone dos Santos Paludo, Dra. (FURG)

Santa Maria, RS

2021



Ministério da Educação
 Universidade Federal de Santa Maria
 Coordenação do Programa/Curso de PG - Psicologia - Doutorado Acadêmico

ATA DE DEFESA - PROCESSO Nº 23081.061192/2021-14

Ao vinte e três dias do mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, no(a) AMBIENTE VIRTUAL GOOGLE MEET, realizou-se a prova de Defesa de Tese, intitulada **ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA VERSÃO REMOTA**, de autoria do(a) Candidato(a) **SUANE PASTORIZA FARAJ (201960176)**, aluno(a) do Programa de PG - Psicologia - Doutorado Acadêmico, em nível de Doutorado. A Comissão Examinadora esteve constituída pelos professores: ALINE CARDOSO SIQUEIRA Presidente, GABRIELA ISABEL REYES ORMENO, LIRENE FINKLER, LUCIANA BARBALHO PONTES e SIMONE DOS SANTOS PALUDO. Concluídos os trabalhos de apresentação e arguição, o(a) candidato(a) foi **APROVADA** pela Comissão Examinadora. Foi concedido um prazo de **60** dias, para o(a) candidato(a) efetuar as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e apresentar o trabalho em sua redação definitiva, sob pena de não expedição do Diploma. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

ALINE CARDOSO SIQUEIRA

GABRIELA ISABEL REYES ORMENO

LIRENE FINKLER

LUCIANA BARBALHO PONTES

SIMONE DOS SANTOS PALUDO

() Por sugestão da Comissão Examinadora, o novo título passa a ser:

PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTE SEGURO NO AMBIENTE REMOTO: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E AVALIAÇÃO

() Declaração:

Os membros da banca participaram por videoconferência devido à pandemia COVID-19.

À PRPGP

Certifico que o candidato cumpriu com as exigências da Comissão Examinadora e do Regimento Interno dos Programas de Pós-Graduação da UFSM.

Em ___/___/___


Coordenador:

Ao DERCA

Para emissão do Certificado/Diploma.

Em ___/___/___

Pró-Reitor:

NUP: 23081.068911/2021-10		Prioridade: Normal
Homologação de ata de banca de defesa de pós-graduação 134.332 - Bancas examinadoras: indicação e atuação		
COMPONENTE		
Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Ata de defesa de dissertação/tese (134.332)	ataDefesa_1070_SUANE.pdf
Assinaturas		
25/08/2021 16:49:45 Luciana Barbalho Pontes (Pessoa Física) Usuário Externo (932.***.***-**)		
26/08/2021 07:31:17 LIRENE FINKLER (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 06.41.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - DPSI		
26/08/2021 08:52:23 ALINE CARDOSO SIQUEIRA (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR) 06.41.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA - DPSI		
26/08/2021 19:01:01 Simone dos Santos Paludo (Pessoa Física) Usuário Externo (948.***.***-**)		
29/09/2021 11:28:50 Gabriela Reyes Ormeno (Pessoa Física) Usuário Externo (214.***.***-**)		
Código Verificador: 808785 Código CRC: e31162c6 Consulta em: https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html		

AGRADECIMENTO

Em especial, à minha vó Zilma de Castro Pastoriza, que este ano partiu, mas que deixou em mim sua alegria, seu encanto pela vida, muito afeto e cuidado com o outro. A pessoa mais doce e encantadora que conheci, que sempre esteve comigo e que me ensinou muito, mas principalmente amar, cuidar, proteger, ter fé e sonhar. Tenho certeza que estará sempre comigo, torcendo por mim e vibrando com as minhas conquistas. Vozinha, você é a minha referência.

À minha orientadora, professora doutora Aline Cardoso Siqueira, que vem me possibilitando desenvolvimento e crescimento profissional. Que sempre esteve ao meu lado, acreditando e confiando no meu trabalho e compartilhando seus conhecimentos. Obrigado pelas escutas, pelos diálogos, pela confiança, pelas orientações, pelo respeito, pelo acolhimento, pelo cuidado e pelo carinho. Você é minha inspiração.

Aos meus filhos, Isabelle Faraj Olszewski e Lucas Faraj Olszewski, que me encantam e me ensinam o significado da existência. Vocês me impulsionaram para buscar o conhecimento. Amo vocês!

À minha família, principalmente aos meus pais, Sud Maria Inês de Castro Pastoriza e Anwar Abi Faraj, que me ensinaram a importância do estudo, me apoiaram nas minhas escolhas e contribuíram para a realização das mesmas.

À minha irmã gêmea, Sura Pastoriza Faraj e a minha amiga irmã Paloma Lago, que em todos os momentos sempre estiveram comigo, escutando, apoiando e incentivando.

Aos membros do Núcleo de Ações e Pesquisas em Saúde (NAPS). Obrigado pelo acolhimento, pelo companheirismo e pelo aprendizado.

À Andriéli Brizola Machado, à Etiele Moraes Carvalho, à Fabiana Guarcia e à Isadora Santos Amaral, que contribuíram com a pesquisa, com muito comprometimento e responsabilidade. Obrigada pelo companheirismo e dedicação.

Aos professores da Banca de Qualificação e de Defesa, que contribuíram imensamente com o estudo.

À profissional master trainer, que capacitou o grupo de pesquisa para aplicação do Programa ACT e as juízas especialistas que avaliaram as adaptações do Programa ACT para a versão remota. Obrigada por contribuir com/para a realização da intervenção e adaptação, e compartilharem suas experiências.

Às mães e cuidadoras, que participaram da implementação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, na versão remota. Obrigada por aceitarem a proposta e compartilharem suas experiências e pensarem nas suas práticas educativas, em prol da saúde e desenvolvimento das crianças.

RESUMO

PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA VERSÃO REMOTA: ADAPTAÇÃO, VIABILIDADE E AVALIAÇÃO

AUTORA: Suane Pastoriza Faraj

ORIENTADORA: Aline Cardoso Siqueira

Esta tese visou adaptar, implementar, avaliar a viabilidade e os efeitos do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota, em âmbito nacional. Para responder a este objetivo, quatro estudos foram realizados, por meio de diversos delineamentos metodológicos. No primeiro estudo, foi realizado o processo de adaptação do Programa ACT para a versão remota. Este foi constituído por quatro etapas: (1) elaboração do roteiro com as adaptações, (2) avaliação da proposta por seis juízes especialistas; (3) realização de modificações, e; (4) integração dos resultados. As adaptações foram consideradas adequadas, sendo realizadas modificações das atividades por meio de plataformas digitais. Na versão remota do Programa ACT, é possível incluir pais/cuidadores de diferentes locais do Brasil, ampliando a prevenção da violência contra a criança. O segundo estudo, de abordagem qualitativa, objetivou compreender as expectativas de mães/cuidadoras sobre a participação no Programa ACT na versão remota. Também visou identificar a percepção das participantes sobre educar uma criança em um ambiente seguro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 mães/cuidadoras. Os resultados indicaram diferentes expectativas na participação do Programa ACT: adquirir novos conhecimentos, aprimorar as habilidades parentais; trocar experiências; receber auxílio no momento da pandemia do COVID-19; possibilitar para a criança um desenvolvimento saudável. Para as mães/cuidadoras educar a criança em um ambiente seguro estava relacionado a promover educação, saúde, lazer, cuidado, afeto e proteger de situações de violência. Torna-se importante oferecer programas parentais, em especial, em momentos adversos. O terceiro estudo avaliou a viabilidade do Programa ACT na versão remota, nos seguintes critérios: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador, compreensão dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador, efeitos do programa entre o pré e pós-teste. Participaram 12 mães/cuidadoras de crianças. Os instrumentos utilizados foram: diário de campo, questionários de avaliação do Programa ACT e ficha de avaliação dos observadores. Os resultados evidenciaram alta demanda e adesão dos participantes, satisfação com o programa e a facilitadora, aumento nas médias do pré para pós-teste, nas quatro dimensões: estilos parentais, meios de comunicação, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais. O quarto estudo, de delineamento misto, avaliou a experiência, a aprendizagem e o impacto da intervenção em grupo de mães e cuidadoras, em três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva. Os dados foram coletados a partir dos questionários do Programa ACT (pré e pós-teste), entrevistas semiestruturadas, diário de campo e grupo focal de follow up. Os resultados indicaram uma experiência satisfatória das participantes em relação a intervenção, aprendizado acerca dos temas abordados; e, impacto positivo no grupo, por meio da melhora nos três domínios, sendo significativa a melhora na regulação emocional e comportamental. A realização dos quatro estudos permitiu alcançar o objetivo da tese, por meio de uma abordagem ampliada do fenômeno, permitindo reunir argumentos teóricos e evidências empíricas para defender que a aplicação do Programa ACT na versão remota é viável e apresenta aprendizados e impactos significativos em grupo de mães/cuidadoras de crianças, promovendo a promoção de práticas educativas positivas e a prevenção da violência contra a criança.

Palavras-chave: Violência contra a criança; Intervenção; Programa ACT; Prevenção da violência; Avaliação de Programa.

ABSTRACT

ACT PROGRAM FOR EDUCATING CHILDREN IN SAFE ENVIRONMENTS IN THE REMOTE VERSION: ADAPTATION, FEASIBILITY AND EVALUATION

AUTHOR: Suane Pastoriza Faraj

ADVISOR: Aline Cardoso Siqueira

This thesis aimed to adapt, implement, and evaluate the feasibility and effects of the remote version of the ACT Raising Safe Kids Program nationwide. To answer this objective, four studies have been conducted by using different methodological outlines. In the first study, the process of adapting the ACT Program to a remote model was carried out. There were four stages: (1) elaboration of the script with the adjustments; (2) evaluation of the proposal by six expert judges; (3) modifications; and (4) integration of the results. The adaptations were considered adequate, with adaptations of activities being carried out through digital platforms. In the remote version of the ACT Program, it is possible to include parents/caregivers from different places in Brazil, expanding the prevention of violence against children. The second study, with a qualitative approach, aimed to understand the expectations of mothers/caregivers about participation in the ACT Program in its remote model. It also aimed to identify the participants' perception of raising a child in a safe environment. Semi-structured interviews were carried out with 12 mothers/caregivers. The results indicated different expectations regarding the participation in the ACT Program: acquiring new knowledge, improving parenting skills, exchanging experiences, receiving support during the COVID-19 pandemic, and enabling the child a healthy development. For the mothers/caregivers, educating the child in a safe environment was related to promoting education, health, leisure, care, affection, and violence protection. It is important to offer parenting programs, especially in adverse times. The third study analyzed the availability of the remote version of the ACT Program, based on the following criteria: demand, acceptability, adherence, facilitator evaluation, understanding of the content, satisfaction with the program, and satisfaction with the facilitator, as effects of the program from pre-test to post-test. Eleven mothers/caregivers of children participated in this study. The instruments used were: field diary, evaluation questionnaires from the ACT Program and observers' evaluation form. The results showed high demand and adherence of the participants, satisfaction with the program, satisfaction with the facilitator as well as increased averages from pre-test to post-test in the four dimensions: parenting styles, means of communication, child development and parental behavior. The fourth study, with a mixed method, analyzed the experience, learning and impact of the intervention in a group of mothers and caregivers in three domains: emotion regulation, communication, and positive discipline. Data were collected from the ACT Program questionnaires (pre and post-test), semi-structured interviews, field diary and follow-up focus group. The results indicated a satisfactory experience of the participants regarding intervention, learning about the topics addressed, and a positive impact on the group through improvement in the three domains, with significant improvement in emotional and behavioral regulation. The conclusion of the four studies allowed the objective of the thesis to be achieved, through a wider approach to the phenomenon, which permitted the collection of theoretical arguments and empirical evidence to advocate that the application of the ACT Program in its remote model is viable and presents both significant learning and impacts in groups of mothers/caregivers of children, thus fostering the promotion of positive educational practices and the prevention of violence against children.

Keywords: Violence against children; Intervention; ACT Program; Violence prevention; Program Evaluation.

RESUMEN

PROGRAMA DE ACTUACIÓN PARA EDUCAR A LOS NIÑOS EN ENTORNOS SEGUROS EN VERSIÓN REMOTA: ADAPTACIÓN, VIABILIDAD Y EVALUACIÓN

AUTOR: Suane Pastoriza Faraj

SUPERVISOR: Aline Cardoso Siqueira

Esta tesis tuvo el objetivo de adaptar, implementar, evaluar la viabilidad y los efectos del Programa de ACT para Educar Niños en Ambientes Seguros en la versión remota, en ámbito nacional. Para responder a este objetivo, cuatro estudios fueron realizados, por medio de diversas delineaciones metodológicas. En el primer estudio, fue realizado el proceso de adaptación del Programa de ACT para la versión remota. Este fue constituido por cuatro etapas: (1) elaboración del guion con las adaptaciones; (2) evaluación de la propuesta por seis jueces especialistas; (3) realización de modificaciones; y (4) integración de los resultados. Las adaptaciones fueron consideradas adecuadas, siendo realizadas modificaciones de las actividades por medio de plataformas digitales. En la versión remota del Programa de ACT, es posible incluir padres/cuidadores de diferentes lugares de Brasil, ampliando la prevención de la violencia contra el niño. El segundo estudio, de abordaje cualitativo, pretendió comprender las expectativas de madres/cuidadoras sobre la participación en el Programa de ACT en la versión remota. También se propuso identificar la percepción de las participantes sobre educar a un niño en un ambiente seguro. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas con 12 madres/cuidadoras. Los resultados señalaron diferentes expectativas en la participación del Programa de ACT: adquirir nuevos conocimientos, perfeccionar las habilidades parentales, intercambiar experiencias, recibir auxilio en el momento de la pandemia de COVID-19, posibilitar al niño un desarrollo saludable. Para las madres/cuidadoras, educar al niño en un ambiente seguro estaba relacionado a promover educación, salud, ocio, cuidado, afecto y proteger de situaciones de violencia. Se torna importante ofrecer programas parentales, en especial, en momentos adversos. El tercer estudio evaluó la viabilidad del Programa de ACT en la versión remota, en los siguientes criterios: demanda, aceptabilidad, adhesión, evaluación del facilitador, comprensión de los contenidos, satisfacción con el programa y con el facilitador, efectos del programa entre las pruebas previa y posterior. Participaron 11 madres/cuidadoras de niños. Los instrumentos utilizados fueron: diario de campo, cuestionarios de evaluación del Programa de ACT y ficha de evaluación de los observadores. Los resultados evidenciaron alta demanda y adhesión de los participantes, satisfacción con el programa y la facilitadora, aumento en las medias de la prueba previa para la posterior, en las cuatro dimensiones: estilos parentales, medios de comunicación, desarrollo infantil y comportamiento de los padres. El cuarto estudio, de delineación mixta, evaluó la experiencia, el aprendizaje y el impacto de la intervención en grupo de madres y cuidadoras, en tres dominios: regulación emocional, comunicación y disciplina positiva. Los datos fueron recolectados a partir de los cuestionarios del Programa de ACT (pruebas previa y posterior), entrevistas semiestructuradas, diario de campo y grupo focal de seguimiento. Los resultados señalaron una experiencia satisfactoria de las participantes en relación con la intervención, aprendizaje acerca de los temas abordados e impacto positivo en el grupo, por medio de la mejoría en los tres dominios, siendo significativa la mejoría en la regulación emocional y conductual. La realización de los cuatro estudios permitió alcanzar el objetivo de la tesis, por medio de un abordaje ampliado del fenómeno, permitiendo reunir argumentos teóricos y evidencias empíricas para defender que la aplicación del Programa de ACT en la versión remota es viable y presenta aprendizajes e impactos significativos en grupo de madres/cuidadoras de niños, fomentando la promoción de prácticas educativas positivas y la prevención de la violencia contra el niño.

Palabras clave: Violencia contra el niño; Intervención; Programa de ACT; Prevención de la violencia; Programa de Evaluación.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média e desvio padrão nos três níveis do ACT no pré e pós-teste	142
--	-----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO 1 - ADAPTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA PARA VERSÃO REMOTA¹	28
3 CAPÍTULO 2 - EXPECTATIVAS DE MÃES/CUIDADORAS SOBRE PARTICIPAÇÃO EM UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA²	61
4 CAPÍTULO 3 - PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA VERSÃO REMOTA: UM ESTUDO DE VIABILIDADE³	92
5 CAPÍTULO 4 - PROGRAMA ACT NA VERSÃO REMOTA: EXPERIÊNCIA, APRENDIZADOS E IMPACTOS EM GRUPO DE MÃES E CUIDADORAS⁴	122
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
APÊNDICE	163
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ADAPTAÇÃO.....	163
APÊNDICE B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – JUÍZES	181
APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	183
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	184
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS E CUIDADORES.....	186
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	189
ANEXOS	190
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	190

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a criança é um fenômeno histórico-social presente na trajetória da humanidade. Representa toda forma de agressão física, emocional, sexual e negligência que resulta em um dano possível ou real para a saúde, desenvolvimento ou sobrevivência da criança (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 1999).

Há décadas, a violência contra a criança se constitui como um problema mundial de saúde pública, devido aos altos índices na população e aos danos que causa na saúde dos sujeitos (KRUG, et al., 2002). De acordo com o relatório do Status Global sobre Prevenção da Violência contra Crianças (2020), que mapeou o fenômeno em 155 países, quase a metade da população infantil no mundo sofre violência regularmente, devido em especial, a carência de implementação de estratégias de proteção à população.

Os dados científicos, no âmbito nacional, a respeito da violência envolvendo crianças são bastante significativos no decorrer dos anos. O estudo de Assis, et al. (2012), a partir dos registros do SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (VIVA Contínuo), evidenciou que no Brasil, em 2010, foram registradas 12.473 notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra as crianças de até 10 anos de idade, sendo 1.797 notificações envolvendo crianças menores de um ano e 10.682 com idades entre um e nove anos. Quanto à notificação de violência contra as crianças de zero a um ano, o estudo apontou que a negligência/abandono se destacou nos registros com 63,2% das notificações, seguida pela violência física com 28%. Já entre as crianças de um e nove anos, a violência sexual foi a mais notificada, com 41,7%, seguida da violência física com 32,5% e negligência/abandono com 30,5%.

Em relação aos meios de agressão mais registrados contra as crianças menores de um ano, a força corporal/espancamento predominou (16,4%). Nas crianças, entre um e nove anos também predominou o uso da força corporal/espancamento (24,9%), seguido de ameaças (14,7%), lesões decorrentes de substâncias/objetos quentes (2,9%), envenenamentos (2,7%), objetos contundentes (2,1%) e perfuro-cortantes (2,1%), armas de fogo (0,8%) e enforcamento (0,4%). A pesquisa também constatou que, independentemente da idade da criança, os principais agressores das situações de violência foram os pais e a residência da criança envolveu o maior número de registros.

Outro levantamento a respeito da violência notificada no VIVA/SINAN averiguou, no ano de 2011, 17.900 notificações de violência envolvendo crianças entre zero e nove anos de idade. A pesquisa evidenciou que 33% das notificações envolviam as crianças de zero a um ano, 35,8% entre dois a cinco anos e 31,2% entre seis a nove anos. No que se refere ao tipo de violência, foi observado maior número de registros de negligência (47,5%), seguida de violência física (38,5%), sexual (37%) e psicológica/moral (25,2%). Assim como o estudo de Assis, et al. (2012), foi identificado que o maior número de situações de violência ocorreu na residência da criança (73,6%) e os pais foram os principais agressores (51,5%), sendo expressivo o consumo de álcool pelo autor da agressão (RATES, et al., 2015).

A pesquisa de Malta, et al. (2017), que analisou os dados do inquérito Vigilância de Violências e Acidentes no ano de 2014, em 86 serviços sentinelas de urgência, localizados no Distrito Federal e 24 capitais brasileiras, evidenciou que a negligência foi o tipo de violência mais registrada contra as crianças de zero a cinco anos; e, a violência física contra crianças de seis a nove anos. O estudo apontou que os principais agressores de crianças de zero a cinco anos foram os pais e nas situações envolvendo crianças de seis a nove anos, foram conhecidos e amigos. Assinalou, também, que o local da ocorrência da violência mais registrado foi a residência da criança.

Na mesma perspectiva, Ferreira, Côrtes e Gontijo (2019) encontraram resultados semelhantes, a partir da análise de 98 processos da Vara da Infância e Juventude envolvendo 179 crianças e 121 agressores, em um município de médio porte. Os autores constataram que a negligência/abandono (62%) e a violência física (30%) estavam presentes na maior parte dos processos judiciais. O estudo apontou que 56% das crianças tinham até cinco anos de idade e 44% entre seis e 12 anos. A mãe foi a principal autora das agressões notificadas. Em relação às famílias, o estudo mostrou que 74% tinham renda igual ou inferior a um salário mínimo e a maioria das famílias (70%) era composta por três ou mais moradores. Os dados apontaram que a intervenção judicial possibilitou que 93% dos casos de violência fossem interrompidos até dois anos.

No âmbito nacional, o relatório do disque 110, que é a principal sistematização de dados estatísticos de denúncias de violência no Brasil, apontou que no ano de 2019, 55% (86.837) das denúncias eram referentes à criança e ao adolescente, sendo considerados o grupo mais vulnerável no país. Desses registros, 38% foram referentes a situações de negligência, 23% de violência psicológica, 21% de violência física, 11% de violência sexual, 3% de violência institucional e 1% outros. A respeito da relação do suspeito com a vítima, os dados

evidenciaram que 40% dos agressores eram a mãe e 18% o pai da criança. Quanto ao local da violência, 52 % das notificações eram referentes à residência da criança (SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS, 2020).

No ano de 2020, com o surgimento da pandemia causada pelo novo Coronavírus, o aumento da violência contra a criança e ao adolescente vem sendo evidenciado em diferentes países. Na França, as denúncias de violência tiveram um aumento de 30%; na China, os registros triplicaram e, no Brasil, estimou-se um aumento de 50% dos casos (CAMPBELL, 2020). As Instituições que constituem a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente destacaram o aumento dos casos de violência e a probabilidade da diminuição da visibilidade do fenômeno devido as recomendações instituídas para controlar o avanço da pandemia, entre elas, o distanciamento e isolamento social, o fechamento das escolas, a redução da jornada de trabalho dos serviços de proteção (MARQUES, et al., 2020).

Embora sejam publicados relatórios e estudos científicos que retratam os dados epidemiológicos a respeito do fenômeno ao longo dos anos, é importante considerar que existe uma subnotificação da violência (ASSIS, et al.; CEZAR e ARPINI, 2017; RATES, et al., 2015). No período da pandemia, apesar das evidências do aumento dos casos da violência contra a criança, pesquisas vêm constatando a subnotificação dos casos em diferentes países (BARBOZA; SCHIAMBERG; PACHL, 2020; CABRERA-HERNÁNDEZ e PADILLA-ROMO, 2020; RAPOPORT, et al., 2020), entre eles, no Brasil (LEVANDOWSKI, et al., 2021; MARTINS-FILHO, et al., 2020; PLATT; GUEDERT; COELHO, 2021; TRAJANO; LYRA; GOMES, 2020).

A subnotificação tem diferentes causas, entre elas: a falta de informação dos profissionais a respeito do fenômeno, o medo de represálias por fazer a denúncia, a falta de credibilidade nos serviços de proteção (ARPINI, et al., 2008; SIQUEIRA; ALVES; LEÃO, 2012). O registro da violência é obrigatório no Brasil (BRASIL, 1990) e faz-se necessário para a visibilidade e o conhecimento do fenômeno, bem como para a implementação de políticas públicas na área, proteção da criança, prevenção e enfrentamento da violência (ASSIS, et al., 2012; CEZAR; ARPINI, 2017). Diversas estratégias podem ser implementadas para facilitar a notificação dos casos e a proteção das crianças: articulação da rede de proteção da criança, oferta do atendimento psicossocial, estabelecimento de parceiras com as universidades, capacitação dos profissionais que atuam nos setores da saúde, assistência e segurança pública, entre outras (LEVANDOWSKI, et al., 2021).

A partir dos dados sobre a violência, pode-se inferir que: a maioria dos casos de violência ocorreram na residência das crianças e os pais e/ou cuidadores foram identificados como os principais agressores; a violência ocorre em qualquer fase do desenvolvimento das crianças, inclusive na primeira infância; não se evidenciou avanço na redução de casos de violência envolvendo a população infantil (ASSIS, et al., 2012; CEZAR e ARPINI, 2017; FERREIRA; CÔRTEZ; GONTIJO, 2019; MALTA, et al., 2017; RATES, et al., 2015). A compreensão das causas da violência contra a criança não é uma tarefa simples, pois trata-se de um fenômeno complexo que envolve a interação de diferentes fatores.

O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (2002) utiliza o modelo ecológico do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner para explicar as raízes da violência. De acordo com o documento, a estrutura ecológica contempla a relação entre fatores individuais e contextuais, considerando o fenômeno como resultado de quatro níveis de influência sobre o comportamento, sendo eles: individual (fatores biológicos e de história pessoal que influenciam como os indivíduos comportam-se), relacional (família, amigos, parceiros íntimos, pares), comunitário (vizinhança, escola, locais de trabalho) e social (fatores externos que propiciam o aumento da violência) (KRUG, et al., 2002).

A partir dessa perspectiva, dentre os fatores de risco individuais da criança para a violência, pode-se considerar, por exemplo, a criança ser fruto de uma gravidez não planejada ou não satisfazer às expectativas dos responsáveis. Em relação às características dos pais e/ou cuidadores que aumentam o risco para violências, podem-se mencionar: ter sido vítima de violência na infância, fazer uso de substâncias psicoativas, apresentar dificuldade em se relacionar com a criança, ter pouco conhecimento sobre desenvolvimento infantil, entre outras (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014). Em relação aos fatores de risco relacionais, estão: os conflitos entre os pais, pobres habilidades parentais, baixo nível socioeconômico, problemas de saúde físico ou mental em um dos membros da família (KRUG, et al., 2012; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014). Quanto aos fatores comunitários e sociais, encontram-se o desemprego, isolamento social, pobreza, desigualdade entre gêneros, etc. (KRUG, et al., 2002; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2014).

Marques e colaboradores (2020) apontaram que no contexto da pandemia do COVID-19, muitos fatores podem contribuir para o aumento do número de casos de violência contra a população infantil. No nível social, encontra-se a carência do suporte social, principalmente o escolar. No comunitário, destacam-se a competição pelos escassos recursos, em especial, na área da saúde; o fechamento ou a redução do horário de funcionamento dos serviços de proteção

à infância e a redução das redes de apoio social. No nível relacional, fica evidente o aumento da demanda de trabalho, o aumento de convivência entre pais/cuidadores e as crianças, o estresse dos cuidadores devido ao aumento das tarefas, os sintomas de irritabilidade, agressividade e desobediência das crianças, devido às privações e restrições impostas pela pandemia. No individual, pode ser destacado a preexistência de vulnerabilidade para doenças mentais e a possibilidade do agravamento da mesma, o que pode promover a redução da supervisão parental e a dificuldade de lidar com os conflitos.

No que se refere às consequências da violência contra a criança, na literatura científica, há um consenso que a vivência de uma situação de violência, independentemente do tipo de agressão sofrida, traz impacto para a vida do sujeito, prejudicando o desenvolvimento, a saúde e as relações sociais, seja na infância, adolescência ou idade adulta. A violência interfere no bem-estar e na qualidade de vida dos sujeitos. As crianças podem apresentar diferentes sintomas, a curto, médio ou longo prazos, entre eles: dificuldade de estabelecer relações com o grupo de iguais, a perda da autoestima, e a culpabilidades, o medo excessivo, ansiedade, apatia, desinteresse pelas brincadeiras, regressão a comportamentos infantis, queixas somáticas, dificuldades escolares e/ou fracasso escolar, isolamento e fuga de casa (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2009). A violência pode representar um modelo de relacionamento e, também, pode ser utilizada como recurso para resolver conflitos em diferentes situações. Assim, crianças que vivenciam situações de violência tendem a reproduzir esse comportamento, ficando difícil romper com o fenômeno (REIS; PRATA, 2018).

Apesar dos registros a respeito da violência contra a criança no âmbito familiar, no contexto atual existe a compreensão de que é possível proteger as crianças e prevenir novos casos de violência ou a incidência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a prevenção como a forma mais efetiva para enfrentar a violência na família. Sugere três modalidades de prevenção: primária, secundária e terciária.

A prevenção primária tem como objetivo tentar impedir a violência (KRUG, et al., 2002). Nesse sentido, visa sensibilizar, conscientizar e orientar a população sobre a violência e práticas de cuidado adequadas. A prevenção está voltada para a população em geral, contemplando um maior número de sujeitos, de diferentes grupos sociais e culturais. Tem como base a divulgação de grande abrangência como, campanhas nos meios de comunicação; e, desenvolvimento de estratégias e programas de promoção de saúde, entre outros (HUTZ, 2002). As estratégias, na maioria das vezes, implementadas contemplam: programas para pais e/ou responsáveis que visam informar sobre o desenvolvimento infantil e promover o fortalecimento

dos vínculos entre pais-filho; campanhas na mídia, fóruns de debate, palestras, congressos, seminários que têm como objetivo sensibilizar a população e especialmente, profissionais da saúde, do direito e da educação, a respeito da temática (LORENCINI; FERRARI, 2002).

A secundária tem como foco intervenções educativas e de apoio. É direcionada, em especial, aos grupos vulneráveis e em situação de risco, como dependência de droga, pobreza, desemprego, condições de moradia ou de saúde inadequada, entre outros (HUTZ, 2002). As estratégias de prevenção estão relacionadas a capacitação de profissionais que atuam no atendimento à população em situação de risco, visita domiciliares às famílias para promover o atendimento à população, disponibilidade de uma linha telefônica para o atendimento de famílias em situação de crise, programas de creche para crianças, entre outras (LORENCINI; FERRARI, 2002).

A terciária, último nível de prevenção, contempla as famílias em situação de violência. Refere-se às ações que visam assistência em um período maior de tempo, como a reintegração e reabilitação, a fim de minimizar o trauma e reduzir as consequências da violência (KRUG, et al., 2002). Tem como intuito interromper o ciclo de violência, a partir da prevenção de novas situações e atendimento às vítimas e agressores (HUTZ, 2002). Como exemplo de estratégias, destacam-se: implementação de programas de acompanhamento psicológico, social e jurídico para crianças em situação de violência, seus familiares e agressores; e, implantação de serviços de proteção à criança e família em situação de grave ameaça (LORENCINI; FERRARI, 2002).

As intervenções de prevenção da violência podem ser classificadas ainda como: universais, selecionadas ou indicadas. As universais contemplam a população em geral, sem considerar o risco individual. As selecionadas são direcionadas para sujeitos que estão em risco para situação de violência. E as indicadas estão voltadas para os sujeitos que apresentam comportamento violento (KRUG, et al., 2002).

O Relatório Mundial de Saúde e Violência (KRUG, et al., 2002) apontou que para atuar em situações de violência é indispensável algumas ações, entre elas: intervir nos fatores individuais de risco; promover relações interpessoais afetivas e atuar para desenvolver ambientes familiares saudáveis, assim como disponibilizar o apoio às famílias que apresentam fatores de risco. Também ressaltou que se faz necessário enfrentar os fatores culturais, sociais e econômicos que colaboram para que a violência ocorra, e implementar medidas para modificar esses fatores. Uma estratégia para enfrentar a violência sugerida e destacada pela OMS (2014), na qual poderia ser implementada no cenário atual, é a oferta de programas que visam promover relações saudáveis entre pais/cuidadores e as crianças, desenvolvimento de

competências nos cuidadores e modificação dos princípios sociais e culturais que sustentam as situações de violência. Programas de prevenção de violência já foram desenvolvidos e avaliados, no âmbito internacional e nacional e, têm se constituindo uma possibilidade de enfrentar e combater a violência contra a população infantil. Um dos programas recomendados pela OMS como uma intervenção efetiva na prevenção de violência contra crianças é o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros (PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017). As iniciais ACT significam Adults and Children Together (Adultos e Crianças juntos).

O Programa ACT foi desenvolvido nos Estados Unidos pelo Escritório de Prevenção da Violência da *American Psychological Association* (APA) e consiste em uma intervenção universal de prevenção primária da violência infantil. O ACT teve início no ano de 1996 (CRAWFORD, 2003), no entanto, foi efetivado em 2000, por meio de um trabalho conjunto entre a APA e a *National Association for the Education of Young Children* (NAEYC) (SILVA; RANDALL, 2005). No ano de 2005, o ACT foi modificado pela APA, tendo como resultado a versão atual do Programa (SILVA e WILLIAMS, 2016).

O Programa ACT vem sendo realizado em diversos países, como nos EUA, Colômbia, Equador, Grécia, Japão, Peru, Bósnia, Taiwan, Turquia, Portugal e Brasil (PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017). A intervenção é ministrada por facilitadores ACT, que são profissionais de diferentes áreas treinados a partir de cursos de capacitação promovidos pela APA.

O treinamento para os facilitadores ACT é realizado por meio de um *workshop*, que geralmente é oferecido ou supervisionado pelo Escritório de Prevenção da Violência da APA, autorizado pela autora do Programa ACT, Júlia da Silva (PONTES, 2020). O *workshop* é conduzido por um *Master Trainer* (coordenadores/instrutores mestres do ACT) certificado pelo ACT e visa equipar os participantes com informação sobre o programa, orientar como ministrar o currículo, promover, implementar e avaliar o programa (SILVA; RANDALL, 2005).

O *workshop* de treinamento para facilitadores do ACT apresenta um formato interativo e experimental para envolver os profissionais no aprendizado e na prática do conteúdo e dos conceitos do currículo das nove sessões do programa. Dessa forma, contempla uma revisão completa dos materiais do Programa e simulação de atividades descritas no currículo, que os participantes usarão com os grupos de pais/cuidadores. Os participantes são avaliados antes e depois do treinamento (APA). Destaca-se que, o profissional será certificado como Facilitador ACT após a participação na capacitação, aplicação do Programa ACT para pais e cuidadores e a filmagem da aplicação da sexta sessão, que será avaliada pelo escritório da APA (PONTES,

2020). O treinamento e a certificação dos facilitadores do ACT são de responsabilidade dos *Master Trainers* e de suas organizações.

No Brasil, os *Master Trainers* do Programa ACT publicados no *site* da APA são: Elisa Rachel Pisani Altafim (Universidade de São Paulo), Luísa F. Habigzang (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Maria Beatriz Linhares (Universidade de São Paulo), Ana Claudia Peixoto (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Gabriela Reyes (Universidade Federal do Paraná). No *website* da American Psychological Association, não foi encontrada a informação a respeito dos facilitadores do ACT no Brasil. No entanto, sabe-se que o Programa já foi realizado em diferentes estados brasileiros, como: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Na maioria dos locais, o Programa ACT foi ofertado pelas Universidades. Além disso, estudos científicos sobre a capacitação de profissionais vêm sendo realizados (LAWRENZ, 2021; PONTES, 2020).

Quanto ao público atendido, o Programa ACT está voltado para pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos de idade e vem sendo ofertado em diferentes contextos, como: centros de saúde (KNOX, BURKHART, CROMLY, 2013), centros sociais (Portwoor, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011), escolas públicas e privadas (PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017), população carcerária (WEYMOUTH; HOWE, 2011; CAMARGO, 2016); pais e cuidadores vinculados ao sistema de justiça (KNOX; BURKHART; HUNTER, 2010; PORTER; HOWE, 2008).

O ACT tem como base as categorias estabelecidas pelo *Center for Disease Control and Prevention (CDC)* referentes às práticas eficazes de prevenção da violência e a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura. Apresenta como alicerce que a violência contra a criança é resultado da carência de conhecimento e habilidades para resolver conflitos; e, os adultos podem ser exemplos e ensinar habilidades sociais às crianças (SILVA; RANDALL, 2005). Além disso, considera que as crianças aprendem através da observação e imitação, tendo mais probabilidade de evitar situações violentas se desenvolverem habilidades sociais. A partir dessa perspectiva, o ACT parte do pressuposto que a violência pode ser prevenida através de uma atuação precoce, com os adultos, pais e/cuidadores que são significativos para as crianças e têm influência no desenvolvimento das crianças (MIGUEL; HOWE, 2006).

O ACT visa à prevenção primária da violência contra a criança, a partir da divulgação do conhecimento científico a respeito do desenvolvimento infantil, práticas de violência, mídias eletrônicas e disciplina positiva. Nessa perspectiva, objetiva ensinar aos pais e cuidadores estratégias que promovam um ambiente familiar seguro e saudável, protegendo as crianças dos

maus-tratos e de suas consequências na saúde, desenvolvimento e relacionamentos (SILVA, 2011).

O Programa ACT foi organizado a partir de uma abordagem psicoeducacional. Os participantes são reunidos em grupos, no qual contemplam a oferta de informações educacionais e interações interpessoais, visando à promoção da aprendizagem (SANTOS; PEIXOTO; ANDRADE, 2021). A versão atual do ACT traduzida para o português apresenta nove sessões, sendo constituído por uma sessão inicial, intitulada Reunião Prévia, para os participantes e o facilitador se conhecerem e acordarem as regras do grupo e preencherem os instrumentos de pré-teste; e, mais oito sessões: 1) Compreenda os comportamentos de seus filhos; 2) A violência na vida das crianças; 3) Como os pais podem entender e controlar a raiva; 4) Como entender e ajudar as crianças quando elas têm raiva; 5) Crianças e os meios eletrônicos de comunicação; 6) Disciplina e estilos parentais; 7) Disciplina para comportamentos positivos e 8) Leve o Programa ACT para sua casa e sua comunidade.

As sessões têm objetivos diferentes (Silva, 2011). A primeira visa “ajudar os pais/cuidadores a aprender elementos básicos do desenvolvimento infantil e como responder adequadamente aos comportamentos dos filhos” (p.33). A segunda objetiva “ajudar os pais a entender como as crianças podem estar expostas à violência e as consequências que isso terá nas suas vidas” (p. 51). A terceira e a quarta visam “ajudar os pais a aprender a controlar e lidar com a raiva” (p. 69) e “ajudar os pais a entender os sentimentos de raiva das crianças e a aprender com ensiná-las a controlar a raiva” (p. 83). A quinta tem como intuito “ajudar os pais a entender o impacto dos media eletrônica no comportamento dos filhos e dar opções sobre como reduzir a exposição das crianças” (p. 97). A sexta e sétima são para “ajudar os pais a entender que a forma como educam os seus filhos tem um impacto sobre o comportamento deles por toda a vida” (p. 113); e, ensinar os pais como prevenir comportamentos difíceis e como usar formas positivas de disciplinar as crianças” (p. 131). O oitavo e último encontro visa “ajudar os participantes a se dar conta do que aprenderam com o programa, e que já os está ajudando a realizar seus sonhos para seus filhos. Encorajar os participantes a usar em casa e na comunidade as ferramentas que aprenderam. Reforçar nos pais seu papel de professores, protetores e defensores de seus filhos” (p. 147). As sessões contemplam diferentes atividades, entre elas: atividades preparatórias que introduzem os temas do dia, *role plays*, discussões em pequenos grupos, jogos, atividades manuais, tarefa para casa. Os encontros são realizados semanalmente e em grupo, tendo uma duração de aproximadamente duas horas (SILVA, 2011).

O Programa contém diversos manuais para sua aplicação: Manual do Facilitador, em que se apresenta cada encontro do programa de maneira detalhada, explicando as atividades que serão desenvolvidas e aplicadas no grupo; Manual para os Pais ou Cuidadores com informações a respeito de todas as temáticas abordadas em cada sessão; o Manual de Entrevista Motivacional (EM), que descreve a EM; e, um Guia de avaliação, com instrumentos para avaliar os efeitos da intervenção (SILVA; WILLIAMS, 2016). Os manuais são de fácil compreensão (PORTER, HOWE, 2008) e foram traduzidos em diferentes idiomas, entre eles, o português.

Estudos científicos, no âmbito internacional e nacional, que versam sobre o efeito do Programa ACT para pais e crianças (ALTAFIM; PEDRO; LINHARES, 2016; KNOX; BURKHART; CROMLY, 2013; PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017; PORTWOOD, et al., 2011) vêm sendo efetivados (na modalidade presencial) e publicados. Portwood e colaboradores (2011) e Knox, Burkhart e Cromly (2013) investigaram os efeitos do Programa ACT por meio de ensaios clínicos randomizados com pais/cuidadores participantes da intervenção.

O estudo de Portwood et al. (2011) visou avaliar a efetividade do programa em relação ao conhecimento, comportamento e atitudes de um grupo de pais/cuidadores que participaram da intervenção em comparação com um grupo de pais que não participaram. As medidas de avaliação utilizadas foram: Parent Behavior Checklist (PBC), Conflict Scale of the Family Environment, Perceived Social Support (PSS), From Family and Friends Scales e Parenting Stress Index-Short Form (PSI-SF). Os dados quantitativos evidenciaram que o Programa ACT apresentou resultados positivos, tanto no final da intervenção quanto três meses após a conclusão, em diferentes fatores relatados pelos pais, entre eles: redução no uso de violência verbal e física; e, aumento na utilização de práticas positivas. Os dados qualitativos, coletados a partir dos grupos focais, revelaram que os pais apresentaram adesão, satisfação e perceberam os benefícios da intervenção, como: aprendizado a respeito do desenvolvimento; e, estratégias positivas de educação e controle da raiva. Os autores concluíram que o Programa ACT é uma estratégia de prevenção primária promissora que pode ser implementada em diferentes comunidades.

A pesquisa de Knox, Burkhart e Cromly (2013) avaliou a efetividade do Programa ACT em um grupo de cuidadores de crianças em um centro de saúde da comunidade. O estudo teve uma amostra de 38 participantes no grupo experimental e de 46 participantes no grupo-controle. As medidas de avaliação utilizadas no estudo foram: The Parent-Child Conflict Tactics Scale (CTSPC) e ACT Parenting Behaviors Questionnaire. Os dados mostraram a melhora no relato

dos pais/cuidadores quanto à prática de cuidado e comportamento parental; e, redução da agressividade física e psicológica dos pais/cuidadores na educação dos filhos. Os autores consideraram que a intervenção no contexto da saúde pode atender de forma efetiva as necessidades dos pais, reduzindo a ocorrência de violência infantil.

No âmbito nacional, as pesquisas a respeito do ACT tiveram início no ano de 2011, a partir de dois centros acadêmicos: LAPREV/UFSCar e LAPREDES/USP. O estudo de Altafim, Pedro e Linhares (2016) visou avaliar as práticas parentais das mães e os problemas de comportamento infantil antes e depois da intervenção, a partir da percepção materna e de outro cuidador. Participaram do estudo 82 mães brasileiras, de crianças de três a oito anos. As práticas parentais foram autorrelatadas pelas mães por meio do Questionário ACT, versão em Português-Brasil (SILVA, 2011). O instrumento utilizado no estudo para avaliar o comportamento da criança foi o Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (GOODMAN, 1997). O escore socioeconômico foi medido usando o Critério de Classificação Econômica do Brasil da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa de 2014. A pesquisa constatou, a partir de avaliações pré e pós intervenção, que houve melhora na percepção dos pais quanto às práticas parentais e a diminuição de problemas de comportamento das crianças.

Na mesma perspectiva, Pedro, Altafim e Linhares (2017), a partir de uma amostra com 64 mães de crianças de três a oito anos de idade e de diferentes níveis socioeconômicos, constataram que independentemente do nível socioeconômico e do tipo de escola das crianças (públicas e particulares), o Programa ACT se mostrou efetivo nos seguintes aspectos relatados pelas mães/cuidadoras: melhora das práticas educativas maternas quanto ao estilo parental, monitoramento de meios eletrônicos e comportamento parental. Também averiguou no relato das mães a redução de problemas de conduta e aumento do comportamento pró-social nas crianças. As medidas de avaliação utilizadas na pesquisa foram: Questionário ACT (SILVA, 2011) e Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (GOODMAN, 1997). O estudo sugeriu que o Programa ACT poderia ser implementado em políticas públicas, estando disponível para a comunidade. Além disso, indicou que o ACT é uma ferramenta valiosa para proteger as crianças, em especial em contextos estressantes e adversos.

Altafim e Linhares (2019) avaliaram os efeitos do Programa ACT para melhorar as práticas parentais e reduzir os problemas de comportamento infantil. O estudo contemplou grupo de intervenção e grupo controle de lista de espera, com 40 e 41 mães de crianças de três a oito anos respectivamente; e, 67 informantes sobre o comportamento das crianças. Os dados dos estudos apontaram no grupo de intervenção, melhora na percepção de mães/cuidadoras em

relação as suas práticas parentais e a redução de problemas de comportamentos das crianças, que foram mantidas após três-quatro meses do término da intervenção.

É importante destacar que os resultados dos estudos citados acima são baseados em autorrelato, que evidenciam mudanças na percepção dos participantes ou no relato de suas práticas e do comportamento da criança. Entretanto, o estudo piloto randomizado realizado por Pontes e Brino (no prelo) avaliou a efetividade do Programa ACT por meio de medidas observacionais da interação pais-filhos e de autorrelato dos pais. A amostra foi constituída por 10 pais, divididos em grupos experimental (GE) e controle (GC) de espera. Os participantes foram submetidos as medidas de pré-teste/pós-teste/follow-up. Os dados apontaram para aumento da habilidade de resolução de problemas autorrelatadas pelos participantes do grupo experimental, comparados aos participantes do grupo controle. Também foi identificado aumento significativo de conhecimento sobre o conteúdo do programa - estilos parentais, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais - no grupo experimental após a intervenção. No entanto, as autoras não encontraram diferenças dentre as medidas observacionais avaliadas. Dessa forma, foi sugerido novos estudo para verificar a efetividade do Programa ACT por meio de medidas de observação.

Oliveira, et al. (2021), por meio de um estudo qualitativo, visaram identificar as aprendizagens de pais que participaram do Programa ACT. O instrumento utilizado pelo estudo foi a atividade do Programa ACT nomeada como “Caixa dos Sonhos”, realizada entre as sessões 1 e 7 que consiste em os participantes responderem um folheto com a pergunta: “Quais são as duas ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” e guardarem em uma caixa individual. As autoras averiguaram aumento do conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil; e, aumento na compreensão em relação aos danos causados pela exposição da criança às situações de violência. Também constataram aprendizado dos pais a respeito das práticas educativas parentais positivas e estratégias de disciplina positiva. Apontaram a relevância de intervenções psicoeducativas com pais e cuidadores de crianças e sinalizaram que os estudos sobre intervenções com pais/cuidadores de crianças podem auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para famílias.

A respeito dos avanços e das lacunas dos estudos sobre o Programa ACT, uma recente revisão sistemática evidenciou que as pesquisas publicadas apontavam que o Programa ACT trazia benefícios no comportamento dos cuidadores e crianças. As autoras consideraram que existem avanços nos estudos sobre a efetividade do Programa ACT, no entanto, apontaram a necessidade de novas pesquisas para que ACT possa se consolidar como um programa de

prevenção da violência contra a criança baseado em evidências (PONTES; SIQUEIRA; WILLIAMS, 2019).

No ano de 2020, a partir da declaração da pandemia do COVID-19 e as restrições recomendadas pela OMS, a APA autorizou a aplicação do Programa ACT de maneira remota, por meio do uso de tecnologias de informações e comunicação (TICs). Destaca-se que, a APA considerou a importância da implementação do ACT neste período, em especial devido aos diferentes estressores vivenciados pelas famílias, entre eles, o isolamento social, o fechamento das escolas, a sobrecarga de atividades, o aumento no tempo do uso dos meios eletrônicos nas crianças (PARENTE, et al., 2020; PALUDO, et al., 2020; SALVADOR, et al., 2020). A oferta de programas parentais por meio das TICs pode auxiliar no aprimoramento de práticas parentais positivas e contribuir para o desenvolvimento das crianças (SALVADOR, et al., 2020).

A presente Tese de Doutorado versa sobre a adaptação, viabilidade e avaliação do Programa ACT na versão remota. Pensar em prevenção à violência contra a criança está relacionado à urgência dessa no cenário contemporâneo, mas também está de acordo com a trajetória profissional e acadêmica da pesquisadora. A pesquisadora atuou na proteção social especial de média e alta complexidade – CREAS e Acolhimento Institucional. Pesquisou na especialização sobre a atuação dos profissionais do CREAS e no Mestrado Acadêmico sobre a atuação dos órgãos que compõe a rede de proteção da criança e do adolescente. Também participou do Projeto de Pesquisa “Educando sem violência: Avaliação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros”, realizado na modalidade presencial no ano de 2019. Nesse sentido, a partir dos estudos e da atuação na área, a pesquisadora considera que a prevenção é uma estratégia efetiva no enfrentamento da violência contra a criança. Também acredita que, as intervenções de prevenção devem ter como objetivo transmitir o conhecimento científico acerca do desenvolvimento infantil, violência e estratégias positivas de educação. As ações preventivas são essenciais para evitar danos ao desenvolvimento infantil, bem como para a promoção da saúde nas crianças. Dessa forma, a pesquisadora se encantou com o Programa ACT, que apresenta conteúdos com base na ciência, atividades diversificadas e manuais de fácil compressão. Assim, o estudo representou para a pesquisadora não apenas a conclusão de uma etapa, mas a possibilidade da prevenção da violência contra a população infantil.

A pesquisadora contou com uma equipe de pesquisa formada por três acadêmicas de Psicologia, uma psicóloga e uma professora/orientadora acadêmica. Uma acadêmica cursava o sétimo semestre do curso de psicologia de uma universidade privada e duas eram acadêmicas do sexto e sétimo semestre de psicologia de uma universidade pública. A professora/orientadora

acadêmica é Psicóloga, Doutora em Psicologia. É membro da equipe de pesquisadores do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência (Laprev/UFSCar) e realiza pesquisas relacionadas à maternidade, adoção, institucionalização de crianças e práticas educativas parentais. Também é membro do GT da ANPEPP “Tecnologia social e inovação: Intervenções psicológicas e práticas forenses contra violência”. Destaca-se, que a pesquisadora e a equipe de pesquisa realizaram uma capacitação referente ao Programa, que visou preparar os integrantes do grupo de pesquisa para adaptar e implementar o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros - para pais e cuidadores. A capacitação foi realizada de maneira remota e ministrada por uma profissional *Master Trainer* certificada pelo Escritório de Prevenção de Violência da *American Psychological Association* e referência na área. Contemplou oito encontros, com duração de aproximadamente duas horas cada.

O presente estudo é inédito e com características importantes e condizentes com o momento pandêmico. A aplicação do Programa ACT na versão remota se constitui como uma possibilidade de desenvolver uma intervenção baseada em evidências aos pais/cuidadores de crianças nesse momento de maior suscetibilidade aos maus-tratos infantis, em decorrência do distanciamento das crianças de outros adultos protetivos. Além disso, no contexto atual, a intervenção remota é uma possibilidade e tende a se fortalecer no pós-pandemia. Dessa forma, acredita-se que programas parentais mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, voltados para pais e cuidadores devem ser objeto de investigação, atuação e intervenção de diferentes áreas do conhecimento.

A Tese está organizada em quatro capítulos principais. O primeiro, apresentado na modalidade de artigo, corresponde a uma adaptação do Programa ACT para a versão remota. Os capítulos seguintes, também apresentados através de artigos, são oriundos do estudo empírico e apresentam os resultados e as discussões da pesquisa acerca da viabilidade e efeitos do Programa ACT na versão remota, em grupo de mães e cuidadoras.

O capítulo intitulado “Adaptação de um programa de prevenção à violência contra criança para versão remota” apresenta o processo de adaptação do Programa ACT para a versão remota por meio de quatro etapas: elaboração do roteiro com as adaptações para a aplicação na versão remota; avaliação da proposta por seis juízes especialistas; realização de modificações, alterações e correções necessárias, e; integração dos resultados para desenvolvimento da versão final.

O capítulo “Expectativas de mães/cuidadoras sobre participação em um programa de prevenção à violência” versa sobre as expectativas de mães e cuidadoras sobre a participação

no Programa ACT na versão remota, no período da pandemia do COVID-19. E, ainda, aborda a percepção das participantes sobre educar uma criança em um ambiente seguro.

O terceiro capítulo “Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Um estudo de viabilidade” trata do estudo de viabilidade do Programa ACT na versão remota, com avaliação pré e pós-teste, para verificar a possibilidade de a modalidade remota da intervenção ter resultados satisfatórios. Os critérios de viabilidade abordados foram: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador (habilidades sociais e integridade/fidelidade), compreensão/generalização dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador. Também foram considerados os efeitos do programa acerca dos conhecimentos de mães e cuidadoras sobre o desenvolvimento infantil, controle na utilização dos meios de eletrônicos, estilos parentais e comportamentos dos pais, entre o momento inicial (pré-teste) e o final (pós-teste).

E o último, “Programa ACT na versão remota: Experiência, aprendizados e impactos em grupo de mães e cuidadoras” discute sobre a experiência e a aprendizagem dos participantes do Programa ACT na versão remota. Também aborda os efeitos da intervenção em grupo de mães/cuidadoras, em três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva. Por último, são discutidas as considerações finais do trabalho.

Na área da Psicologia, tem-se como desafio ampliar e compartilhar, de forma ética, o conhecimento adquirido, desenvolvendo novos estudos que venham a ser referência na área de combate à violência contra a criança. No contexto da pandemia, faz-se necessário utilizar experiências já existentes e fortalecer o que já vem sendo desenvolvido em prol do desenvolvimento e proteção da criança. Pais, educadores e toda a sociedade tem o dever de garantir a proteção às crianças, colocando-as a salvo de situações de violência.

2 CAPÍTULO 1 - ADAPTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA PARA VERSÃO REMOTA¹

Resumo: Trata-se de um estudo transversal sobre o processo de adaptação do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros para a versão remota. A versão remota possibilitará disseminar amplamente o programa, incluindo pais/cuidadores de diferentes locais do Brasil e em momentos de restrição de distanciamento social. Participaram como juízes deste estudo seis profissionais com expertise na área de desenvolvimento infantil, família, violência e aplicação de intervenção. O processo de adaptação foi constituído por quatro etapas: (1) elaboração do roteiro com as adaptações para a aplicação na versão remota, (2) avaliação da proposta por seis juízes especialistas; (3) realização de modificações e alterações necessárias, e; (4) integração dos resultados para desenvolvimento da versão final. Os dados foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa. As modificações do Programa ACT na versão remota foram consideradas adequadas pelas juízas, sendo realizadas adaptações de atividades por meio de plataformas digitais, como *Google Meet*, *Google Forms*, *Mentimeter*, *Canvas*, entre outras. Foi sugerido que contatos com entidades governamentais e não-governamentais fossem realizados a fim de incluir pais e cuidadores que não possuíssem acesso a equipamento e suporte tecnológico. A adaptação criteriosa do Programa ACT para aplicação remota fortalece as intervenções parentais, prevenindo situações de violência na família.

Palavras-chaves: Adaptação; Intervenção; Violência.

ADAPTATION OF A PROGRAM TO PREVENT VIOLENCE AGAINST CHILDREN INTO A REMOTE MODEL

Abstract: This is a transversal study about the process of adapting the ACT Raising Safe Kids Program to a remote version. This remote version will make possible the wide dissemination of the program, including parents/caregivers from different parts of Brazil and in moments of social distancing restriction. Six professionals with expertise in the areas of child development, family, violence, and intervention application participated as judges in this study. The adaptation process consisted of four stages: (1) elaboration of the script with adaptations for application in the remote version; (2) evaluation of the proposal by six expert judges; (3) necessary modifications and alterations; and (4) integration of the results as part of the development of the final version. The results were analyzed quantitatively and qualitatively. The modifications of the ACT Program in the remote version were considered adequate by the judges, with adaptations of activities being carried out through digital platforms, such as *Google Meet*, *Google Forms*, *Mentimeter*, *Canvas*, among other digital platforms. A suggestion was made regarding contacting governmental and non-governmental entities in order to include parents and caregivers who do not have access to equipment and technological support. The careful adaptation of the ACT Program for remote application strengthens parental interventions, preventing situations of violence in the family.

Keywords: Adaptation; Intervention; Violence.

¹ O estudo “Adaptação de um programa de prevenção à violência contra criança para versão remota” foi submetido, como artigo empírico, à revista *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, logo, segue a formatação exigida pela revista.

ADAPTACIÓN DE UN PROGRAMA DE PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA CONTRA EL NIÑO PARA UNA VERSIÓN REMOTA

Resumen: Se trata de un estudio transversal sobre el proceso de adaptación del Programa de ACT para Educar Niños en Ambientes Seguros para la versión remota. La versión remota posibilitará diseminar ampliamente el programa, incluyendo padres/cuidadores de diferentes lugares de Brasil y en momentos de restricción de distanciamiento social. Participaron como jueces de este estudio seis profesionales con dominio en las áreas de desarrollo infantil, familia, violencia y aplicación de intervención. El proceso de adaptación fue constituido por cuatro etapas: (1) elaboración del guion con las adaptaciones para la aplicación en la versión remota; (2) evaluación de la propuesta por seis jueces especialistas; (3) realización de modificaciones y alteraciones necesarias; y (4) integración de los resultados para desarrollo de la versión final. Los datos fueron analizados de manera cuantitativa y cualitativa. Las modificaciones del Programa de ACT en la versión remota fueron consideradas adecuadas por las juezas, siendo realizadas adaptaciones de actividades por medio de plataformas digitales, como Google Meet, Google Forms, Mentimeter, Canvas, entre otras. Fue sugerido que contactos con entidades gubernamentales y no gubernamentales fueran realizados a fin de incluir padres y cuidadores que no tuvieran acceso a equipo y soporte tecnológico. La adaptación juiciosa del Programa de ACT para aplicación remota fortalece las intervenciones parentales, previniendo situaciones de violencia en la familia.

Palabras clave: Adaptación; Intervención; Violencia.

Introdução

A violência representa um problema de saúde pública há décadas, que afeta a saúde e o desenvolvimento de milhares de crianças no mundo (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). O relatório “A familiar face: violence in the lives of children and adolescents” apontou dados significativos da violência contra a criança no cenário mundial. Segundo esse documento, três quartos das crianças com idade entre dois a quatro anos em todo o mundo (corresponde à cerca de 300 milhões de crianças), sobre alguma forma de violência regularmente por seus pais ou outros cuidadores (UNICEF, 2017).

Os dados do Disque 110, no âmbito nacional, principal sistematização de dados estatísticos de denúncias de violência no Brasil, no ano de 2019 publicou que 55% (86.837) das denúncias eram referentes à criança e ao adolescente. Destes registros, 38% foram referentes a situações de negligência, 23% de violência psicológica, 21% de violência física, 11% de violência sexual, 3% de violência institucional e 1% outros. Os dados mostraram que 40% dos agressores eram a mãe e 18% o pai da criança.

Estudos científicos realizados no âmbito nacional vêm evidenciando que a violência contra a criança se faz presente no decorrer dos anos, se manifestando de diferentes maneiras, mas especialmente, a partir da violência física, psicológica, sexual e negligência. As pesquisas também constataram que a maioria dos casos de violência ocorreu na residência das crianças e os pais foram identificados como os principais agressores (Cezar & Arpini, 2017; Ferreira, Côrtes, & Gontijo, 2019; Malta, Bernal, Teixeira, Silva, & Freitas, 2017).

No ano de 2020, com o surgimento da pandemia causada pelo novo Coronavírus, o aumento de violência contra a criança e ao adolescente foi evidenciado em diferentes países. Na França, as denúncias de violência tiveram um aumento de 30%; na China, os registros triplicaram e, no Brasil, estimou-se um aumento de 50% dos casos (Campbell, 2020). As

instituições que constituem a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente destacaram o aumento dos casos de violência e a probabilidade da diminuição da visibilidade do fenômeno devido às recomendações instituídas para controlar o avanço da pandemia, entre elas, o distanciamento e isolamento social, o fechamento das escolas e a redução da jornada de trabalho dos serviços de proteção (Marques, Moraes, Hasselmann, Deslande, & Reichenheim, 2020).

A prevenção é uma forma reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (2014) para enfrentar o fenômeno, em especial na família. As intervenções de prevenção da violência podem ser classificadas como: universais, selecionadas ou indicadas. As universais contemplam a população em geral, sem considerar o risco individual. As selecionadas estão direcionadas para sujeitos que estão em risco para situação de violência. E as indicadas estão voltadas para os indivíduos que apresentam comportamento violento (Krug, et al., 2002).

O Relatório Mundial de Saúde e Violência apontou que para atuar em situações de violência são indispensáveis algumas ações, entre elas: intervir nos fatores individuais de risco; promover relações interpessoais afetivas; e disponibilizar o apoio às famílias que apresentam fatores de risco. Também ressaltou que se faz necessário enfrentar os fatores culturais, sociais e econômicos que colaboram para que a violência ocorra, e implementar medidas para modificar esses fatores (Krug, et al., 2002). Nesse sentido, intervenções com pais e cuidadores em grupo que abordem temáticas como desenvolvimento infantil, violência e práticas educativas positivas na educação das crianças pode ser uma estratégia efetiva na prevenção da violência contra a população infantil.

O Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros é um programa universal de prevenção primária da violência voltado para pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos de idade, elaborado pela *American Psychological Association* (APA). A intervenção tem como objetivo principal disseminar conhecimentos científicos acerca do desenvolvimento infantil, violência, manejo de raiva, tecnologia na vida das crianças e disciplina positiva.

O Programa ACT está organizado em nove encontros, sendo o primeiro uma reunião preliminar e oito encontros divididos por temas: 1) Compreenda os comportamentos de seus filhos; 2) A violência na vida das crianças; 3) Como os pais podem entender e controlar a raiva; 4) Como entender e ajudar as crianças quando elas têm raiva; 5) As crianças e os meios eletrônicos de comunicação; 6) Disciplina e estilos parentais; 7) Disciplina para comportamentos positivos; e, 8) O programa ACT no contexto familiar e comunitário. Os encontros são realizados semanalmente e em grupo, tendo duração de aproximadamente duas horas (Silva, 2011). As sessões do programa contemplam discussões e reflexões sobre o tema, dinâmicas de grupo, resumo da sessão, tarefas de casa, entre outras atividades.

O programa contém diversos manuais para sua aplicação: Manual do facilitador, em que se apresenta cada encontro de maneira detalhada, explicando as atividades que serão desenvolvidas e aplicadas no grupo; Manual para os pais ou cuidadores com informações a respeito de todas as temáticas abordadas em cada sessão; Manual de entrevista motivacional (EM), que descreve a EM; e, um Guia de avaliação, com instrumentos para avaliar os efeitos da intervenção (Silva & Williams, 2016). Os manuais são de fácil compreensão (Porter & Howe, 2008) e foram traduzidos em diferentes idiomas, entre eles, o português (Silva, 2011). No ano de 2020, devido às restrições impostas pela pandemia do COVID-19, a APA autorizou a aplicação do Programa ACT na versão remota, publicando um guia com orientações para que facilitadores ministrassem a intervenção na modalidade remota.

No âmbito nacional e internacional, o ACT tem apresentado resultados positivos, em diferentes fatores: redução na percepção de cuidadores do uso de violência verbal e física na educação das crianças; aumento na utilização de práticas positivas sinalizadas pelos pais/cuidadores (Altafim, Pedro e Linhares, 2016; Pedro, Altafim e Linhares, 2017); melhora no relato dos pais quanto às habilidades sociais, manejo de raiva e controle da mídia por parte dos pais/cuidadores (Porter & Howe, 2008). Também vem apresentando melhora na percepção

dos pais quanto ao comportamento adequado das crianças (Knox, Burkhart & Howe, 2011) e diminuição das práticas de *bullying* (Burkhart, Knox & Brockmyer, 2013).

A partir do exposto, o presente estudo consistiu na adaptação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros para a versão remota. A adaptação da versão remota de um programa de intervenção é possível a partir do uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) que, no contexto de pandemia do COVID-19, vem tendo uma importância imensurável em todas as esferas da vida, em especial, no cotidiano dos sujeitos.

A popularização da internet potencializou o uso das TICs em diversos campos, e dessa forma, relações pessoais, profissionais, comerciais, educativas e científicas vem sendo possibilitadas. Além disso, promoveu uma maior rapidez de comunicação; o aumento na disseminação do conhecimento científico; e, uma maior interação humana, que supera a distância e o tempo (Barbosa, Ferrari, Boery, & Filho, 2014). As salas virtuais vêm possibilitando a interação dos participantes, assim como a exposição dos conteúdos teóricos, atividades, tarefas e vídeos (Silva, Andrade & Santos, 2020). Nesse sentido, a utilização de ferramentas digitais pode ser uma forma de adquirir resultados satisfatórios em intervenções de grupo, seja na exposição de conteúdo, na inclusão digital, na construção de conhecimentos, na aplicação de atividades, entre outras (Rodrigues, Aranha, & Freitas, 2020). No entanto, é preciso considerar que a implementação de políticas de inclusão digital ainda se faz necessária de forma igualitária no âmbito nacional (Carneiro, Rodrigues, França, & Prata, 2020).

Na literatura nacional, não foram encontrados estudos a respeito de adaptações de programas de intervenção para a versão remota. Dessa forma, a adaptação teve como referência as recomendações sobre adaptação cultural de programas. O processo de adaptação de um programa de intervenção deve ter como prioridade adequá-lo às características da população que participará da intervenção, para facilitar a sua participação e possibilitar a adesão, sem interferir nas características e elementos principais do material original. O conteúdo deve ser

compatível com as necessidades e contexto social dos participantes, em relação à linguagem, relevância e motivação (Castro, Barrera Jr., & Steiker, 2010). O parecer de especialistas sobre a intervenção, pode auxiliar e promover a realização de adaptações de qualidade (Wingood & DiClemente, 2008). A adaptação do Programa ACT para uma versão remota nesse momento de maior suscetibilidade aos maus-tratos infantis e de distanciamento das crianças de outros adultos protetivos, é uma forma de promover a prevenção à violência, como também colocar o programa em um outro patamar, à medida que o cenário atual estimula a criação de novas estratégias de atuação e de divulgação do conhecimento.

Método

Participantes

Participaram como juízes deste estudo seis profissionais com *expertise* na área de desenvolvimento infantil, família, violência e aplicação de intervenção. Os critérios de inclusão foram: ter formação em psicologia, ter pós-graduação em psicologia, ter pelo menos uma publicação científica sobre o Programa ACT, ter experiência na área de pesquisa ou intervenção. Não teve critérios de exclusão. O critério para a escolha de seis juízes foi definido pelas autoras do estudo, levando em consideração o número de juízes apresentados nos artigos consultados sobre adaptação transcultural (Soares & Vargas, 2013; Teixeira, Figueiredo, & Mendoza-Sassi, 2015).

Os participantes do estudo eram todos do sexo feminino e tinham formação em Psicologia. O tempo de formação profissional variou de quatro a 12 anos. Em relação à especialização na área, duas participantes eram doutoras em Psicologia, três doutorandas em Psicologia e uma Mestre em Psicologia. Quanto à experiência em relação ao Programa ACT, todas tinham conhecimento na implementação do Programa, como facilitadora e/ou co-

facilitadora e duas, no treinamento para novos facilitadores. No que se refere à atuação profissional das participantes, duas eram docentes de Psicologia, quatro eram psicólogas clínicas e uma era estudante de pós-graduação. Para manter os cuidados éticos, principalmente no que se refere ao sigilo das participantes, optou-se por não identificar o local de atuação das avaliadoras. Dessa forma, as juízas serão apresentadas da seguinte forma: J1, J2, J3, J4, J5 e J6.

Instrumentos

Foi utilizado um roteiro das adaptações, elaborado pela pesquisadora (primeira autora), com a contribuição de uma equipe de pesquisa formada por três acadêmicas de Psicologia, uma psicóloga e uma professora/orientadora acadêmica. Este englobou as adaptações gerais e específicas de cada encontro do Programa ACT. O roteiro consistiu em cinco colunas: 1) Sessão do Programa ACT e página da atividade; 2) Atividades previstas no Programa; 3) Adaptação; 4) Concorda; 5) Não concorda; 6) Comentários da adaptação. No final do roteiro, comentários gerais, bem como correções, alterações e modificações necessárias poderiam ser realizadas pelas avaliadoras.

Procedimentos e considerações éticas

A pesquisa foi respaldada nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos - Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, atendeu as exigências éticas fundamentais estabelecidas nas referidas resoluções. O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisadora assinou o Termo de Confidencialidade. Após a aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética (CAEE

01903118.0.0000.5346,) via Plataforma Brasil, a pesquisadora realizou uma capacitação referente ao Programa. Esta visou preparar a pesquisadora e sua equipe para adaptar e implementar o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros - para pais e cuidadores. A capacitação foi realizada de maneira remota e ministrada por uma profissional *master trainer* certificada pelo Escritório de Prevenção de Violência da American Psychological Association e referência na área. Contemplou oito encontros, com duração de aproximadamente duas horas cada.

Após a capacitação, iniciou o processo de adaptação. Este foi realizado no período de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021 e consistiu em quatro etapas: (1) elaboração do roteiro com as adaptações para a aplicação na versão remota, (2) avaliação da proposta por juízes especialistas; (3) realização de modificações, alterações e correções necessárias, e; (4) integração dos resultados para desenvolvimento da versão final do programa. Na primeira etapa, foram decididos pela pesquisadora e equipe de pesquisa que aspectos da intervenção original seriam adaptados e de que maneira para o formato remoto, considerando a realidade brasileira. Para realizar as adaptações foram utilizados os Manuais do Programa na versão português: Manual para os Pais ou Cuidadores, o Manual do Facilitador, o Manual de Entrevista Motivacional (EM) (Silva & WiCapítulolliams, 2016). Também foram utilizadas as recomendações da APA a respeito das adaptações para a implementação remota do Programa ACT, na versão em inglês. A proposta de adaptação foi redigida pela pesquisadora; e, na segunda etapa seis profissionais com expertise na área foram convidados a avaliar as adaptações realizadas no programa para implementação no ambiente virtual. A amostra foi por conveniência. Os juízes receberam uma carta-convite apresentando os objetivos do estudo e uma descrição das tarefas a serem realizadas. Após aceitarem participar do estudo e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, preencheram o roteiro das adaptações. Também realizaram comentários sobre a adaptação do programa em geral, bem como indicações de

correções, alterações e modificações necessárias. Na terceira e quarta etapas, a partir da leitura e avaliação dos pareceres dos especialistas, a pesquisadora (primeira autora) realizou as modificações, alterações e correções, elaborando a versão final do roteiro das adaptações.

Procedimentos de análise dos dados

Os dados foram analisados de maneira quantitativa e qualitativa. As respostas (concordo/não concordo) das participantes no roteiro das adaptações foram consideradas quantitativamente, por meio do percentual de concordância da adaptação. Os comentários inclusos no questionário sobre a adaptação do programa, indicações de correções, alterações e modificações necessárias foram analisados qualitativamente, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 1977/2011). Primeiramente, realizou-se uma análise de cada roteiro preenchido e avaliado pelas juízas, por meio de uma leitura atenta e detalhada. Em um segundo momento, procedeu-se a análise da totalidade do material, sendo considerada a frequência com que as adequações ou necessidades de modificações das adaptações do Programa ACT se fizeram presentes, tornando-se significativas.

Resultados

1) Elaboração do roteiro com as adaptações para aplicação na versão remota

A primeira fase da adaptação consistiu na elaboração de um roteiro com as informações e atividades do Programa ACT descritas no Manual do Facilitador (Silva, 2011) e as adaptações correspondentes às mesmas para a aplicação na versão remota. O roteiro foi elaborado pela pesquisadora do estudo (primeira autora), com a contribuição de uma equipe de pesquisa formada por três acadêmicas de Psicologia, uma psicóloga e uma professora/orientadora

acadêmica. A proposta incluiu adaptações gerais e específicas de cada sessão do Programa ACT.

As adaptações gerais contemplaram o recrutamento dos participantes, o local da intervenção, o caderno de pais, os materiais do Programa ACT e o resumo de cada sessão. O recrutamento dos participantes na versão remota foi adaptado para ser realizado pelas redes sociais – *Facebook, Instagram e E-mail*. Um folder digital, com um *link* para a realização da inscrição dos participantes foi elaborado para a divulgação do Programa. A ficha de inscrição foi elaborada através da plataforma do *Google Forms*, que é um aplicativo que pode ser utilizado para elaboração de questionários e formulários de registros. Uma cartilha digital informativa sobre o Programa ACT e os recursos necessários para participar do mesmo na versão remota (ter computador e acesso à internet) também foi elaborada para ser divulgada nas redes sociais.

O local do Programa foi adaptado para a plataforma digital do *Google Meet*, que se refere a um aplicativo de comunicação por vídeo desenvolvido pelo *Google*. O caderno de pais foi digitalizado e os materiais do Programa (exercícios, tarefas de casa e questionários das avaliações) foram elaborados através da plataforma do *Google Forms*. O resumo de cada sessão foi elaborado na plataforma do *Canvas* (cria templates e designs personalizados) para ser disponibilizado aos participantes, por meio das ferramentas digitais (*E-mail ou WhatsApp*).

As adaptações específicas de cada sessão foram realizadas a partir da necessidade e especificidade de cada encontro e totalizaram 42 adequações: sete adaptações na reunião prévia e na primeira sessão; seis adaptações na oitava sessão; cinco adaptações na terceira e sexta sessões; quatro adaptações na sétima sessão; três e duas adaptações na segunda e quarta sessões respectivamente. Na reunião prévia e nas sete sessões, o *flipchart* foi substituído pelo programa *Word* (processador de texto). A “Caixa dos sonhos” foi adaptada no virtual para que cada participante escrevesse em um papel dois sonhos/aprendizados que tem para o futuro do filho

e colocasse na sua caixa. A lista de presença preenchida pelo participante foi adaptada para ser preenchida pela facilitadora. A tarefa de casa, entregue no final de cada sessão, foi adaptada para ser explicada na sessão e enviada após o encontro de maneira *on-line*, pelo *link* gerado pela ferramenta do *Google Forms*.

No que se refere às adaptações individuais das sessões, na reunião prévia e na primeira sessão, foram adaptadas as informações gerais a respeito do Programa: duração da reunião de aproximadamente uma hora e 30 minutos; não ter intervalo; ter um responsável para ficar com as crianças em casa; estar em um ambiente tranquilo, que permita a interação e a não interrupção da participação; ter um computador, *tablet* e/ou celular com acesso à internet, assim como dispor de papel, caneta, tesoura, durex ou grampeador e uma caixa.

Na reunião prévia, o questionário “O que você deseja do Programa ACT?” foi elaborado pela *Google Forms* para ser fornecido no *chat* para os participantes responderem no encontro. A atividade de divisão dos participantes em pequenos grupos para conversarem sobre as vantagens e desvantagens das mudanças de comportamento desejadas foi adaptada para ser realizada com todo o grupo. A folha da “Balança das decisões” e a “Régua da prontidão” foram adaptadas para a apresentação no *PowerPoint* e realização das atividades por cada participante em uma folha em branco. A folha do “Plano de Mudança” prevista para ser realizada na sessão foi adaptada para ser enviada após o encontro, através de um *link* gerado pelo *Google Forms*. Nesse encontro, também foi alterada a atividade de leitura com as crianças. Na versão remota, a facilitadora deve sugerir livros para a leitura diária com as crianças. Os “Questionários de Avaliação Prévia” (Guia de Avaliação do ACT) também foram adaptados para serem enviados antes da reunião prévia, de maneira *on-line* (*WhatsApp* ou *E-mail*), através de um *link* gerado pelo *Google Forms*.

Na Sessão 1, as atividades de debate em pequenos grupos foram adaptadas. A atividade sobre conceito e desenvolvimento infantil que prevê a divisão de quatro grupos e escolha de

um cenário para a discussão de cada grupo foi adaptada para a divisão de quatro grupos em salas *on-line* e o uso de *slides* do *PowerPoint* para descrever cada situação (cenário). A outra atividade de divisão dos participantes em grupos para conversarem sobre os comportamentos difíceis das crianças, na versão remota, foi adaptada para o debate ser realizado com todos os participantes. O Programa prevê que, no final da atividade, cada participante vire para a pessoa à direita e conversem sobre o que os ajuda a sentirem-se melhor quando ficam chateados com os comportamentos de seus filhos. Na versão remota, foi modificado para realizar essa conversa com todo o grupo.

No encontro número 2, sobre a temática da violência na vida das crianças, foram incluídos para o debate *slides* no *PowerPoint* com informações sobre os dados de violência contra a criança no Brasil, a partir do Disque 100 e estudos científicos; a violência contra a criança no momento da pandemia do novo Coronavírus; e, o Estatuto da Criança e do Adolescente. A atividade da “Boneca de papel” foi adaptada na versão remota para que cada participante desenhasse uma boneca e realizasse o solicitado.

A Sessão “Como os pais podem entender e controlar a raiva” prevê que os participantes virem para a direita e falem com a pessoa do lado sobre uma situação ou problema real com as crianças que fez com que ficassem com raiva. No remoto, foi adaptado para os participantes falarem sobre essa situação para todo o grupo. Na atividade de divisão dos participantes em três grupos para realizarem o debate sobre o sentimento de raiva, na versão remota, a atividade foi adaptada para o debate ser realizado com todos os participantes.

Nessa sessão ainda, a atividade da “Roda dos sentimentos” também foi alterada. No encontro presencial, os participantes são divididos em três grupos e a “Roda dos sentimentos” entregue para todos os participantes e solicitado que cada participante gire a “Roda” uma vez e conte sobre a situação que causou o sentimento indicado. Na versão remota, foi previsto que a facilitadora girasse a “Roda dos sentimentos” e solicitasse que um dos participantes

verbalizasse sobre a situação que causou o sentimento e depois a atividade é repetida até que todos os sentimentos sejam expostos. Já, a atividade de divisão de três grupos para debater um cenário e utilizar o “Cartão Repense/Ideal” foi mantida. No entanto, foram previstos apenas dois grupos (divididos em duas salas virtuais) para a realização do debate e a dramatização foi excluída. A Roda do sentimento e o Cartão Repense foram adaptados para o formato digital para o envio por *E-mail* ou *WhatsApp*.

Na Sessão 4 do Programa ACT, é realizada uma atividade para ajudar os participantes a identificarem o conflito, a partir de um cenário e o debate em quatro grupos. Na versão remota, as atividades distribuídas em quatro grupos foram adaptadas para serem realizadas em conjunto com todos os participantes. A atividade de dramatização do cenário foi adaptada para ser apresentada por meio de um vídeo elaborado pelo grupo de pesquisa.

No encontro sobre as crianças e os meios eletrônicos de comunicação, foi incluído o debate sobre o aumento no uso da tela devido ao momento atual (pandemia do COVID-19), os riscos adicionais enfrentados, bem como as diferenças entre a tela recreativa e o uso de tela educacional. A atividade que no presencial é realizada a partir da divisão dos participantes em grupos de três ou quatro integrantes cada para debaterem sobre seus filhos e a mídia eletrônica, na versão remota foi adaptada para discutir com todos os participantes. Já a outra atividade prevista em grupo, sobre a redução do impacto dos meios eletrônicos de comunicação nas crianças, foi mantida a partir das divisões dos participantes em salas virtuais, no entanto, foi substituída a distribuição das folhas de informação pela apresentação de *slides* no *PowerPoint*.

Na Sessão número 6, sobre disciplina e estilos parentais, a atividade realizada em quatro grupos diferentes para debater sobre a seleção do melhor candidato para ser pai/mãe, e; depois representar os melhores pais para as crianças por meio de limpadores de cano, papel e lápis de cera, foi alterada para o remoto. O debate foi adaptado para ser efetivado com todos os participantes e a representação dos melhores pais concretizada por meio da escrita de três

palavras, por cada participante, a partir do *link* gerado pelo aplicativo *Mentimeter*, para formar uma nuvem de palavras.

A atividade que prevê a realização de duas linhas horizontais longas no quadro ou em um papel na parede para mostrar o *continuum* dos estilos parentais e prevê que os participantes indicassem no quadro ou papel na parede o estilo parental atual, o estilo parental de seus próprios pais e por último, o estilo parental que gostariam de ter para serem os melhores pais para seus filhos foi substituída. No remoto, a atividade foi adaptada para uma apresentação no *PowerPoint* dos estilos parentais, que foram numerados, e a solicitação que os participantes representassem em um papel o número do estilo parental do pai/mãe deles e depois o número do estilo parental ideal, onde eles gostariam de estar para serem os melhores pais para seus filhos.

Na sexta sessão ainda, a atividade de produção de um pôster em grupo para representar o melhor estilo parental foi substituída pela escrita individual do que consideram o melhor estilo parental e sua justificativa. A atividade referente à definição de disciplina e punição realizada em grupo, na versão remota foi mantida, no entanto, foi adaptada para ser realizada em apenas dois grupos, distribuídos em salas virtuais. A dramatização foi substituída por um vídeo elaborado pelo grupo de pesquisa. E, a atividade que trata sobre as consequências do uso da punição para disciplinar as crianças por meio de um cenário foi adaptada para ser realizada com todo o grupo. Nessa atividade, a facilitadora apresentará uma boneca, a partir do *PowerPoint*, e escreverá as frases/palavras verbalizadas pelos participantes.

No encontro 7, a atividade de divisão dos participantes em dois grupos foi mantida, a partir da divisão dos mesmos em duas salas virtuais. No entanto, foi adaptada para que os participantes do primeiro grupo não desenhem o detetive, apenas façam em uma folha a “Lista de bons comportamentos das crianças pequenas” e a “Lista de palavras positivas para promover o bom comportamento”.

A atividade “Jogue a bola e diga o que você aprendeu” foi adaptada para que os participantes imaginem que o facilitador esteja segurando uma bola. O facilitador finge que está jogando na tela e chama o nome do pai/mãe/cuidador para quem está jogando e solicita que ele finja que está pegando. Quando ele pegar a bola, o facilitador solicita que imagine que o filho está parado na sua frente e que diga o nome do seu filho e uma declaração positiva que expressará na próxima vez que ele se comportar bem. Assim que a declaração for feita, o facilitador pede a esse pai que finja jogar uma bola em outro pai, chamando o nome desse pai. A atividade continua até que todos tenham participado.

A outra atividade da sessão 7, que prevê a divisão dos participantes em grupos de três ou quatro integrantes, para conversarem sobre que comportamentos difíceis gostariam de mudar e quais comportamentos positivos gostariam de ensinar a seus filhos foi adaptada para ser realizada com todos os participantes. A folha de exercícios “Opções de disciplina positiva para seus filhos” foi adaptada para a versão digital e prevista para ser fornecida no *chat* (a partir do *link* com a atividade), para cada participante realizar o exercício e apresentar para o grupo.

No último encontro, na Sessão 8, na atividade de divisão dos participantes em pequenos grupos para distribuir o questionário “O que você espera do Programa ACT” e cada participante ler para o seu grupo e a discussão se o Programa atendeu ou não as expectativas dos participantes, foram substituídas por uma conversa com o grupo todo. Os participantes devem estar com o questionário que preencheram de maneira *on-line*, por meio da plataforma do *Google Forms*. A outra atividade prevista para os participantes conversarem em grupo sobre os aprendizados que colocaram na “Caixa dos sonhos” também foi substituída por uma conversa com todos os participantes do Programa. A criação pelos participantes de uma figura que represente o que aprenderam e que já estão usando em casa por meio de limpadores de cano foi excluída.

Na oitava sessão ainda, a atividade de realização de um pôster foi substituída para a efetivação de um desenho e os participantes solicitados a estarem com os seus “Planos de mudanças” digitais. A atividade de divisão dos participantes em dois grupos: “Protetores e Defensores”, na versão remota foi mantida, no entanto, a partir da divisão nas salas virtuais e substituição de cartazes pela apresentação no *PowerPoint*. A conclusão e celebração na versão remota foram adaptadas para que os participantes tenham os filhos presentes na sala virtual. No que se refere à Avaliação Pós-Programa, os “Guia de Avaliação do Programa ACT” e “Questionário de Avaliação do Programa ACT” foram previstos para serem enviados de maneira *on-line* (*WhatsApp /ou E-mail*) no final da última sessão, a partir da elaboração dos mesmos por meio da plataforma do *Google Forms*.

2) Avaliação da proposta por juízes especialistas

O roteiro das adaptações foi avaliado por seis juízas especialistas. Quatro avaliadoras concordaram 100% com as adaptações. Uma concordou 95,23 % e outra 90,47%. Dessa forma, o nível de concordância geral das juízas foi de 97,61%, o que torna o roteiro de adaptação adequado à versão remota do Programa ACT. Nas seis adaptações gerais realizadas, apenas a adaptação a respeito do caderno de pais não teve concordância por parte de uma avaliadora (caderno de pais ser disponibilizados apenas no formato digital). Quanto às específicas, de 42 adaptações, três não tiveram concordância das avaliadoras: informações gerais (reunião prévia e primeira sessão), atividade sobre a redução do impacto dos meios eletrônicos nas crianças (sessão 5) e atividade sobre estilos parentais (sessão 6).

No que se referem às adaptações gerais do Programa, as juízas analisaram como positivo o recrutamento dos participantes pelas redes sociais. Uma avaliadora considerou que “*facilitaria o engajamento e resposta de participantes que já tenham o acesso e estrutura para*

atividades remotas, o que facilitaria a sua seleção” (J4). Foi sugerido pelas avaliadoras a divulgação do Programa ACT em grupos de WhatsApp de escolas e outras instituições que prestam atendimentos às crianças e famílias, bem como a realização de um grupo de WhatsApp com os participantes para facilitar a comunicação e a troca de informações. Foi questionado por uma juíza: “caso famílias de baixa renda tenham interesse em participar do programa, mas não tenham os recursos materiais necessários (ex. papel, tesoura, durex, grampeador, etc.), qual será o procedimento adotado?” (J5).

Quanto ao local do Programa na versão remota, as juízas não realizaram sinalizações sobre a plataforma do *Google Meet*, mas sugeriram outras plataformas gratuitas, como o *Zoom* e *Skype*. A cartilha informativa foi avaliada como pertinente por uma juíza que considerou que os participantes teriam informações sobre o que precisariam para ter acesso ao Programa. A mesma avaliadora sugeriu que na cartilha informativa fosse incluído um tutorial sobre o acesso ao *Google Meet*, considerando como uma “*maneira a se precaver de possíveis dificuldades dos participantes*” (J4).

Em relação aos materiais adaptados para o digital, três avaliadoras apontaram a importância do envio do caderno de pais impresso para os participantes do Programa pelo correio, analisando que: “*concordo com essa possibilidade, mas reforço que seria interessante os pais terem essas cópias físicas (...) eles podem imprimir esse material depois, mas me questiono se todos teriam acesso a isso*” (J2); “*Se são participantes todos da mesma cidade, acredito que pode ser enviado pelos correios uma cópia. Pensando também no tipo de público: pessoas mais jovens tendem a ter facilidade com tecnologias, pessoas de mais idade por vezes ainda preferem o recurso impresso*” (J4). A avaliadora 4, sugeriu que “*Pode ser deixado opcional ou, verificar junto ao grupo, ao longo das sessões se alguém tem tido dificuldades do acesso do material virtualmente*” (J4). Uma participante marcou que não concordava com apenas o envio do material digital.

Nas adaptações específicas, as avaliadoras sugeriram a utilização do *PowerPoint* para substituir *flipchart*. Também recomendaram que o registro das ferramentas aprendidas em cada sessão/sonhos (que os participantes colocam na caixa dos sonhos), poderia ser realizado pela plataforma do *Google Forms* ou *Mentimeter*. Uma avaliadora analisou que “*se usasse o recurso do Google Forms ou o próprio Mentimeter, você teria acesso ao que foi escrito na caixa dos sonhos*” (J4). Em relação às tarefas de casa, uma juíza sugeriu que “*auxiliares de pesquisa estejam disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por E-mail ou WhatsApp durante a semana*” (J5). Justificando que “*acredito que alguns pais e cuidadores tenham dificuldades para acessar as plataformas digitais para realizarem as atividades durante a semana*” (J5).

Nas adaptações realizadas na reunião prévia e primeira sessão, sobre as informações gerais, as considerações das juízas foram: “*Seria bom recomendar que tenham água, café, biscoito ou o que preferirem à disposição*” (J1); “*Acredito que o intervalo possa ser importante a depender do horário em que o grupo ocorre (...) Acredito que seria melhor que o grupo decidisse em conjunto se haveria esse tempo, pois há cuidadores que precisam dar suporte aos filhos*” (J4); “*(...) o tempo, precisa ser maior do que em uma situação presencial, devido a interrupções na internet, no som, etc. Isso não é nenhuma correção. Apenas um ponto de sugestão para observarem ao longo da experiência como se dá*” (J6); “*Fico em dúvida sobre a possibilidade de realizar todas as atividades previstas no programa em uma hora e meia. A experiência do primeiro grupo na modalidade on-line será importante para avaliar esta questão*” (J5).

Quanto à adaptação dos questionários “O que você espera do Programa ACT” e “Plano de Mudança”, para ser realizado durante a reunião prévia de maneira *on-line*, foi questionado pelas juízas o tempo para a realização de ambas as atividades. Quanto ao “Questionários de Avaliação Prévia” e o “Guia de Avaliação do Programa ACT”, as avaliadoras apontaram a

importância do facilitador se certificar sobre a afinidade do participante quanto ao uso da tecnologia e envio e recebimento de material *on-line*, além de habilidades de leitura e escrita dos participantes.

Na sessão 2, a inserção de *slides* sobre os dados de violência no Brasil e a legislação nacional foi avaliada como: “*excelente a inserção dos dados no Brasil (seria interessante até verificar se há dados na cidade em que estão inseridos). Dados de violência na pandemia também são muito legais (pode ser que eles façam parte também dessa estatística)*” (J4); “*Considero muito pertinente a inclusão de dados atualizados sobre a violência contra crianças no Brasil, o ECA e os novos desafios que as famílias estão enfrentando em decorrência da pandemia do COVID-19*” (J5). A avaliadora 4, pontuou que muitas pessoas desconhecem o que é preconizado nas legislações e sugeriu ainda incluir a Lei 13.010 (Brasil, 2014), conhecida como a Lei Menino Bernardo. Na atividade da “Boneca de papel” todas concordaram com as adaptações, no entanto, foram realizadas algumas sugestões, entre elas: “*Acho importante destacar que o facilitador também tenha seu boneco de papel em mãos e seja o modelo para os participantes*” (J1); “*Sugiro que, ao invés de os pais e cuidadores desenharem e recortarem a boneca, que a facilitadora tenha a boneca de papel pronta no momento da atividade*” (J5).

Na sessão sobre “Como os pais podem entender e controlar a raiva”, em que foi adaptada a atividade da “Roda dos sentimentos” e do “Modelo Repense”, foram consideradas algumas questões: “*Se os participantes já tivessem a roda previamente, eles mesmos poderiam girar e falar sobre o sentimento*” (J1); “*Se on-line, sugerir que imprimam para colocar na geladeira, como um lembrete*” (J4). Na quarta sessão, a adaptação da produção de um vídeo pela equipe de pesquisa foi avaliada como positiva: “*Achei interessante a ideia do vídeo no lugar da dramatização. Mas acho que até daria para os participantes dramatizarem na versão on-line, caso queiram, claro. Eu costumo dar a opção. Tem grupos que se animam e muitos que não*”

(J1); *“Muito legal a ideia do vídeo”* (J4); *“Muito bacana a ideia do vídeo feito pelo grupo”* (J6).

No quinto encontro, a inserção da discussão sobre a relação do uso das telas no contexto da pandemia foi analisada pelas participantes como: *“Ótimo. Muito pertinente a inclusão para o momento”* (J4); *“Considero pertinente atualizar os conteúdos da sessão sobre o uso das mídias eletrônicas e abordar o contexto de pandemia do COVID-19”* (J5). No entanto, a realização da atividade prevista em grupo sobre a redução do impacto dos meios eletrônicos de comunicação nas crianças que foi mantida, a partir das divisões dos participantes em salas virtuais, uma juíza marcou que não concordava, justificando que *“concordo parcialmente, acho que a questão da dramatização fica restrita no ambiente on-line, sugiro a substituição dessa atividade”* (J2). A avaliadora considerou que o tempo da sessão não seria suficiente para a realização da atividade de maneira efetiva.

Na sessão 6, a atividade adaptada para ser realizada no *Mentimeter* e representar os melhores pais para as crianças foi avaliada de maneira diferente pelas juízas, como pode ser observado: *“Gostei da ideia da nuvem de palavras”* (J1); *“(...) acho que a ideia deles desenharem pode ser mais significativa do que a nuvem de palavras”* (J2); *“Essa ferramenta pode inclusive ser mais explorada ao longo do processo, conforme supracitado”* (J4); *“Muito bacana a ideia de usar a nuvem de palavras”* (J6). Quanto à atividade sobre os estilos parentais que foi adaptada para os participantes escreverem em um papel o número do estilo parental do pai/mãe deles e depois em um outro papel o número do estilo parental ideal, as avaliadoras 2 e 4 marcaram que não concordavam, sinalizando: *“Pensei em fazer uma espécie de “régua” de estilo parental e os participantes marcarem em que lugar eles se identificam, me parece que o fato deles poderem se posicionar fica mais ilustrativo (...)”* (J2); *“Eu colocaria para que eles marquem essas respostas em um formulário no Google Forms, assim facilita o acesso a essas informações para você”* (J4).

Na sessão 7, não foi sinalizada nenhuma questão. E, por fim, no encontro 8, foi sugerido pela avaliadora 4 que fosse solicitado um *feedback* aos participantes sobre o Programa na versão remota, questionando “*se eles acreditam que há diferença e apontar quais do grupo on-line ou se fosse presencial*” (J4).

Em relação às adaptações, de maneira geral, as juízas avaliaram como “*excelentes*” (J1), “*coerentes*” (J2), “*adequadas sem alterar o conteúdo do programa*” (J3), “*promissora no contexto atual e futuro*” (J 4), “*pertinentes*” (J5), “*simples, objetiva e sem perder os pontos principais do Programa*” (J6). Nos comentários finais, três avaliadoras sinalizaram a preocupação em relação ao tempo previsto para a realização das sessões e sobre o uso das tecnologias: “*(...) o simples acesso (ou falta de) aos meios tecnológicos /ou dificuldade de manejar tecnologia pode ser um obstáculo para famílias com menos privilégio e/ou cuidadores com idade mais avançada*” (J3); “*Seria interessante certificar-se da afinidade dos participantes com a tecnologia e não hesitar quanto à elaboração de tutoriais para uso da plataforma ou de recursos a serem utilizados ao longo do processo*” (J4). Uma avaliadora apontou preocupação quando ao cuidado dos pais/responsáveis com as crianças: “*Me preocupa ainda a questão das crianças e o fato da exigência de alguém permanecer com as crianças, pois sabemos que não é a realidade de muitos cuidadores*” (J4).

Como sugestão geral, uma participante mencionou que a nuvem de palavras pode ser um recurso importante na versão remota do Programa: “*Acho as nuvens de palavras ferramentas muito poderosas, porque incluem todas as respostas e ao mesmo tempo oferecem um panorama geral sobre como um grupo percebe determinado tópico*” (J3). A referida juíza sugeriu que a ferramenta “*pudesse talvez ser utilizadas mais consistentemente como resumos de sessão, como uma representação visual de tudo o que foi trabalhado, incluindo as interações dos participantes*” (J3).

3) Realização de modificações, alterações e correções necessárias

Na terceira etapa, foram considerados os seis roteiros de adaptação preenchidos pelas juízas especialistas e realizadas algumas alterações no roteiro do Programa ACT na versão remota. Nas adaptações gerais, foi incluído o *WhatsApp* como forma de recrutamento dos participantes e como um canal de comunicação e envio de materiais entre a facilitadora e os participantes. Inclusive, foi destacado que, caso famílias de contextos mais desfavoráveis tenham interesse em participar do Programa ACT, a facilitadora entrará em contato com o Centro Comunitário do Bairro, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou Instituição de Educação, para que o Serviço de referência disponibilize as ferramentas necessárias para a família participar do Programa. Entende-se que o Programa ACT constitui-se em uma ferramenta de prevenção contra violência contra a criança, assim, sendo de interesse da sociedade. O caderno de pais será digital, sendo enviado para todos os participantes por *E-mail* e/ou *WhatsApp*. No entanto, foi incluído que será disponibilizado impresso para os participantes que tiverem interesse de retirar o material. Também foi incluído no roteiro um tutorial para os participantes de orientação ao acesso à plataforma do *Google Meet*.

Na reunião prévia e nas sete sessões, o *flipchart* foi substituído pelo *PowerPoint*, que é utilizado para criação, edição e exibição de apresentações. A “Caixa dos sonhos” foi adaptada no remoto para a escrita dos sonhos e dos aprendizados na sessão tanto em um papel quanto no aplicativo *Mentimeter*, formando uma nuvem de palavras dos aprendizados do grupo na sessão. O aplicativo é usado para criar apresentações com *feedback* em tempo real e oferece recursos interativos, como nuvem de palavras e questionários, que podem ser compartilhadas por meio da internet. Nas tarefas de casa, foi incluído que será explicada a tarefa e informado que ela será enviada após a sessão de maneira *on-line*. Também foi incluída a informação de que a

facilitadora estará disponível para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por *E-mail* ou *WhatsApp*, durante a semana a respeito da tarefa de casa.

Na reunião prévia e sessão 1, as informações gerais foram mantidas porque entende-se que na versão remota não seria necessário o intervalo e isso reduziria o tempo da sessão. Na reunião prévia, o questionário “O que você deseja do programa ACT?” e a “Folha do Plano de Mudança”, previstos para serem realizados na sessão, na adaptação remota foram adaptados para serem enviados após o encontro, por meio de um *link* gerado pelo *Google Forms*. Em relação aos “Questionários de Avaliação Prévia”, estes serão enviados de maneira *on-line*, através de um *link* gerado pelo *Google Forms*, antes da reunião para todos os participantes preencherem, sendo que só poderá iniciar a intervenção quem tiver preenchido os questionários. Foi incluída a recomendação de que o facilitador deve se certificar sobre a afinidade do participante quanto ao uso da tecnologia e envio/recebimento de material *on-line*, além de habilidades de leitura e escrita dos participantes.

Na sessão 2, em relação a atividade da “Boneca de papel”, considerando o tempo da sessão, optou-se pela facilitadora ter a boneca de papel e realizar a atividade de cortar e colar os pedaços da boneca. Também foi inserida no debate a Lei 13.010 (Brasil, 2014). Na sessão 3, foi incluída a sugestão para os participantes imprimirem o “Cartão Repense/Ideal” para colocar na geladeira como um lembrete. E, na sessão 4, a atividade da “Roda dos sentimentos” foi aplicada para ser realizada a partir de uma “Roda dos sentimentos *on-line*”, por meio do aplicativo “*App sorteos.com*”, considerando que possibilitaria a visualização da “Roda dos sentimentos” pelos participantes e a atividade ficaria mais semelhante da realizada de maneira presencial.

Na sessão 5, considerando que duas avaliadoras não concordaram com a adaptação na atividade sobre a redução do impacto dos meios eletrônicos de comunicação nas crianças, foi alterada para apresentar as folhas de informação no *PowerPoint* e debater as questões com todo

o grupo. Em relação a atividade sobre os estilos parentais, foi mantida considerando que os participantes representariam no papel o que considerariam o estilo parental dos seus pais e o estilo parental que almejam. Na sessão 8, foi inserida a solicitação do *feedback* para os participantes, incluído a questão se eles acreditavam que há diferença entre a aplicação do Programa de maneira presencial e *on-line*; e, quais seriam.

4) Integração dos resultados para desenvolvimento da versão final do programa

A partir do roteiro com as adaptações desenvolvido pela equipe de pesquisa e dos seis pareceres das juízas especialistas, foi realizada a integração dos resultados e elaborado o roteiro da versão final do Programa ACT na versão remota (Apêndice A).

Discussão

Na elaboração do roteiro, pode-se analisar que as adaptações gerais necessárias para a aplicação do Programa na versão remota estavam relacionadas ao recrutamento e local para a realização da intervenção, bem como aos materiais que são disponibilizados para os participantes. A plataforma do *Google Meet* foi considerada adequada para a aplicação do Programa na versão remota, uma vez que é uma ferramenta de fácil acesso, que não necessita de instalação de aplicativo no computador, pois o acesso à sala de aula virtual é realizado pelo *Google Chrome*. Além disso, o *Google Meet* possibilita o compartilhamento da tela do computador (*Power Point*, *Word*, *PDF*, entre outros) com os participantes da sala para apresentar os conteúdos, atividades, tarefas e vídeos (Silva, Andrade & Santos, 2020). Também é possível a aplicação do Programa pelos facilitadores sem custo, devido a plataforma ter uma versão gratuita.

No que se refere à adaptação do material no formato digital, esse formato pode facilitar o acesso ao conteúdo do Programa (Rodrigues, Aranha, & Freitas, 2020). No entanto, considerando as avaliações das juízas especialistas, a informação sobre a disponibilização do material impresso, para os participantes que tiverem interesse de adquirir e/ou tiverem dificuldade em relação ao acesso do material no formato digital, foi incluída no roteiro das adaptações. A adaptação de tarefas de casa, atividades e questionários de avaliação do Programa, por meio do *Google Forms*, permite a aplicação do material, assim como a coleta de informações de forma sistemática (Rodrigues, Aranha, & Freitas, 2020).

Quanto às adaptações específicas de cada sessão, pode-se identificar que a internet apresentou uma variedade de recursos e ferramentas que podem possibilitar a realização do Programa ACT de maneira remota, mantendo as atividades previstas na intervenção, como: apresentação do conteúdo pelo *PowerPoint*, debate em grupo pelas salas virtuais do *Google Meet*, “Caixa dos Sonhos” pela *Mentimeter*, “Roda dos sentimentos” pelo *App sorteos.com*, entre outras. Algumas atividades de grupo foram mantidas por meio das salas virtuais e outras adaptadas para serem realizadas com todos os participantes, sendo considerado a peculiaridade e necessidade de cada atividade. Importante destacar que, as atividades em grupo precisaram de mais atenção e cuidado, a fim de manter a interação e o debate das temáticas entre os participantes, assim como a estrutura original do Programa.

A versão remota do Programa, sendo realizada de maneira síncrona, pode possibilitar a transmissão de informações sobre o conteúdo do Programa, assim com a interação entre os participantes. Além disso, pode incluir participantes de diversos locais do Brasil, o que pode contribuir para os debates das temáticas e a prevenção da violência, no âmbito nacional. A internet tem possibilitado o aumento na disseminação do conhecimento científico, no qual ultrapassa as barreiras da distância e do tempo. No entanto, a internet não substitui as relações

presenciais, representando mais uma forma de interação, que permite o encontro de diferentes pessoas, em especial as que têm objetivos comuns (Barbosa, et al., 2014).

A etapa de análise do material realizada pelas juízas permitiu concluir que o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguro apresenta estrutura adequada à realidade virtual, bem como aos objetivos a que se propõe. No que se refere aos pareceres das juízas, a maioria dos aspectos previstos no roteiro de adaptação foram avaliados como adequados pelas mesmas, considerando que as juízas realizaram mais sugestões do que solicitaram alterações, no sentido de aperfeiçoar o material adaptado.

A partir da apreciação do material das juízas especialistas, considera-se que a maioria das sugestões e avaliações estava relacionada ao uso das TICs, em especial os desafios e potencialidades das ferramentas disponíveis na internet para a implantação de um Programa de intervenção na versão remota. Dessa forma, o uso do *PowerPoint* foi apontado como uma ferramenta que pode facilitar a interação entre a facilitadora do Programa e os participantes. O *WhatsApp* foi avaliado como importante tanto na divulgação quanto na interação e comunicação. A plataforma do *Mentimeter* para formar uma nuvem de ideias com os aprendizados das sessões foi apontada como uma ferramenta que proporciona interação e acesso ao material dos participantes. A utilização de vídeos foi analisada como uma forma de promover o conhecimento e possibilitar a visualização dos temas abordados no Programa. Plataformas digitais de ensino promovem a interação entre os sujeitos, permitindo que cada participante apresente suas ideias, compartilhe conhecimentos, comportamentos e habilidades, possibilitando o desenvolvimento de novos aprendizados, assim como o aperfeiçoamento de habilidades (Carneiro, et al., 2020).

As juízas especialistas, na avaliação do roteiro para a versão remota, apontaram preocupação, em especial quanto à promoção do Programa às pessoas que não têm o acesso à tecnologia, devido a condições econômicas, sociais e/ou não ter o conhecimento e domínio das

TICs. Dessa forma, sugestões como contar com o auxílio de um profissional na realização das tarefas, tutoriais sobre a plataforma do *Google Meet* foram consideradas imprescindíveis e incluídas no roteiro de adaptação. Assim como a informação que caso famílias que não possuam a tecnologia tenham interesse em participar do Programa ACT, a facilitadora entrará em contato com um Serviço de referência, para que este disponibilize as ferramentas necessárias para a família participar do Programa. Considera-se que a versão remota pode excluir algumas pessoas, devido, em especial, ao acesso à internet ou ainda o não conhecimento sobre o funcionamento de tecnologia de informação e comunicação.

Reforçando a ideia já mencionada, um estudo mostra que, no âmbito nacional, o acesso à internet ainda não é uma realidade para muitos sujeitos (Carneiro, et al., 2020). No Brasil, estimou-se um indicador de 61% de acesso à internet. Além disso, existem diferenças significativas na distribuição da forma de conexão disponíveis entre as regiões brasileiras. Dessa forma, ainda se fazem necessárias a elaboração e a implementação de políticas de inclusão digital, de forma igualitária no âmbito nacional (Carneiro, et al., 2020). No entanto, no contexto da pandemia do COVID-19, a oferta de um Programa remoto pode ser uma possibilidade de prevenção da violência contra a criança, a partir da disseminação do conhecimento científico, conforme sugerida pela Organização Mundial de Saúde (2014).

Além disso, as juízas também destacaram a preocupação quanto ao tempo da sessão na versão remota, considerando que na internet podem acontecer interrupções, devido em especial, às falhas de conexão. Dessa forma, em algumas sessões optou-se pela divisão de menos grupos ou debate com o grupo todo; e, pela oferta dos questionários *on-line* para a realização após a sessão. Considera-se que no presencial, também podem haver interrupções e imprevistos. Assim, manteve-se o tempo da sessão prevista no roteiro de adaptações, considerando que o formato remoto exige mais atenção e concentração e a reavaliação desse aspecto a partir da realização do estudo de viabilidade.

A inclusão de *slides* com temas nacionais no conteúdo, como os dados da violência no Brasil e a inserção de legislações nacionais, foi avaliada como positivas e que não compromete a estrutura do Programa. O Processo de adaptação de um programa de intervenção deve ter como prioridade adequar a intervenção às particularidades dos participantes, a fim de facilitar a sua participação e adesão, não interferindo no material original do Programa. Dessa forma, o conteúdo deve ser ajustado com as necessidades e contexto social dos participantes (Castro, Barrera Jr., & Steiker, 2010), considerando o permitido pela *American Psychological Association*.

Na integração dos resultados e versão final, considera-se que a avaliação prévia do programa por juízas foi essencial para este estudo, dada a relevância do parecer de especialistas com expertise na área de desenvolvimento infantil, família, violência e aplicação de intervenção. O parecer de especialistas na adaptação de programas de intervenção pode facilitar e favorecer a realização de adaptações de qualidade (Wingood & DiClemente, 2008).

Considerações finais

Estudos científicos evidenciaram que a violência contra a criança ainda é uma realidade nas famílias brasileiras (Cezar & Arpini, 2017; Ferreira, Côrtes, & Gontijo, 2019; Malta, Bernal, Teixeira, Silva, & Freitas, 2017). Diversos são os fatores que resultam em violência, não existindo uma única causa. Mas se sabe que as situações de agressão são naturalizadas, aprendidas na sociedade e cultura e, muitas vezes, justificadas como estratégia de educação, podendo estar sendo potencializadas diante do contexto de uma pandemia do COVID-19 (Marques, et al., 2020).

Nesse sentido, programa de prevenção de violência, para pais e cuidadores, como o Programa ACT, pode ser uma estratégia de enfrentamento do fenômeno (OMS, 2014). A partir

do estudo, considera-se viável e pertinente a adaptação do Programa ACT para a aplicação remota. No contexto da pandemia, acredita-se que seja importante utilizar experiência já existente e fortalecer o que já vem sendo desenvolvido em prol do desenvolvimento e proteção da criança, adaptando estas iniciativas às restrições de distanciamento e isolamento sociais.

Identificou-se, por meio da análise dos pareceres das juízas especialistas, que as atividades previstas no Programa podem ser adaptadas na versão remota, a partir das ferramentas disponíveis na internet, como *Google Meet*, *Mentimeter*, *Google Forms*. Observa-se, ainda, que a oferta do ACT na versão remota, a partir das TICs é uma maneira de possibilitar o encontro de pais/cuidadores que tem o desafio diário de educar as crianças, permitindo o debate de diferentes temas e a troca de informação e conhecimentos. Quanto às limitações, considera-se que a adaptação teve como foco apenas a realidade brasileira. Em relação a estudos futuros, sugerem-se estudos de intervenção remota com pais e cuidadores de crianças, a fim de obter dados a respeito da avaliação dos próprios participantes a respeito da intervenção, bem como realizar medidas pré e pós-teste, com vistas a identificar possíveis resultados positivos para os participantes, bem como a necessidade de adequações. Espera-se que o presente estudo contribua para o desenvolvimento e aplicação de intervenções voltadas para pais e cuidadores de crianças, que possam ser efetivas na prevenção de situações de violência.

Referências

Altafim, E. R. P., Pedro, M. E. A., & Linhares, M. B. M. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. doi:10.1016/j.chilyouth.2016.09.038.

- Barbosa, A. S., Ferrari, M. R., Boery, R. N. S. O., & Filho, D. L. G. (2014). Relações Humanas e Privacidade na Internet: implicações Bioéticas. *Revista de Bioética y Derecho*, 30, 109-124. doi:10.4321/S1886-58872014000100008
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. revisada atual e ampliada, L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa, Portugal: Edições 70. (Original publicado em 1977)
- Burkhart, K. M., Knox, M., & Brockmyer, J. (2013). Pilot evaluation of the ACT Raising Safe Kids program on children's bullying behavior. *Journal of Child and Family Studies*, 22(7), 942–951. doi:10.1007/s10826-012-9656-3
- Campbell, A. M. (2020). An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports*, 2, 1-8. doi:10.1016/j.fsir.2020.100089
- Carneiro, L. A., Rodrigues, W., França, G., & Prata, D. N. (2020). Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-18. doi:10.33448/rsd-v9i8.5485
- Castro, F. G., Barrera Jr., M., & Steiker, L. K. H. (2010). Issues and challenges in the design of culturally adapted evidence-based interventions. *Annual Review of Clinical Psychology*, 6, 213–239. doi: 10.1146/annurev-clinpsy- 033109-132032.
- Cezar, P. K., & Arpini, D. M. (2017). Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 432-445. doi:10.1590/1982-3703001942015
- Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J. W., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11),3997-4008. doi:10.1590/1413-812320182411.04352018

- Knox, M., Burkhart, K., & Howe, T. (2011). Effects of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program on children's externalizing problems. *Family Relations*, 60, 491–503. doi:10.1111/j.1741-3729.2011.00662.x
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial sobre violência e Saúde*. Geneva: World Health Organization.
- Malta, D. C., Bernal, R. T. I., Teixeira, B. S. M. Silva, M. M. A., & Freitas, M. I. F. (2017). Fatores associados a violências contra crianças em serviços sentinela de urgência nas capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2889-2898. doi: 10.1590/1413-81232017229.12752017
- Marques, E., S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. F. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Caderno de Saúde Pública*, 36(4), 1-6. doi:10.1590/0102-311X00074420
- Pedro, M. E. A., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Psychosocial Intervention* 26, 63–72. doi:10.1016/j.psi.2016.10.003
- Porter, B. E., & Howe, T. R. (2008). Pilot evaluation of the ACT Parents Raising Safe Kids violence prevention program. *Journal of child and adolescent trauma*, 1, 1–14. doi:10.1080/19361520802279158
- Rodrigues, J. A. D. R., Aranha, S. D. G., & Freitas, F. M. (2020). A ferramenta Google Forms em avaliações formativas: A eficácia de tecnologias digitais no ensino fundamental. *Revista Leia Escola, Campina Grande*, 20(3), 74-88. doi:10.35572/rle.v20i3.1967
- Silva, D. S., Andrade, L. A. P., & Santos, S. M. P. (2020). Alternativas de ensino em tempo de pandemia. *Research, Society and Development*, 9(9), 1-17. doi:0.33448/rsd-v9i9.7177

Silva, J. (2011). *Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros*. (trads. J. Silva). Washington, DC: American Psychological Association. (Trabalho original publicado em 2007).

Silva, J. A., & Williams, L. C. A. (2016). Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. *Temas em Psicologia*, 24(2), 743-755. doi:10.9788/TP2016.2-19Pt

Soares, M. H., & De Vargas D. (2013). Tradução e adaptação cultural da Management of Aggression And Violence Attitude Scale – MAVAS – em enfermeiros brasileiros. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 47(4), 899-906. doi 10.1590/S0080-623420130000400018

Teixeira, L. O., Figueiredo, V. L. M., & Mendoza-Sassi, R. A. (2015). Adaptação transcultural do Questionário sobre Conhecimento de Doenças Sexualmente Transmissíveis para o português brasileiro. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 64(3),247-56. doi 10.1590/0047-20850000000085

Wingood G. M., & DiClemente, R. J. (2008). The ADAPT-ITT model: A model for adapting evidence-based HIV interventions. *Journal of Acquired Immunodeficiency Syndrome*, 47(Suppl. 1), 40-46. doi:10.1097/QAI.0b013e3181605df1

World Health Organization (2014). *Child maltreatment fact sheet n. 150*. Geneva.

3 CAPÍTULO 2 - EXPECTATIVAS DE MÃES/CUIDADORAS SOBRE PARTICIPAÇÃO EM UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA²

Resumo: O presente estudo qualitativo objetivou compreender as expectativas de mães e cuidadoras sobre a participação no Programa ACT na versão remota, no período da pandemia do COVID-19. Também visou identificar a percepção das participantes sobre educar uma criança em um ambiente seguro. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas *on-line* com 12 mães/cuidadoras que realizaram a inscrição no Programa ACT. Os resultados indicaram diferentes expectativas na participação do Programa ACT, entre elas: adquirir novos conhecimentos, aprimorar as habilidades parentais; trocar experiências; receber auxílio no momento da pandemia do COVID-19 e possibilitar para a criança um desenvolvimento saudável. Na percepção das mães e cuidadoras, a versão remota do Programa ACT apresenta aspectos positivos, entre eles, a participação de pais e cuidadores que não residem na cidade em que é oferecida a intervenção. No entanto, apontaram como fatores negativos, a ausência do contato físico e as interrupções, que podem acontecer a partir das falhas da internet. Para as mães/cuidadoras, educar a criança em um ambiente seguro estava relacionado a promover os direitos estabelecidos no ECA como educação, saúde, lazer, cuidado, afeto, assim como protegê-la de situações de violência. Considera-se que as expectativas das participantes estavam alinhadas aos objetivos do Programa ACT. Torna-se prioritário oferecer programas de prevenção à violência aos pais e cuidadores, em especial em momentos adversos como o da pandemia do COVID-19.

Palavras-chaves: Expectativa; Violência; Intervenção; Prevenção.

EXPECTATIONS OF MOTHERS/CAREGIVERS REGARDING THE PARTICIPATION IN A VIOLENCE PREVENTION PROGRAM

Abstract: This qualitative study aimed to understand the expectations of mothers and caregivers about participating in the ACT Program in its remote version, during the COVID-19 pandemic period. It also aimed to identify the participants' perception of raising a child in a safe environment. Semi-structured *on-line* interviews were conducted with 12 mothers/caregivers who enrolled in the ACT Program. The results indicated different expectations regarding the participation in the ACT Program, for example: acquiring new knowledge, improving parenting skills, exchanging experiences, receiving support during the COVID-19 pandemic, and enabling the child to have a healthy development. In the perception of mothers and caregivers, the remote version of the ACT Program has positive aspects, such as the participation of parents and caregivers who do not live in the city where the intervention is offered. However, they pointed out as negative factors absence of physical contact and interruptions, which can happen due to internet failures. For the mothers/caregivers, educating children in a safe environment was related to promoting the rights established by the Brazilian Child and Adolescent Statute, namely education, health, leisure, care, affection, as well as protecting them from situations of violence. It is considered that the expectations of the participants were aligned with the objectives of the ACT Program. It is considered a priority to

offer violence prevention programs to parents and caregivers, especially in adverse moments as during the COVID-19 pandemic.

² O estudo “Expectativas de mães/cuidadoras sobre participação em um programa de prevenção à violência” foi submetido, como artigo empírico, a revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, logo, segue a formatação exigida pela revista.

Keywords: Expectation; Violence; Intervention; Prevention.

EXPECTATIVAS DE MADRES/CUIDADORAS SOBRE LA PARTICIPACIÓN EN UN PROGRAMA DE PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA

Resumen: El presente estudio cualitativo pretendió comprender las expectativas de madres y cuidadoras sobre la participación en el Programa de ACT en la versión remota, en el período de la pandemia de COVID-19. También se propuso identificar la percepción de las participantes sobre educar a un niño en un ambiente seguro. Fueron realizadas entrevistas semiestructuradas *on-line* con 12 madres/cuidadoras que se inscribió en el Programa de ACT. Los resultados señalaron diferentes expectativas en la participación del Programa de ACT, entre ellas: adquirir nuevos conocimientos, perfeccionar las habilidades parentales, intercambiar experiencias, recibir auxilio en el momento de la pandemia de COVID-19 y posibilitar al niño un desarrollo saludable. En la percepción de las madres y cuidadoras, la versión remota del Programa de ACT presenta aspectos positivos, entre ellos, la participación de padres y cuidadores que no residen en la ciudad en la que es ofrecida la intervención. Sin embargo, señalaron como factores negativos, la ausencia del contacto físico y las interrupciones, que pueden ocurrir a partir de las fallas de Internet. Para las madres/cuidadoras, educar al niño en un ambiente seguro estaba relacionado a promover los derechos establecidos en el Estatuto del Niño y del Adolescente en Brasil, como educación, salud, ocio, cuidado, afecto, así como protegerlo de situaciones de violencia. Se considera que las expectativas de las participantes estaban alineadas a los objetivos del Programa de ACT. Se torna prioritario ofrecer programas de prevención a la violencia a los padres y cuidadores, en especial en momentos adversos como el momento de la pandemia de COVID-19.

Palabras clave: Expectativa; Violencia; Intervención; Prevención.

Introdução

A violência contra a criança ainda vem sendo noticiada na mídia e registrada oficialmente. Algumas notícias não são esquecidas, como o caso de Isabela Nardoni, no ano de 2008; do menino Bernardo Boldrini, em 2014; e, de Rafael Mateus Winques, no ano de 2020, período em que foi declarada a pandemia do COVID-19 no Brasil. Todos os acontecimentos são situações de violência no âmbito familiar que foram bastante divulgadas nos meios de comunicação e impactaram profissionais que atuavam no atendimento infanto-juvenil.

Como no caso já mencionado, Isabella era uma criança de cinco anos, que segundo a polícia, foi estrangulada pela madrasta e jogada pelo seu pai de uma janela no 6º andar de um prédio, na cidade de São Paulo (Neto & Nakamura, 2015). Bernardo tinha 11 anos e, de acordo com as investigações policiais, morreu devido aos maus-tratos praticados pelo pai e madrasta, no Estado do Rio Grande do Sul (Souza, 2015). E Rafael, um menino também com 11 anos, morreu após violência física na cidade de Planalto, no Rio Grande do Sul, tendo sua mãe confessado o assassinato e ocultado o cadáver. Esses casos revelados e publicados representam todas as crianças que diariamente são violentadas, mas cujas situações são frequentemente silenciadas, não repercutem nos meios de comunicação e, também, não são sequer notificadas.

Assim, a violência contra a criança é considerada pela legislação nacional – Estatuto da Criança e do Adolescente – uma violação dos direitos (Brasil, 1990). A Organização Mundial de Saúde (1999) compreende a violência como toda forma de agressão física, emocional, sexual e negligência que resulta em um dano possível ou real para a saúde, desenvolvimento ou sobrevivência da criança. Na literatura científica, são encontradas diversas formas de compreensão da violência contra a criança, não existindo um único conceito sobre o fenômeno devido a sua complexidade (Minayo, 2001). Alguns autores apontaram que a violência está relacionada ao abuso e poder, no qual um sujeito em situação de superioridade (devido à idade,

força, posição social e/ou econômica) comete um ato ou omissão que causa dano ao desenvolvimento da criança (Minayo, 2001; Vecina & Cais, 2002).

O Relatório do Status Global sobre Prevenção da Violência contra Crianças (2020), que mapeou o fenômeno em 155 países, publicou que quase a metade da população infantil no mundo sofre violência física, sexual e psicológica regularmente, devido em especial, à carência de implementação de estratégias de proteção à população infanto-juvenil. No âmbito nacional, os dados científicos a respeito da violência envolvendo crianças são bastante significativos e evidenciam que o fenômeno acontece na maioria das vezes na residência das crianças, tendo os pais como os protagonistas das agressões (CEZAR & ARPINI, 2017; FERREIRA, CÔRTEZ, & GONTIJO, 2019; MALTA, et al., 2017; RATES, et. al., 2015).

A principal sistematização de dados estatísticos de denúncias de violência no Brasil, o relatório do disque 110, apontou que no ano de 2019, 55% (86.837) das denúncias era referente à criança e ao adolescente, sendo consideradas o grupo mais vulnerável no país. Destes registros, 38% foram de situações de negligência, 23% de violência psicológica, 21% de violência física, 11% de violência sexual, 3% de violência institucional e 1% outros. A respeito da relação do suspeito com a vítima, os dados evidenciaram que 40% dos agressores era a mãe e 18%, o pai da criança. Quanto ao local da violência, 52% das notificações era referente à residência da criança (Secretaria dos Direitos Humanos, 2020).

A pandemia do COVID-19 no ano de 2020 pode ter fragilizado ainda mais a família e deixado as crianças mais vulneráveis às situações de violência, pois o ambiente familiar foi marcado por mudanças abruptas e diferentes desafios, como a redução da rede de apoio social e a necessidade de conciliar o cuidado das crianças com as outras atividades (Parente, Mariano, Lima, Carvalho, & Santos, 2020; Salvador, 2020). O aumento da violência contra a criança foi evidenciado em diferentes países, sendo estimado um aumento de 50% das denúncias no Brasil (Campbell, 2020). De acordo com Marques e colaboradores (2020), no contexto da pandemia,

muitos fatores contribuem para o crescimento do número de casos de violência contra a população infantil. No nível social, encontra-se a carência do suporte social, principalmente o escolar. No comunitário, destacam-se a competição pelos escassos recursos, em especial, na área da saúde, o fechamento ou a redução do horário de funcionamento dos serviços de proteção à infância e a redução das redes de apoio social. No nível relacional, ficam evidentes o aumento da demanda de trabalho, a maior convivência entre pais/cuidadores e as crianças, o estresse dos cuidadores devido ao excesso de tarefas e os sintomas de irritabilidade, agressividade e desobediência das crianças, devido às privações e restrições impostas pela pandemia. No individual, podem ser destacadas a preexistência de doenças mentais e a possibilidade do agravamento das mesmas, o que pode promover a redução da supervisão parental e a dificuldade de lidar com os conflitos.

Apesar dos registros a respeito da violência contra a criança no âmbito familiar, existe a compreensão de que é possível proteger as crianças e prevenir novos casos de violência ou a sua incidência. A Organização Mundial de Saúde (2014) reconheceu a prevenção como a forma mais efetiva para enfrentar a violência na família. Apontou a importância da implementação de Programas para pais/cuidadores que visam à promoção de relações saudáveis entre pais/cuidadores e as crianças; e, ao desenvolvimento de competências de práticas positivas nos cuidadores. Programas de prevenção de violência têm sido desenvolvidos e avaliados, no âmbito internacional e nacional e, têm se constituído uma possibilidade de enfrentar e combater a violência contra a criança (Weber, Salvador, & Brandenburg, 2011; Webster-Stratton, Reid, & Hammond, 2004; Williams, Santini, & D’Affonseca, 2014). Entre os programas universais e de prevenção primária da violência, destaca-se o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros (Silva, 2011), que é uma intervenção baseada em evidência científica reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (1994).

O Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros

O ACT é um programa universal de prevenção primária à violência contra a criança, desenvolvido pela *American Psychological Association* (APA). A intervenção tem como base as categorias estabelecidas pelo *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) referentes às práticas eficazes de enfrentamento da violência, apresentando como alicerce que a violência contra a criança é resultado da carência de conhecimento e habilidades para resolver conflitos (Silva & Randall, 2005).

Nessa perspectiva, o Programa ACT, por meio da disseminação do conhecimento científico, tem como objetivo principal oferecer novas possibilidades de práticas parentais e de prevenção à violência contra a criança. Dessa forma, o ACT se propõe a informar aos pais/cuidadores: o que as crianças conseguem fazer e entender em idades diferentes; como as crianças ficam expostas a violência e abuso, e as consequências dessa exposição na saúde e desenvolvimento; como entender e controlar a raiva; como resolver conflitos de forma positiva; como usar métodos positivos de disciplina; como reduzir a influência da mídia eletrônica sobre as crianças; e, que os pais podem ser os melhores professores, protetores e defensores de seus filhos (Silva, 2011).

No ano de 2020, a APA publicou um guia com orientações (inglês) para que facilitadores ministrassem o Programa ACT na modalidade remota, reconhecendo a importância da oferta de orientações aos pais/cuidadores nesse período, para compreender e responder de forma efetiva aos comportamentos dos filhos, também afetados pelas restrições impostas pela pandemia (Jiao, et al., 2020). A APA (2020) destacou que no Programa não existem mudanças acerca dos objetivos e conteúdo, ainda que algumas atividades devessem ser adaptadas para a aplicação na modalidade remota. A internet é a ferramenta que vem possibilitando a promoção de diversas formas de interação, intervenções com famílias, o

desenvolvimento de pesquisa científica e a disseminação do conhecimento científico (Barbosa, Ferrari, Boery, & Filho, 2014; Costa, 2018; Deslandes & Coutinho, 2020; Donnamaria, & Terzis, 2012). Apesar de nem todas as pessoas terem acesso à internet e/ou a mesma conexão e conhecimento (Carneiro, et al., 2020), as intervenções remotas são mais seguras, no momento da pandemia do COVID-19, pois respeitam as recomendações para conter o vírus (Salvador, et al., 2020).

Estudos científicos, no âmbito internacional e nacional, que versam sobre o efeito do Programa ACT para pais e crianças (Altafim, Pedro e Linhares, 2016; Knox, Burkhart & Cromly, 2013; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017; Portwood, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011) vêm sendo efetivados (na modalidade presencial) e publicados. Estudos internacionais, como de Portwood e colaboradores (2011) e Knox, Burkhart e Cromly (2013), por meio de ensaios clínicos randomizados com pais participantes do programa, evidenciaram que o ACT apresentou resultados positivos no relato dos pais quanto à redução no uso de violência verbal e física; e, no aumento da utilização de práticas positivas de cuidado. As pesquisas consideraram que o ACT é uma estratégia de prevenção primária promissora que pode ser implementado em diferentes comunidades, podendo atender de forma efetiva as necessidades dos pais, reduzindo a ocorrência de violência contra a criança.

No âmbito nacional, o estudo de Alfafim, Pedro e Linhares (2016) avaliou, antes e depois da aplicação do ACT, as práticas parentais de 82 mães brasileiras de crianças de 3 a 8 anos e os problemas de comportamentos infantis. Os dados apontaram melhora nas práticas parentais e diminuição de problemas de comportamento das crianças. Nessa mesma perspectiva, Pedro, Altafim e Linhares (2017), em uma pesquisa com 64 mães brasileiras de diferentes níveis socioeconômicos, evidenciaram que independentemente do nível socioeconômico e do tipo de escola das crianças, o Programa ACT se mostrou efetivo na melhora das práticas parentais e diminuição da violência contra a criança. Também constataram

melhora no comportamento da criança, em especial nos recursos adaptativos. O estudo sugeriu que o Programa poderia ser implementado em políticas públicas, estando disponível para a comunidade. Também indicou que o ACT é uma ferramenta importante para proteger as crianças, em especial em contextos estressantes e adversos. Importante destacar que os resultados dos dois estudos são baseados em autorrelatos. As medidas de avaliação utilizadas nos estudos foram: o Questionário ACT, versão em Português-Brasil (Silva, 2009) e o Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (Goodman, 1997).

O recente estudo qualitativo de Oliveira, Fiorini, Guisso, Vieira e Crepaldi (2021), que visou identificar as aprendizagens de participantes de grupos de pais do Programa ACT, constatou que a participação na intervenção promoveu nos pais o aumento do conhecimento sobre desenvolvimento infantil, assim como a compreensão sobre a importância do envolvimento dos cuidadores no processo de desenvolvimento psicossocial das crianças. Identificou melhora na compreensão dos cuidadores sobre os efeitos da exposição à violência na vida das crianças e sobre os estilos parentais. Também averiguou aprendizado dos pais a respeito das práticas educativas parentais positivas e estratégias de disciplina positiva. Os autores consideraram a relevância de intervenções psicoeducativas com pais e cuidadores de crianças e destacaram que pesquisas sobre intervenções com pais/cuidadores de crianças podem auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para famílias.

Diante do exposto, considerando o ACT como um programa promissor para prevenir situações de violência contra a criança em contextos estressantes, este estudo teve como objetivo compreender as motivações e as expectativas de mães e cuidadoras sobre a participação no Programa ACT na versão remota, no período da pandemia do COVID-19. Também visou compreender a percepção das mães/cuidadoras sobre a educação da criança em um ambiente seguro. Destaca-se, que não foram encontrados estudos sobre o Programa ACT na versão remota. Este artigo é um recorte de um estudo sobre a “Adaptação, viabilidades e

avaliação do Programa ACT na versão remota” de um Programa de Pós-Graduação em Psicologia de uma universidade federal do Rio Grande do Sul.

Método

Delineamento e Participantes

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório. A amostra foi constituída por 12 mães/cuidadoras de crianças de zero a oito anos que realizaram a inscrição para participar da versão remota do Programa ACT. A amostra foi por auto-seleção, pois os participantes voluntariamente solicitaram participar da pesquisa. O critério de inclusão adotado foi ser pai, mãe ou cuidador/familiar de crianças de zero a oito anos de idade. Todos os participantes eram do sexo feminino e tinham idades entre 24 e 48 anos. A média de idade dos participantes foi de 36,41 e o desvio padrão de 6,61. Das 12 participantes, 10 eram mães, uma tia e uma irmã de crianças entre dois e oito anos de idade.

Quanto à situação conjugal, nove participantes eram casadas, uma solteira, uma separada e uma viúva. Em relação ao grau de instrução, três tinham ensino superior incompleto, quatro possuíam ensino superior completo, duas tinham especialização e três pós-graduação. Quanto a renda familiar, duas declararam a renda menor que R\$ 1.000,00, uma entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000, 00, seis entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000, 00 e três entre R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000, 00. Quanto a região que residiam, 11 participantes eram do Sul e uma do Sudeste do Brasil. Para garantir o sigilo, optou-se por apresentar as mães/cuidadores pela letra P, seguida de um número.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas *on-line* semiestruturadas com as mães e cuidadoras que realizaram a inscrição do Programa ACT na versão remota, por meio de vídeo-chamada (maneira síncrona), na plataforma do *Google Meet*. Os eixos que nortearam as entrevistas foram: ingresso no Programa ACT; conhecimento sobre o Programa ACT; expectativas sobre a participação no Programa ACT na versão remota; compreensão sobre educação da criança em um ambiente seguro e a respeito da violência contra a criança.

De acordo com Schmidt, Palazzi e Piccinini (2020), a entrevista *on-line* é uma possibilidade de coleta de dados no momento de pandemia do COVID-19. Esta pode ser realizada de maneira síncrona (videoconferência e audioconferência) ou assíncrona (e-mails e fóruns de discussão). Para os autores, a entrevista *on-line* tem algumas potencialidades, entre elas, destacaram: maior abrangência geográfica, com inclusão de pessoas de diferentes locais; economia de recursos financeiros; redução de tempo na coleta de dados; e, maior segurança de participantes e pesquisadores, frente ao contexto de pandemia.

No entanto, os autores sinalizaram algumas recomendações, como: ter conhecimento e testar os equipamentos e a plataforma que será utilizada para a entrevista (*Google Meet*, *Skype*, *Zoom* e outras); utilizar a conexão direta à internet em vez de *Wi-Fi*; possuir equipamentos de reserva para substituir em caso de falhas na tecnologia; auxiliar e orientar os participantes sobre a plataforma utilizada na entrevista. Também é importante garantir a privacidade nas entrevistas por meio da confiabilidade e segurança da rede de internet e do aparelho eletrônico; e, do silêncio e privacidade do ambiente físico do pesquisador e entrevistado.

Procedimentos e considerações éticas

A pesquisa foi respaldada nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos - Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, atendeu as exigências éticas fundamentais estabelecidas nas referidas resoluções. O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Instituição, onde as pesquisadoras (primeira e segunda autora) atuam. Com a aprovação do projeto de pesquisa pelo CEP, via Plataforma Brasil (protocolo CAAE número 01903118.0.0000.5346), as mães e cuidadoras (12 primeiras) que realizaram a inscrição para participar do Programa ACT na versão remota e preencheram os critérios de inclusão foram contatadas e as entrevistas foram agendadas.

As entrevistas foram realizadas individualmente, nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 (antes da intervenção), por meio da plataforma digital do *Google Meet*; e, tiveram duração de aproximadamente uma hora. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por todos as participantes. Este contemplou explicações sobre a pesquisa e a intervenção, sigilo e confidencialidade. As entrevistas foram realizadas por uma equipe de pesquisadores, que incluiu alunos da graduação e pós-graduação em Psicologia de uma instituição de ensino superior.

Análise dos dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas qualitativamente por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977/2011). Primeiramente, realizou-se uma análise de cada entrevista individualmente, através de uma leitura detalhada. Em um segundo momento, foi efetivada a análise da totalidade do material adquirido com as entrevistas. Essas análises

permitiram a construção das categorias, as quais foram se descrevendo considerando a frequência com que os temas se fizeram presentes, se tornaram significativos e a força discursiva com a qual os participantes abordaram determinadas temáticas, resultando em três categorias. Para nomeá-las, foram utilizadas as falas dos participantes consideradas representativas do conteúdo a ser trabalhado, sendo que após a vinheta, a definição da categoria é abordada.

As categorias encontradas foram: (1) *“Um curso para pais aprenderem”*: Ingresso, conhecimento e percepção da oferta do Programa ACT na versão remota; (2) *“O simples fato de ser direcionado aos pais pra mim já tinha algo que eu poderia aprender”*: Motivações e Expectativas a respeito da participação no Programa ACT na versão remota; (3) *“Ambiente seguro é onde ela possa crescer bem, ter saúde, ter amor, que quem cuida dessas crianças faça o seu melhor”*: Compreensão acerca de educar em um ambiente seguro e sobre a violência.

Resultados e Discussão

1) *“Um curso para pais aprenderem”*: Ingresso, conhecimento e percepção da oferta do Programa ACT na versão remota

Essa categoria apresenta dados sobre o ingresso das participantes no Programa ACT na versão remota e o seu conhecimento acerca da intervenção. Também apresenta a percepção das mães/cuidadoras sobre a oferta de um Programa para pais/cuidadores mediado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs).

A partir dos relatos, identificou-se que todas as participantes tiveram acesso às informações e à inscrição na versão remota do Programa pelas redes sociais do grupo de

pesquisa que ofertou a intervenção. Dessa forma, o ingresso de cinco participantes ocorreu pelo *Instagram*, uma pelo *Facebook* e seis pelos grupos de *WhatsApp*. No formato presencial, a oferta do ACT é realizada em diferentes contextos, como centros de saúde (Knox, Burkhart, & Cromly, 2013), centros sociais (Portwoor, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011), escolas públicas e privadas (Pedro, Altafim & Linhares, 2017), sistema de justiça (Porter & Howe, 2008), entre outros, sendo a divulgação realizada a partir de materiais impressos como *folders* e cartazes. Não foram encontrados estudos sobre a divulgação do ACT na modalidade remota.

As redes sociais vêm contribuindo para os estudos científicos, pois a partir deste recurso, pode-se coletar dados científicos, estabelecer contatos individuais com entrevistados e divulgar os resultados de uma pesquisa (Costa, 2018). A partir dos dados coletados, acredita-se que a divulgação nas redes sociais de um grupo de pesquisa da área da psicologia contribuiu para o recrutamento dos participantes que tinham interesse pelo tema. As redes sociais são mídias virtuais constituídas por grupo de pessoas que têm a intenção de compartilhar conhecimento, expor suas ideias e trocar conteúdo (Li, et al., 2017), reunindo pessoas que têm as mesmas afinidades e interesses (Costa, 2018). Dessa forma, através da divulgação da pesquisa sobre a implementação da versão remota do Programa ACT nas redes sociais foi possível recrutar mães/cuidadoras de crianças de dois a oito anos de idade, residentes em duas regiões do Brasil.

No estudo, foi identificado que nenhuma entrevistada havia participado de programas voltado para pais/cuidadores de crianças. Em relação ao conhecimento das participantes sobre o Programa ACT, apenas quatro mães/cuidadoras verbalizaram que conheciam o Programa, acreditando que se tratava de um curso para pais. Uma participante descreveu o ACT como: “(...) *um curso para pais né, aprender, aprender não, assim, trocar experiências sobre criação com os filhos né, de uma forma, uma criação mais empática assim, onde esses filhos também tenham autonomia né*” (P4). Na atualidade, são ofertados diversos programas voltados para pais de crianças entre zero a sete anos com desenvolvimento típico. No entanto, no âmbito

nacional não existe a mesma abrangência de programas quanto no internacional (Guisso, Bolze, & Viera, 2019), o que pode justificar o pouco ou nenhum conhecimento sobre o Programa ACT e a falta de participação das entrevistadas em programas para pais. Os dados destacaram que ainda é preciso, no âmbito nacional, evoluir na oferta de intervenção para pais/cuidadores, pois esta é uma forma efetiva de auxílio e promoção de saúde e o desenvolvimento das crianças, como também de prevenção de situações de violação de direitos (Guisso, Bolze, & Viera, 2019; Santini & Williams, 2016).

As mães/cuidadoras relataram que tinham experiência com formação acadêmica, trabalho, escola da criança e grupo de apoio a pais, mediados pelas TICs. Esse dado pode estar relacionado ao cenário da pandemia do COVID-19, que impulsionou o uso das TICs em diversas áreas, em especial, na educação, saúde e lazer (Deslandes & Coutinho, 2020). Na concepção das entrevistadas, há diferentes aspectos positivos do Programa ser mediado pelas TICs, como: a possibilidade de participação, mesmo não residindo ou estando na cidade em que é oferecido o Programa; o não precisar de locomoção para participar; e, a economia de tempo e dinheiro. Isto pode ser observado nas falas: *“Positivo, pelo menos eu vejo, olha a gente tá em casa, daí não tem a locomoção, não precisa nem ter o desgaste de tempo, nem dinheiro para ir até lá”* (P9); *“Eu acho que favorece porque a gente consegue se organizar, né, no horário de estudo e de acesso quando é assim, tá viajando, tá em alguma situação a trabalho, consegue acessar”* (P4).

A internet vem superando a distância mundial e promovendo a maior comunicação entre as pessoas; e, o aumento da disseminação do conhecimento científico (Barbosa, et al., 2014). Nesse sentido, a internet representa “um novo espaço para realizações, um espaço não territorial, projetado na tela do computador” (Donnamaria, & Terzis, 2012, p.167), que permite o encontro de diferentes pessoas, em especial as que têm objetivos comuns (Barbosa, et al., 2014).

Aspectos negativos também foram mencionados pelas mães/cuidadoras acerca do Programa ACT ser ministrado de maneira remota, entre eles: a ausência do contato físico; a interferência e interrupções que acontecem a partir das falhas do ambiente e da internet; e, a possibilidade de se sentir constrangido no momento de compartilhar as experiências. Na percepção das entrevistadas: (...) *“não consegue ter uma aproximação e, também assim não tá junto né, sem o contato físico que gente, o brasileiro todo gosta muito né, de tá próximo, de fazer relações e construir vínculos, eu acho que fica mais comprometido”* (P4); *“Negativos, eu posso falar a, acho que a interferência que tem né, a gente não consegue ficar só focada aqui né, tem muita coisa acontecendo nos ambientes, acho que isso é um aspecto negativo assim que tem”* (P12); *“(...) compartilhar que tem gente que fica constrangida por ser remoto, né”* (P9); *“uma transmissão de internet que chega a cair, uma coisa assim, que seja negativo”* (P1).

A comunicação na internet é diferente da presencial, devido à carência do contato físico e a ausência parcial ou total das expressões não verbais (Donnamaria & Terzis, 2012). Além disso, nem todas as pessoas têm acesso à internet e/ou a mesma conexão e conhecimento da TICs (Carneiro, et al., 2020), podendo a aplicação do Programa na versão remota excluir esse grupo de pessoas. No entanto, considerando as medidas de distanciamento social preconizadas na pandemia do COVID-19, as intervenções remotas são mais seguras, pois respeitam as recomendações para conter o vírus, se adaptam à rotina das famílias e reduzem custos (Salvador, et al., 2020).

As mães/cuidadoras entrevistadas consideraram a importância da oferta de um programa voltado para pais na modalidade remota, no período da pandemia. As participantes apontaram: o impacto da pandemia na saúde e desenvolvimento das crianças; as mudanças na rotina devido às restrições causadas pela alta transmissão do COVID-19; o aumento da convivência da família, que muitas vezes resultava em estresse e conflitos; e, a insegurança em relação às formas de educar. Na visão de uma mãe: *“você tem um curso que possa te auxiliar, te instruir*

e como ver, olhar e como agir no momento em que a gente está justamente no caos. Você poder colocar isso em prática no momento, né?” (P7). As crianças sofreram impacto psicológico, social e desenvolvimental devido à pandemia e às medidas restritivas. Estudo realizado com 320 crianças e adolescentes, de três a 18 anos de idade, de ambos os sexos, evidenciou que os principais problemas emocionais e comportamentais prevalentes nesta população durante a pandemia do COVID-19 foram: distração, irritabilidade, agitação, medo de fazer e querer ficar próximo aos familiares. De acordo com a pesquisa, esses problemas estavam relacionados a falta de apetite, pesadelo e desconforto físico (Jiao, et al., 2020).

O contexto familiar também foi impactado pelas medidas restritivas. Parente e colaboradores (2020), em um estudo com 45 pacientes e familiares atendidos no Programa de estimulação precoce de um centro especializado em reabilitação, averiguaram mudanças significativas na rotina das famílias e pouco repertório de atividades lúdicas para desenvolver com as crianças. Os cuidadores apresentaram dificuldades em oferecer estímulos adequados às crianças, mediar os comportamentos e conciliar o cuidado das crianças com as outras atividades (doméstica, *home office*). Salvador, et al. (2020), por meio de uma pesquisa exploratória realizada com cinco famílias, identificaram dificuldades dos pais no auxílio à realização de atividades escolares *on-line*; sobrecarga de atividades (tanto dos filhos como dos pais); e, problemas financeiros como fatores estressores relevantes no período da pandemia. Os autores também evidenciaram alteração dos horários do sono e o aumento no tempo do uso dos meios eletrônicos nas crianças.

O aumento da violência contra a criança em diversos países também foi evidenciado a partir de notificações dos casos (Campbell, 2020). Sabe-se que muitos fatores podem agravar os riscos de situações de violência envolvendo as crianças, dentre os quais encontram-se presentes no cenário pandêmico a falta de entidades importantes na rede de apoio, como as escolas e projetos sociais, dificultando o cuidado e o compartilhamento de cuidado das crianças;

o impacto econômico negativo nas famílias; o tempo e a intensidade do confinamento (Marques, et al., 2020). Dessa forma, intervenções voltadas para pais e cuidadores que visam orientar a respeito de práticas educativas, o manejo das emoções, o controle do uso dos meios eletrônicos tem importância significativa no contexto da pandemia. Existem muitas motivações para os pais/cuidadores buscarem ajuda no período da pandemia e, também, vivenciarem diferentes expectativas diante do auxílio.

2) “O simples fato de ser direcionados aos pais pra mim já tinha algo que eu poderia aprender”: Motivações e Expectativas a respeito da participação no Programa ACT na versão remota

Essa categoria apresenta dados sobre os motivos das entrevistadas para realizarem a inscrição no Programa ACT. Também aborda as expectativas de mães e cuidadoras a respeito do ACT na versão remota.

A partir dos relatos das participantes, pode-se identificar diferentes motivações para a realização da inscrição no Programa ACT, entre elas: educar de maneira adequada e coerente a criança; e, estabelecer uma relação saudável com o filho(a). Conforme as mães/cuidadoras: *“Meu objetivo maior assim é mais referente à minha filha mesmo né, tenho muitas questões assim, da função da educação (...) eu não tô educando direito, que eu não tô fazendo as coisas certas”* (P12); *“(...) conseguir ter uma relação com o meu filho de, de respeito, de cuidado e, conseguir criá-lo de uma forma mais coerente possível assim”* (P4). Algumas participantes também sinalizaram que realizaram a inscrição devido ao interesse pelos temas abordados no Programa ACT; adquirir conhecimento para estar preparada para lidar com as questões do cotidiano que envolve a criança; e o programa ser realizado na modalidade *on-line*: *“Porque*

sempre gosto de alguma coisa nova, né. Aí esse assunto me despertou bastante interesse (...) o tema me chamou bastante atenção (...)” (P5); *“Então é por eles, por aprender ferramentas, por ter esse conhecimento, pra saber acolher né. Saber lidar. Pra que a gente aprenda, como pais, facilidades para que seja bom pra eles, pro crescimento deles”* (P6); *“Acho que a disponibilidade, né, do tempo também. Primeiro, por poder estar em qualquer lugar, morando em qualquer lugar”* (P10).

Como já exposto, o estudo de Ramos, Pereira, Marque e Barros (2019) evidenciou outras motivações de pais/cuidadores na participação do Programa ACT: resolução de problemas específicos (100%), promoção da parentalidade (100%), a partilha de experiências (60%), o momento oportuno (50%), não específico (40%), cumpre requisitos (30%) e interesse profissional (20%). A motivação pode ser compreendida como um estado em que a pessoa está pronta para desenvolver alguma tarefa, que resulta à mudança de comportamento (Nock & Ferriter, 2005). A motivação para a mudança dos pais em intervenções depende de fatores como: o desejo de mudança, a percepção da capacidade para mudar, competência ou eficácia para praticar o que é indispensável para a mudança e as crenças de que a intervenção é necessária e tem efeito para promover a mudança (Pereira & Barros, 2019).

Nesse contexto, as mães e cuidadoras apontaram diferentes expectativas em relação a participação no Programa ACT, entre elas: adquirir novos conhecimentos sobre as temáticas, aprimorar as habilidades parentais; trocar experiências; e, possibilitar para as crianças um desenvolvimento saudável. As entrevistadas relataram: *“(...) queria ter base, porque quando a gente tem base para falar as coisas, não é só o que eu acho, já foram outras experiências, estudaram e sabem que é melhor. Ter uma base que me fortaleça nessa educação”* (P2); *“Ah eu tô com expectativas muito boas porque espero aprender muito, aprender ferramentas, dar continuidade assim né em obter esse conhecimento que é tão importante pra gente como pais”* (P6); *“Acho que a troca, a gente sempre aprende, trocar ideias mesmo, assim. É isso que eu*

espero, troca de ideias” (P10). A partir dos dados, pode-se perceber que as expectativas dos pais estavam de acordo com os objetivos do Programa (Silva, 2011).

O ACT visa à prevenção primária da violência contra a criança, a partir da divulgação do conhecimento científico a respeito do desenvolvimento infantil, práticas de violência, mídias eletrônicas e disciplina positivas. Nessa perspectiva, objetiva ensinar os pais e cuidadores estratégias que promovam um ambiente familiar seguro e saudável, protegendo as crianças dos maus-tratos e de suas consequências na saúde, desenvolvimento e relacionamentos (Silva, 2011). A efetivação da proposta do ACT pode ser evidenciada em estudo qualitativo que visou identificar as aprendizagens de participantes de grupos de pais do Programa ACT. O referente estudo identificou que a participação no ACT possibilitou aos pais aprendizagens acerca do desenvolvimento infantil e das práticas educativas parentais; o reconhecimento de suas emoções e das crianças; entendimento sobre estilos parentais e as consequências da exposição das crianças aos meios eletrônicos de comunicação (Oliveira, et al., 2021).

A expectativa das participantes com o Programa também estava relacionada ao auxílio no momento da pandemia. Na compreensão de uma mãe: *“Imagino que vai ser muito produtivo e muito importante pra esse momento da pandemia porque é onde estamos todos em casa, as crianças mais irritadas, né, por ter que ficar em casa”* (P6). Esse dado vai ao encontro do estudo de Salvador, et al. (2020) que apontou que pais manifestaram interesse em receber orientação parental de maneira *on-line* no período da pandemia, pois sentiam a necessidade de receber auxílio para manejar as suas emoções e das crianças e gerenciar os conflitos. Os autores destacaram que a oferta de intervenção parental por meio das TICs pode ser uma ferramenta significativa para minimizar as consequências do isolamento, assim como para o aprimoramento de práticas parentais.

Quanto ao Programa ACT, estudos nacionais e internacionais, baseados em autorrelatos, evidenciaram que a intervenção vem apresentando resultados positivos, em diferentes fatores:

redução no uso de violência verbal e física de pais e cuidadores na educação das crianças; aumento na utilização de práticas positivas nos cuidadores (Altafim, Pedro, & Linhares, 2016; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017, Porter & Howe, 2008); melhora no manejo da raiva e no controle da mídia pelos pais/cuidadores (Porter & Howe, 2008); maior conhecimento sobre desenvolvimento infantil de pais e cuidadores; e, melhora no comportamento das crianças (Altafim, Pedro, & Linhares, 2016; Knox, Burkhardt, & Howe, 2011 Pedro, Altafim, & Linhares, 2017). Dessa forma, o Programa ACT pode ser uma ferramenta capaz de proteger as crianças em contextos estressantes e adversos (Pedro, Altafim, & Linhares, 2017); e, promover às crianças um ambiente seguro e sem violência.

3) “Ambiente seguro é onde ela possa crescer bem, ter saúde, ter amor, que quem cuida dessas crianças faça o seu melhor”: Compreensão acerca de educar em um ambiente seguro e sobre a violência

Esta categoria apresenta os dados sobre a percepção de pais e cuidadores acerca de educar a criança em um ambiente seguro. Também aborda a visão das participantes sobre a violência contra a criança e a prevenção da mesma. Para mães/cuidadoras de crianças que realizaram a inscrição na versão remota do Programa ACT, educar em um ambiente seguro significava proporcionar à criança uma casa, saúde, educação, lazer, rotina e afeto, a fim de promover o desenvolvimento, como pode ser observado nas falas: “*Eu acredito né, ele ter uma rotina. Ele ter um lar, sei lá. Uma rotina de alimentação, de dormir, ter escola, ter direito a escola, ao aprendizado, a ser criança né pro divertimento (...)*” (P8); “*Então ambiente seguro é onde ela possa crescer bem, ter saúde, ter amor, que quem cuida dessas crianças faça o seu melhor pra proporcionar o melhor pras crianças*” (P6); “*Eu acredito que é educar num ambiente que ofereça possibilidades né dela se desenvolver (...)*” (P12). A partir dos relatos,

pode-se identificar que na percepção das participantes educar em um ambiente seguro é garantir os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). De acordo com o ECA (1990), a família, a comunidade, a sociedade e o poder público devem garantir o direito da criança “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (p.1).

Através dos dados, pode-se constatar que para as entrevistadas, a instituição familiar, em especial os pais e/ou cuidadores, têm um significativo papel na promoção do cuidado e proteção dos filhos(as). O cuidado implica atenção, responsabilidade, preocupação e afeto. Está relacionado à ideia de fazer, de ação (Waldow, 1992). E a proteção representa promover condições em que a criança possa crescer e se desenvolver (Falcke, Da Rosa, & Madalena, 2012). Garantir essas funções, muitas vezes é um desafio, pois muitos fatores, como a economia, globalização, tecnologia, intergeracionalidade, entre outros, interferem na estrutura da família, impactando nas relações entre pais-filhos, nos valores e comportamentos dos seus diferentes membros (Meira & Centa, 2003). As participantes do estudo sinalizaram a importância dessas garantias, em especial no desenvolvimento, saúde e bem-estar das crianças. Também reconheceram que a não oferta dessas funções representa um fator de risco para a criança e pode resultar em uma violação de seus direitos.

Para as participantes, promover um ambiente seguro à criança também estava relacionado a educar a criança em um ambiente sem violência. *“É ter amor né, carinho, cuidado, ãã, sem violência né (...) criar assim longe de todas as possibilidades que possam trazer pra ele alguma dificuldade de se relacionar ou de não ser quem ele deseja ser, dele ter liberdade, né”* (P4); *“(...) proteger, né, a criança. Também, além de dar essa proteção, educar com que a criança também consiga se proteger (...) Ambiente seguro é não sofrer violência física, moral”* (P10). Na concepção das mães/cuidadoras, as crianças vivenciam situações de

violência como vítimas, quando são expostas a situações de violência; e, como testemunhas, quando veem pessoas cometendo atos de violência.

As participantes mencionaram que as crianças estão expostas principalmente à violência física quando são machucadas fisicamente, à violência psicológica quando são ameaçadas, humilhadas, xingadas; à negligência quando não são ouvidas, não recebem atenção; e, sofrem violência sexual tanto através do abuso sexual quanto da exploração sexual. Na percepção das entrevistadas: *“Eu compreendo como tudo que agride, seja por meio de uma fala que deixa a criança com medo ou seja por meio de um tapa, uma chicotada, de jogar alguma coisa sabe (...) eu acho que a violência seria isso, tudo que fere, seja verbal ou seja físico”* (P2); *“Eu entendo que as crianças são expostas a violência de muitas formas. Tanto violência física, tapas, como violência sexual, gritos e violência verbal também são violência”* (P6); *“É, a privação de saúde né, de acesso à educação, acesso à cultura, ao brincar (...) violência sexual, violência física e psicológica que a gente tem visto muito né, pais tão agressivos com os filhos (...)”* (P4).

A partir das falas, pode-se identificar que as entrevistadas compreendem a violência como um fenômeno que causa danos à criança e viola os seus direitos. Para a Organização Mundial de Saúde (1999), a violência representa quaisquer atos ou omissões que resultam em dano físico, emocional, sexual e moral às vítimas. A violência faz referência a um comportamento de abuso e poder, que está implicada em situações de conflito, força e desigualdade, que são prejudiciais para a constituição da criança (Vecina & Cais, 2002). O fenômeno representa tanto uma transgressão no dever do adulto de cuidar e proteger a criança, conforme estabelecido na legislação vigente, como uma negação do direito que a criança tem de ser tratada como sujeito em condição peculiar de desenvolvimento (Minayo, 2001).

Todas as mães e cuidadoras que participaram do Programa ACT acreditavam que a violência pode ser prevenida. Mencionaram como formas de prevenção: o cuidado com a

criança, contemplando a atenção, o diálogo, a escuta e a orientação; o conhecimento sobre infância e práticas educativas; o auxílio e/ou ajuda de profissionais, familiares e amigos para educar a criança; e, a troca de experiências com outros pais/cuidadores. Algumas participantes mencionaram que um programa voltado para pais/cuidadores pode ser uma maneira de prevenção da violência, estando de acordo com a proposta do ACT, que é um programa de prevenção primária da violência.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Programa ACT tem como base as categorias estabelecidas pelo *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) referentes às práticas eficazes de enfrentamento da violência. Apresenta como alicerce que a violência contra a criança é resultado da carência de conhecimento e habilidades para resolver conflitos (Silva & Randall, 2005). Além disso, considera que as crianças aprendem através da observação e imitação e as mesmas têm mais probabilidade de evitar situações violentas se desenvolverem habilidades sociais. A partir dessa perspectiva, o ACT parte do pressuposto que a violência pode ser prevenida através de uma atuação precoce, com os adultos, pais e/cuidadores que são significativos para as crianças, pois estes têm influência no desenvolvimento das crianças (Miguel & Howe, 2006). Dessa forma, é importante a oferta do ACT em diferentes locais e contextos, seja na modalidade presencial ou remota.

Considerações finais

Há diferentes programas voltados para pais e cuidadores que visam à promoção de práticas parentais positivas e à prevenção da violência (Silva, 2011; Weber, Salvador, & Brandenburg, 2011; Webster-Stratton, Reid, & Hammond, 2004; Williams, Santini, & D’Affonseca, 2014). No entanto, a oferta de programas parentais não é uma realidade no âmbito nacional (Guisso, Bolze, & Viera, 2019).

Por meio desse estudo pode-se compreender o ingresso de mães e cuidadoras no Programa ACT na modalidade *on-line*, assim com a suas expectativas para participar de um programa de prevenção à violência. As mães/cuidadoras ingressaram no Programa por meio das redes sociais do grupo de pesquisa que ofertou a intervenção (*Instagram, Facebook e WhatsApp*) e apresentavam interesse de aprimorar o conhecimento sobre a infância e práticas de educação, a fim de educarem sem violência e possibilitarem o desenvolvimento saudável das crianças.

Além disso, as participantes sentiam a necessidade da oferta de um espaço para falarem sobre os desafios da educação no dia-a-dia, ainda mais em um momento adverso como da pandemia do COVID-19. Considera-se, que as expectativas das participantes estavam relacionadas aos objetivos do Programa ACT, que se propõe a disseminar o conhecimento científico como forma de enfrentar a violência. Destaca-se ainda, que o fato dessas mães realizarem o Programa ACT na modalidade remota pode significar que estão em um momento de altíssima motivação para mudança e que podem ser multiplicadores. Assim, os cuidadores com esse nível de engajamento podem ser pessoas chaves para a disseminação do Programa nas suas comunidades.

A implementação de Programas na modalidade *on-line* pode facilitar a participação de mães/cuidadoras devido algumas vantagens, entre elas: a possibilidade de participação, mesmo não residindo ou estando na cidade em que é oferecido o Programa; o não precisar de locomoção para participar; e, a economia de tempo e dinheiro. No entanto, pode excluir pais/cuidadores que tem interesse em participar, mas não tem acesso à internet ou às TICs. Dessa forma, sugere-se que os facilitadores estabeleçam parcerias com Serviços de Saúde, Assistência Social e/ou Educação para possibilitarem a participação de todos os pais/cuidadores interessados. Contudo, o fato de o programa fortalecer o senso de responsabilidade dos pais enquanto cidadãos e conscientes de seu papel social na proteção da infância pode potencializar a disseminação do

conteúdo debatido, e contagiar outros pais tanto a participar do Programa ACT quanto buscar outras alternativas para aperfeiçoar suas habilidades parentais. Dessa forma, considera-se que a modalidade *on-line* é uma opção potente de enfrentamento da violência contra a criança.

Através do estudo, também pode-se compreender que para mães e cuidadoras educar uma criança em um ambiente seguro estava relacionado à promoção dos direitos das crianças e à prevenção da violência. Além de que, pode-se perceber que na visão das participantes a violência pode ser prevenida por meio da oferta de espaços de reflexão e informação a respeito do papel dos cuidadores na formação da criança, para possibilitar que estes utilizem práticas de educação que promovam relações afetivas e assertivas entre pais-filhos (Oliveira & Caldana, 2009).

Como limitação do estudo, pode-se considerar a inclusão de apenas mães/cuidadoras de crianças de dois a oito anos de idade, residentes de duas regiões do Brasil; e, a amostra ser uma auto-seleção, podendo não representar de maneira significativa a população e consequentemente, ter viés. Um estudo que incluísse mães e pais de diversas regiões do Brasil poderia contribuir para a melhor compreensão da percepção sobre educar em um ambiente seguro e as expectativas na participação do Programa ACT na versão remota.

Considera-se a prevenção através da implementação de programas para pais/cuidadores uma forma efetiva de enfrentar a violência contra criança (OMS, 2014), em especial em um momento adverso como da pandemia do COVID. Dessa forma, faz-se necessário investimento dos órgãos públicos para inserir os programas para pais nas políticas públicas, a fim de disponibilizar à população alternativas de educação saudável às crianças, no qual repercute na sociedade como um todo.

Referências

- Altafim, E. R. P., Pedro, M. E. A., & Linhares, M. B. M. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. doi:10.1016/j.childyouth.2016.09.038.
- Barbosa, A. S., Ferrari, M. R., Boery, R. N. S. O., & Filho, D. L. G. (2014). Relações Humanas e Privacidade na Internet: Implicações Bioéticas. *Revista de Bioética y Derecho*, 30, 109-124. doi:10.4321/S1886-58872014000100008
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Ed. rev., atual. e ampl., L. A. Reto & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa, Portugal: Edições 70. (Original publicado em 1977)
- Campbell, A. M. (2020). An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports*, 2, 1-8. doi:10.1016/j.fsir.2020.100089
- Carneiro, L. A., Rodrigues, W., França, G., & Prata, D. N. (2020). Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. *Research, Society and Development*, 9(8), 1-18. doi:10.33448/rsd-v9i8.5485
- Cezar, P. K., & Arpini, D. M. (2017). Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 432-445. doi:10.1590/1982-3703001942015
- Costa, B. R. L. (2018). Bola de neve virtual: O uso das redes sociais virtuais no processo de coleta de dados de uma pesquisa científica. *Revista interdisciplinar de gestão social*, 7(1), 1-23. doi:10.9771/23172428rigs.v7i1.24649
- DonnamariaI, C. P., & Terzis, A. (2012). Algumas notas sobre as relações humanas mediadas por computadores. *Mental*, 18, 165-178. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v10n18/a09v10n18.pdf>

- Deslandes, S. F., & Coutinho, T. (2020). O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(Supl. 1), 2479-2486. doi:10.1590/1413-81232020256.1.11472020
- Falcke, D., Rosa, L. W., & Madalena, M. (2012). *Violência familiar: rompendo o ciclo transgeracional e seguindo em frente*. In M. N. Baptista & M. L. M. Teodoro (Orgs.), *Psicologia de família – Teoria, avaliação e intervenção* (pp. 127-136). Porto Alegre: Artmed.
- Ferreira, C. L. S., Côrtes, M. C. J. W., & Gontijo, E. D. (2019). Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11),3997-4008. doi: 10.1590/1413-812320182411.04352018
- Guisso, L., Bolze, S. D. A., & Viera, M; L. (2019). Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 12(1), 226-255. doi:10.4013/ctc.2019.121.10
- Jiao, W. Y., Wang, L. N., Liu, J., Fang, S. F., Jiao, F. Y., Pettoello-Mantovani, M., & Somekh, E. (2020). Behavioral and emotional disorders in children during the COVID 19 epidemic. *The Journal of Pediatrics*, 221, 264-266. doi:10.1016/j.jpeds.2020.03.013
- Knox, M., Burkhart, K., & Cromly, A. (2013). Supporting positive parenting in Community Health Centers: The ACT Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology*, 41(4), 395-407. doi: 10.1002/jcop.21543
- Li, L., Zhou, C., He, J., Wang, J., Li, X., & Wu, X. (2017). Collective Semantic Behavior Extraction in Social Networks. *Journal of Computational Science*, 14(1), 1-29. doi:10.1016/j.jocs.2017.11.003
- Malta, D. C., Bernal, R. T. I., Teixeira, B. S. M. Silva, M. M. A., & Freitas, M. I. F. (2017). Fatores associados a violências contra crianças em serviços sentinela de urgência nas

capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2889-2898. doi: 10.1590/1413-81232017229.12752017

Marques, E., S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. F. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Caderno de Saúde Pública*, 36(4), 1-6. doi:10.1590/0102-311X00074420

Meira, M. C. R., & Centa, M L. (2003). A evolução da família e suas implicações na educação dos filhos. *Família Saúde Desenvolvimento*, 5(3), 223-230. doi:10.5380/fsd.v5i3.8085

Miguel, J. J., & Howe, T. R. (2006). Implementing & evaluating a national early violence prevention program at the local level: Lessons from ACT (Adults & Children Together) Against Violence. *Journal of Early Childhood & Infant Psychology*, 2, 17-38.

Minayo, M. C. S. (2001). Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. *Revista Brasileira Saúde Materno Infantil*, 1(2), 91-102. doi:10.1590/S1519-38292001000200002

Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. (2020). *Disque Direitos Humanos: Relatório 2019*. Brasília. Recuperado de https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/ouvidoria/Relatorio_Disque_100_2019_.pdf. Acesso em: 11 jun. 2020.

Neto, G. A. R. M., & Nakamura, T. S. (2015). Mídia, violência e trauma: O caso Isabella Nardoni sob um olhar psicanalítico. *Cadernos de psicanálise*, 37(33), 105-127. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cadpsi/v37n33/v37n33a06.pdf>

Nock, M. K., & Ferriter, C. (2005). Parent management of attendance and adherence in child and adolescent therapy: A conceptual and empirical review. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 8(2), 149–166. doi:10.1007/s10567-005-4753-0

- Oliveira, T. T. S. S., & Caldana, R. H. L. (2009). Educar é punir? Concepções e práticas educativas de pais agressores. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 9(3), 679-694. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v9n3/v9n3a09.pdf>
- Oliveira, J. L. A. P., Fiorini, M. C., Guisso, L., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A. (2021). Grupo de pais: aprendizagens de participantes do Programa ACT. *Ciências Psicológicas* 15(1), 23-92. doi:10.22235/cp.v15i1.2392
- Parente, B. A. V., Mariano, D. R. H., Lima, G. M., Carvalho, M. D. S., Santos, M. S. (2020). Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. *Trabalho Interprofissional em Saúde*, 1(5),1-13. doi:10.51723/hrj.v1i5.14
- Pedro, M. E. A., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Psychosocial Intervention* 26, 63–72. doi:10.1016/j.psi.2016.10.003
- Pereira, A. I., & Barros, L. (2019). Parental cognitions and motivation to engage in psychological interventions: A systematic review. *Child Psychiatry & Human Development*, 50(3), 347-361. doi:10.1007/s10578-018-0852-2
- Porter, B. E., & Howe, T. R. (2008). Pilot evaluation of the ACT Parents Raising Safe Kids violence prevention program. *Journal of child and adolescent trauma*, 1, 1–14. doi:10.1080/19361520802279158
- Portwood, S. G., Lambert, R.G., Abrams, L.P., & Nelson, E. B. (2011). An evaluation of the adults and children together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids Program. *Journal of primary prevention*, 32, 147-160. doi:10.1007/s10935-011-0249-5.
- Ramos, F., Pereira, A. I., Marques, T., & Barros, L. (2019). Parents' perspectives about their experience in the ACT-Raising Safe Kids Program: A qualitative study. *Análise Psicológica*,3 (XXXVII), 285-300. doi:10.14417/ap.1571

- Rates, S. M. M., Melo, E. M., Mascarenhas, M. D. M., & Malta, D. C. (2015). Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(3),655-665. doi:10.1590/1413-81232015203.15242014
- Salvador, A. P. V., Souza, A. M. de, Nardiolo, A. F. B., Senkiv, C. da C., Almeida, J. M. G., Rampasso, L. A. M. ... Lima, T. C. de. (2020). Impactos do distanciamento social na relação pais-filhos e reflexões sobre possíveis intervenções. *Cadernos de psicologias*, 1, 1-13. Recuperado de <https://cadernosdepsicologias.crprr.org.br/impactos-do-distanciamento-social-na-relacao-pais-filhos-e-reflexoes-sobre-possiveis-intervencoes>.
- Santini, P. M., & Williams, L.C.A. (2016). Parenting programs to prevent corporal punishment: a systematic review. *Paidéia*, 26(63), 121-129. doi:10.1590/1982-43272663201614.
- Silva, J., & Randall, A. (2005). Giving psychology away: educating adults to ACT against early childhood violence. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology*, 1, 37-44.
- Silva, J. A., & Williams, L. C. A. (2016). Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. *Temas em Psicologia*, 24(2), 743-755. doi:10.9788/TP2016.2-19Pt
- Silva, J. (2011). *Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros*. (trads. J. Silva). Washington, DC: American Psychological Association. (Trabalho original publicado em 2007).
- Souza, R. A. (2015). A violência do corpo nos relatos sobre o caso do menino Bernardo e o caso do rapaz cledenilson. *Revista Moinhos*, 5(1), 35-50. Recuperado de <https://periodicos.unemat.br/index.php/moinhos/article/view/2164/1782>
- Schmidt, B., Palazzi, A., & Piccinini, C. A. (2020). Entrevistas *on-line*: potencialidades e desafios para coleta de dados no contexto da pandemia de COVID-19. *REFACS (on-line)*, 8(4), 960-966. doi:10.18554/refacs.v8i4.4877

- Vecina, T. C., & Cais, A. C. (2002). Infância e Adolescência: uma realizada que precisa de intervenção. In D. C. Ferrari, & T. C. Vecina (Orgs), *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. (pp. 57-72). São Paulo: Agora.
- Waldow, V. R. (1992). Cuidado: uma revisão teórica. *Revista Gaúcha de Enfermagem* 13(2), 29-35. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/3999>
- Weber, L. N. D., Salvador, A. P. V., & Brandenburg, O. J. (2011). *Programa de qualidade na interação familiar: Manual para aplicadores*. 2ª edição. Curitiba, PR: Juruá
- Webster-Stratton, C., Reid, M. J., & Hammond, M. (2004). Treating children with earlyonset conduct problems: Intervention outcomes for parent, child, and teacher training. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(1), 105-124. doi: 10.1207/S15374424JCCP3301_11
- Williams, L. C. A., Santini, P. M., & D'Affonseca, S. M. (2014). The parceria project: a brazilian parenting program to mothers with a history of intimate partner violence. *International Journal of Applied Psychology*, 4, 101-107. doi:10.5923/j.ijap.20140403.04
- World Health Organization. (1999). *Report of the Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva, Switzerland. Document WHO/HSC/PVI/99.1
- World Health Organization. (2014). *Child maltreatment fact sheet n. 150*. Geneva.

4 CAPÍTULO 3 - PROGRAMA ACT PARA EDUCAR CRIANÇAS EM AMBIENTES SEGUROS NA VERSÃO REMOTA: UM ESTUDO DE VIABILIDADE³

Resumo: Programas parentais que visam à promoção de práticas educativas positivas e à prevenção da violência são recomendados pela Organização Mundial de Saúde. O objetivo deste estudo foi avaliar a viabilidade do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota, nos seguintes critérios: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador (habilidades sociais e integridade/fidelidade), compreensão/generalização dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador. Também foram analisados os efeitos do programa acerca dos conhecimentos de mães e cuidadoras sobre o desenvolvimento infantil, controle na utilização dos meios eletrônicos, estilos parentais e comportamentos dos pais, entre o momento inicial (pré-teste) e o final (pós-teste). Participaram 12 mães/cuidadoras de crianças de 2 a 8 anos da região sul e sudeste do Brasil e quatro observadoras com formação (completa e incompleta) em Psicologia. Os instrumentos utilizados foram: diário de campo, questionários de avaliação do Programa ACT e ficha de avaliação dos observadores. Entre os resultados, encontraram-se alta demanda e adesão dos participantes; satisfação com o programa e facilitador. Também se constatou que os participantes apresentaram melhores médias nos instrumentos após a intervenção, nas quatro dimensões avaliadas. Os resultados satisfatórios permitem dar continuidade à proposta do programa com estudos de efetividade e eficácia.

Palavras-chave: Prevenção de violência; Avaliação de programa; Intervenção psicológica.

ACT RAISING SAFE KIDS PROGRAM IN A REMOTE VERSION: A STUDY OF VIABILITY

Abstract: Parenting programs that aim at promoting positive educational practices and preventing violence are recommended by the World Health Organization. This study aims to evaluate the viability of the remote version of the ACT Raising Safe Kids Program, based on the following criteria: demand, acceptability, adherence, facilitator assessment (social skills and integrity/fidelity), understanding/generalization of content, satisfaction with the program, and satisfaction with the facilitator. Also, it analyzed the effects of the program on the knowledge of mothers and caregivers about child development, control in the use of means of communication, parenting styles and parenting behaviors from the initial moment (pre-test) to the final moment (post-test). Twelve mothers/caregivers of children aged 2 to 8 years old from the south and southeast of Brazil and four observers with Psychology education (complete and incomplete) participated in this study. The instruments used were: field diary, evaluation questionnaires from the ACT Program, and observers' evaluation form. Among the results, there were high demand and adherence of the participants, satisfaction with the program, and satisfaction with the facilitator. It was also observed that the participants had better averages in the instruments after the intervention, in the four dimensions assessed. The satisfactory results allow the continuity of the program proposal with studies of effectiveness and efficiency.

Keywords: Violence prevention; Program evaluation; Psychological intervention.

³ O estudo “Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: um estudo de viabilidade” será traduzido e submetido, como artigo empírico, a revista *Intervencion Psicossocial*, logo, segue a formatação exigida pela revista.

PROGRAMA DE ACT PARA EDUCAR NIÑOS EN AMBIENTES SEGUROS EN LA VERSIÓN REMOTA: UN ESTUDIO DE VIABILIDAD

Resumen: Programas parentales que tienen como objetivo la promoción de prácticas educativas positivas y la prevención de la violencia son recomendados por la Organización Mundial de la Salud. El objetivo de este estudio fue evaluar la viabilidad del Programa de ACT para Educar Niños en Ambientes Seguros en la versión remota, en los siguientes criterios: demanda, aceptabilidad, adhesión, evaluación del facilitador (habilidades sociales e integridad/fidelidad), comprensión/generalización de los contenidos, satisfacción con el programa y con el facilitador. También fueron analizados los efectos del programa acerca de los conocimientos de madres y cuidadoras sobre el desarrollo infantil, control en la utilización de los medios de comunicación, estilos parentales y comportamientos de los padres, entre el momento inicial (prueba previa) y el final (prueba posterior). Participaron 12 madres/cuidadoras de niños de 2 a 8 años de las regiones sur y sudeste de Brasil y cuatro observadoras con formación (completa e incompleta) en Psicología. Los instrumentos utilizados fueron: diario de campo, cuestionarios de evaluación del Programa de ACT y ficha de evaluación de los observadores. Entre los resultados, se encontraron alta demanda y adhesión de los participantes, satisfacción con el programa y facilitador. También se constató que los participantes presentaron mejores medias en los instrumentos después de la intervención, en las cuatro dimensiones evaluadas. Los resultados satisfactorios permiten dar continuidad a la propuesta del programa con estudios de efectividad y eficacia.

Palabras clave: Prevención de violencia; Evaluación de programa; Intervención psicológica.

Introdução

A violência contra a criança é um tema que tem recebido atenção nos últimos anos devido aos altos índices na população e aos danos que vem causando na saúde e desenvolvimento dos sujeitos (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi, & Lozano, 2002). O Relatório do Status Global sobre Prevenção da Violência contra Crianças (2020) evidenciou que quase a metade da população infantil no mundo está constantemente exposta a situação de violência física, sexual e psicológica no âmbito familiar. A partir do surgimento da infecção pandêmica causada pelo novo Coronavírus, estimou-se um aumento dos casos de violência contra a criança em âmbito mundial (Marques, et al., 2020). Dessa forma, é necessário investir em estratégias efetivas, capazes de auxiliar as famílias nas práticas educativas e proteger as crianças da violência.

A Organização Mundial de Saúde (2014), como forma de promoção de práticas parentais positivas e prevenção de situações de violência, indicou a participação de pais/cuidadores em programas de prevenção que visam a ampliação do conhecimento sobre desenvolvimento infantil, a promoção de relações afetivas e saudáveis entre pais/cuidadores e as crianças e o desenvolvimento de estratégias positivas de educação. O Programa ACT foi recomendado pela OMS como um programa efetivo na prevenção de violência contra crianças (Pedro, Altafim, & Linhares, 2017).

O ACT, desenvolvido nos Estados Unidos pelo Escritório de Prevenção da Violência da American Psychological Association – APA (Silva & Randall, 2005), consiste em um programa universal de prevenção da violência infantil. A partir desta abordagem, a intervenção está voltada para todo e qualquer adulto que está educando crianças, independente do risco dos adultos serem agressores.

O Programa ACT vem sendo realizado em diversos países, como nos EUA, Colômbia, Equador, Grécia, Japão, Peru, Bósnia, Taiwan e Turquia, Portugal e Brasil (Pedro, Linhares, 2017). A intervenção é desenvolvida por profissionais de diferentes áreas treinados, a partir de cursos preparatórios para facilitadores promovido pela APA (Silva & Randall, 2005). O ACT já foi aplicado em diferentes contextos, como: centros de saúde (Knox, Burkhart, & Cromly, 2013), centros sociais (Portwood, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011), escolas públicas e privadas (Pedro, Altafim & Linhares, 2017), população carcerária (Camargo, 2016) e sistema de justiça (Knox, Burkhart, & Hunter, 2010; Porter & Howe, 2008). O Programa apresenta baixo custo de disseminação; baixo ou nenhum custo para os participantes (na maioria das localidades, é ministrado gratuitamente); não há exigência de uma formação específica para ser facilitador; e, apresenta facilidade para ser ministrado, devido estar organizado em manuais que contêm instruções detalhadas para os facilitadores (Knox, Burkhart & Hunter, 2010; Porter & Howe, 2008).

Estudos científicos, no âmbito internacional e nacional, a respeito do Programa ACT estão sendo desenvolvidos. As pesquisas no âmbito internacional versam sobre a disseminação e implementação do programa (Silva, & Randall, 2005), o efeito do treinamento do ACT para profissionais (Thomas, Kafescioglu, & Love, 2009) e o efeito do Programa ACT para pais e crianças (KNOX, BURKHART, & CROMLY, 2013; PORTWOOD, et al., 2011).

Portwood e colaboradores (2011) e Knox, Burkhart e Cromly (2013) investigaram os efeitos do Programa ACT por meio de ensaios clínicos randomizados com pais/cuidadores participantes do programa ACT. O estudo de Portwood, et al. (2011) visou avaliar a efetividade do Programa ACT em relação ao conhecimento, comportamento e atitudes de um grupo de pais que participaram da intervenção em comparação com um grupo de pais que não participaram. Os dados quantitativos evidenciaram que o programa apresentou resultados positivos, tanto no final da intervenção quanto três meses após a conclusão, em diferentes fatores relatados pelos

participantes, entre eles: redução no uso de violência verbal e física; e, aumento na utilização de práticas positivas. Os dados qualitativos, coletados a partir dos grupos focais, revelaram que os pais apresentaram adesão, satisfação e perceberam os benefícios da intervenção, entre eles: aprendizado a respeito do desenvolvimento, estratégias positivas de educação e controle da raiva. Os autores concluíram que o Programa ACT é uma estratégia de prevenção primária promissora que pode ser implementado em diferentes comunidades.

A pesquisa de Knox, Burkhart e Cromly (2013) avaliou a efetividade do programa em um grupo de cuidadores de crianças em um centro de saúde da comunidade. O estudo teve uma amostra de 38 participantes no grupo experimental e de 46 participantes no grupo-controle. Os dados mostraram melhora no relato dos pais quanto às práticas de cuidado e no comportamento parental, redução da agressividade física e psicológica. Os autores consideraram que a intervenção no contexto da saúde pode atender de forma efetiva as necessidades dos pais, reduzindo a ocorrência de maus-tratos infantis.

Outros estudos evidenciaram resultados semelhantes sobre o ACT nos países desenvolvidos, constatando por exemplo, a redução da violência física e psicológica infantil; aumento de comportamentos parentais positivos (Knox, Burkhart, & Hunter, 2010; Porter & Howe, 2008; Santos, et al., 2020); melhora nas habilidades sociais, manejo de raiva e controle da mídia dos pais (Porter & Howe, 2008); maior conhecimento sobre prevenção da violência e desenvolvimento infantil; melhora no comportamento das crianças (Knox, Burkhart & Howe, 2011); e, diminuição das práticas de *bullying* nas crianças (Burkhart, Knox & Brockmyer, 2013). Destaca-se que os dados dos estudos são baseados em autorrelatos, dessa forma, pode-se averiguar que houve mudanças na percepção ou no relato dos participantes.

No âmbito nacional, as pesquisas a respeito do ACT tiveram início, no ano de 2011, a partir de dois centros acadêmicos: LAPREV/UFSCar e LAPREDES/USP. Os estudos publicados por pesquisadores brasileiros, versam sobre a avaliação da capacitação de

profissionais sobre o Programa ACT (Pontes, 2020), os efeitos do ACT para pais e cuidadores de crianças (Altafim, Pedro & Linhares, 2016; Pedro, Altafim & Linhares, 2017; Pontes & Brino, no prelo; Silva e Williams, 2016) e a aprendizagem de pais e cuidadores que participaram do Programa ACT (Oliveira, et. al., 2021).

Em relação aos efeitos do Programa ACT para pais e cuidadores, o estudo de Altafim, Pedro e Linhares (2016) visou avaliar as práticas parentais das mães e os problemas de comportamento infantil antes e depois da intervenção, a partir da percepção maternas e de outro cuidador. Participaram do estudo 82 mães brasileiras, de crianças de 3 a 8 anos. A pesquisa constatou, a partir de avaliações pré e pós intervenção, que houve melhora no relato das mães em relação às práticas parentais e a diminuição de problemas de comportamento das crianças.

Nessa mesma perspectiva, Pedro, Altafim e Linhares (2017), a partir de uma amostra com 64 mães de crianças de três a oito anos de idade e de diferentes níveis socioeconômicos, constataram que independentemente do nível socioeconômico e do tipo de escola das crianças (públicas e particulares), o Programa ACT se mostrou efetivo na melhora das práticas educativas maternas quanto a estilo parental, meios eletrônicos e comportamento parental. Também averiguou redução de problema de conduta e aumento do comportamento pró-social nas crianças. As medidas de avaliação utilizadas no estudo foram: Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (Goodman, 1997). E o Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011). O estudo sugeriu que o Programa poderia ser implementado em políticas públicas, estando disponível para a comunidade. Também indicou que o ACT é uma ferramenta valiosa para proteger as crianças, em especial em contextos estressantes e adversos.

Pontes e Brino (no prelo) avaliaram a efetividade do Programa ACT por meio de um estudo piloto randomizado realizado com medidas observacionais da interação pais-filhos e de autorrelato dos pais. A amostra foi constituída por 10 pais, divididos em grupos experimental (GE) e controle (GC) de espera. Os participantes foram submetidos as medidas de pré-teste/pós-

teste/follow-up. Os dados apontaram para aumento da habilidade de resolução de problemas autorrelatadas pelos participantes do grupo experimental, comparados aos participantes do grupo controle. Também foi identificado aumento significativo de conhecimento sobre o conteúdo do programa - estilos parentais, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais - no grupo experimental após a intervenção. No entanto, as autoras não encontraram diferenças entre as medidas observacionais avaliadas. Dessa forma, foi sugerido novos estudo para verificar a efetividade do Programa ACT por meio de medidas de observação.

Oliveira e colaboradores (2021), por meio de um estudo qualitativo, visaram identificar as aprendizagens de pais que participaram do Programa ACT. Os autores averiguaram aumento do conhecimento a respeito do desenvolvimento infantil; e, aumento na compreensão em relação aos danos causados pela exposição da criança às situações de violência. Também constataram aprendizado dos pais a respeito das práticas educativas parentais positivas e estratégias de disciplina positiva. Os autores apontaram a relevância de intervenções psicoeducativas com pais e cuidadores de crianças e sinalizaram que os estudos sobre intervenções com pais/cuidadores de crianças podem auxiliar na implementação de políticas públicas voltadas para famílias.

No ano de 2020, a partir da declaração da pandemia do COVID-19 e as restrições recomendadas pela OMS, a APA autorizou a aplicação do Programa ACT de maneira remota, por meio do uso de tecnologias de informações e comunicação (TICs). Destaca-se que, a APA considerou a importância da implementação do ACT neste período, em especial devido aos diferentes estressores vivenciados pelas famílias, entre eles, o isolamento social, o fechamento das escolas, a sobrecarga de atividades, o aumento no tempo do uso dos meios eletrônicos nas crianças (Parente, et al., 2020; Salvador, et al., 2020). A oferta de programas parentais por meio das TICs pode auxiliar no aprimoramento de práticas parentais positivas e contribuir para o desenvolvimento das crianças (Salvador, et al., 2020).

Diante do exposto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a viabilidade do Programa ACT na versão remota, nos seguintes critérios: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador (habilidades sociais e integridade/fidelidade), compreensão/generalização dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador. Também visou analisar os efeitos do Programa acerca dos conhecimentos dos pais sobre o desenvolvimento infantil, controle na utilização dos meios eletrônicos, estilos parentais e comportamentos dos pais, entre o momento inicial (pré-teste) e o final (pós-teste).

Importante sinalizar que não foram encontrados estudos nacionais ou internacionais sobre a aplicação do ACT em ambiente virtual, tendo encontrado apenas estudos que tratam dos efeitos e aprendizados quando realizados presencialmente. Assim, trata-se de uma iniciativa original e de caráter inédito. Considera-se ainda que, as pesquisas de viabilidade podem ser utilizadas como parâmetros para o desenvolvimento de estudos maiores sobre um tema de pesquisa, diminuindo os riscos de validade dos resultados do estudo principal ou intervenção propriamente dita.

Primeiramente será descrita o Programa ACT e a adaptação da intervenção na versão remota. Em um segundo momento serão apresentados os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos com o estudo.

Descrição da intervenção: O Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota

A versão atual do ACT traduzida ao português apresenta nove sessões, sendo constituído por uma sessão inicial, intitulada Reunião Prévia, para os participantes e o facilitador se conhecerem e acordarem as regras do grupo e preencherem os instrumentos de pré-teste; e, mais oito sessões. Cada sessão tem um objetivo e é composta por diferentes atividades, entre elas:

atividades preparatórias que introduzem os temas do dia, *role plays*, discussões em pequenos grupos, jogos, atividades manuais e tarefa para casa (Silva, 2011).

A versão remota do Programa ACT (Faraj & Siqueira, submetido) teve como base as indicações sobre a adaptação cultural de programas. Esta priorizou adequá-lo às características da população que participará da intervenção, para promover a sua participação e possibilitar a adesão, sem interferir nas características e informações principais do material original (Castro, Barrera Jr., & Steiker, 2010).

Na versão remota do ACT, o recrutamento dos participantes foi adaptado para ser realizado pelas redes sociais – *Facebook, Instagram e WhatsApp*. O local do Programa foi modificado para a plataforma digital do *Google Meet*. O caderno de pais foi digitalizado e os materiais do Programa (exercícios e tarefas de casa) foram elaborados e disponibilizados na plataforma do *Google Forms*. O resumo de cada sessão foi elaborado na plataforma do *Canvas* para ser disponibilizado aos participantes, por meio das ferramentas digitais (*E-mail* ou *WhatsApp*) (Faraj & Siqueira, submetido).

Na reunião prévia e nas oito sessões, a duração da sessão foi adaptada para uma hora e 30 minutos, sem intervalo. Para participar das sessões, foi solicitado aos participantes: ter um responsável para ficar com as crianças em casa; estar em um ambiente tranquilo, que permitisse a interação e a não interrupção da participação; ter um computador, tablet e/ou celular com acesso à internet, assim como dispor de papel, caneta e uma caixa. Para o facilitador ministrar as sessões, o *flipchart* foi substituído pelo programa *PowerPoint*. A caixa dos sonhos foi adaptada para ser realizada a partir do aplicativo do *Mentimeter*. A tarefa de casa, entregue no final de cada sessão, foi adaptada para ser explicada na sessão e enviada após a sessão de maneira *on-line*, pelo *link* gerado na ferramenta do *Google Forms*. A seguir, são apresentadas resumidamente as sessões, objetivos, assim como as atividades utilizadas em cada sessão e as adaptações para a versão remota (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 1 - Compreenda os comportamentos de seus filhos: Esta sessão visa “ajudar os pais/cuidadores a aprender elementos básicos do desenvolvimento infantil e como responder adequadamente aos comportamentos dos filhos” (Silva, 2011, p.33). Aborda o conceito de desenvolvimento infantil, os motivos que as crianças pequenas apresentam comportamentos difíceis, o conceito de reação e resposta, as necessidades básicas das crianças (Silva, 2011). Na sessão remota, a divisão de grupo para discussão sobre desenvolvimento infantil foi adaptada para ser realizada em dois grupos *on-line*. E a atividade de divisão de grupo para discussão a respeito dos comportamentos difíceis das crianças foi adaptada para ser realizada com todos os participantes (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 2 - A violência na vida das crianças: Tem como objetivo “ajudar os pais a entender como as crianças podem estar expostas à violência e as consequências que isso terá nas suas vidas” (p. 51). Apresenta os tipos de violência contra a população infantil, os fatores de risco para as situações de violência e os danos da violência para a saúde e desenvolvimento das crianças. A Sessão contempla a “atividade da boneca” que representa as marcas da violência na criança (Silva, 2011). Nesse encontro, na versão remota, foram incluídos para o debate com todo o grupo as informações sobre os dados de violência contra a criança no Brasil, a partir do Disque 100 e estudos científicos; a violência contra a criança no momento da pandemia de Coronavírus; o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e a Lei Menino Bernardo (Lei 13.010/2014) (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 3 - Como os pais podem entender e controlar a raiva: Se propõe a “ajudar os pais a aprender a controlar e lidar com a raiva” (p. 69). A Sessão aborda os possíveis motivos da raiva, como os pais podem lidar com a raiva e não prejudicar a saúde e o desenvolvimento das crianças. Apresenta a “Roda dos Sentimentos” e o “Modelo Repense” a fim de auxiliar os pais/cuidadores no manejo da raiva (Silva, 2011). Nesse encontro, as atividades previstas para discussão em pequenos grupos foram modificadas para o debate com todo o grupo. A atividade

da “Roda dos Sentimentos” foi adaptada para ser realizada pelo aplicativo “*App sorteos.com*” (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 4 - Como entender e ajudar as crianças quando elas têm raiva: Objetiva ajudar os pais a entender os sentimentos de raiva das crianças e a aprender com ensiná-las a controlar a raiva” (p. 83). Aborda os motivos da raiva das crianças, como os pais podem manejar a raiva. Apresenta o “Modelo Ideal” para auxiliar os pais (Silva, 2011). Nesse encontro, a atividade de dramatização do cenário foi adaptada para ser apresentada por meio de um vídeo elaborado pela facilitadora (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 5 - Crianças e os meios eletrônicos de comunicação: Tem como intuito “ajudar os pais a entenderem o impacto da mídia eletrônica no comportamento dos filhos e dar opções sobre como reduzir a exposição das crianças”. Versa sobre a exposição das crianças aos meios eletrônicos de comunicação, destacando o impacto na saúde, desenvolvimento e nas relações das crianças. Apresenta alternativas para os pais reduzirem o impacto da tecnologia na vida das crianças (Silva, 2011). Na versão remota, foi incluído o debate sobre o aumento no uso das telas devido ao momento atual (pandemia do COVID-19), os riscos adicionais enfrentados, bem como as diferenças entre a tela recreativa e o uso de tela educacional (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 6 - Disciplina e estilos parentais: Visa “ajudar os pais a entenderem que a forma como educam os seus filhos têm um impacto sobre o comportamento deles por toda a vida” (p. 113). Define o que é ser pai/cuidador. Apresenta os diferentes estilos parentais. Aborda os conceitos de disciplina e punição, destacando as consequências da punição física para disciplinar as crianças (Silva, 2011). Neste encontro, o debate sobre a seleção do candidato para mãe/pai foi adaptado para ser efetivado com todos os participantes e a representação dos melhores pais concretizada por meio da escrita de três palavras, por cada participante, a partir do *link* gerado pelo aplicativo *Mentimeter*. Ainda nessa Sessão, a atividade sobre estilo parental

foi adaptada para uma apresentação no *PowerPoint* dos estilos parentais. A dramatização foi substituída por um vídeo elaborado pela facilitadora (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 7 - Disciplina para comportamentos positivos: Tem como objetivo “ensinar os pais como prevenir comportamentos difíceis e como usar formas positivas de disciplinar as crianças” (p. 131). Apresenta opções de disciplina positiva. Na versão remota, a atividade “Jogue a bola e diga o que você aprendeu” foi adaptada para que os participantes imaginem que o facilitador esteja segurando uma bola. O facilitador finge que está jogando a bola na tela e chama o nome do cuidador para quem está jogando e solicita que ele finja que está pegando. Quando ele pegar a bola, o facilitador solicita que imagine que o filho está parado na sua frente e que diga o nome do seu filho e uma declaração positiva que expressará na próxima vez que ele se comportar bem. Assim que a declaração for feita, o facilitador pede a esse pai que finja jogar uma bola a outro pai, chamando o nome desse pai. A atividade continua até que todos tenham participado (Faraj & Siqueira, submetido).

Sessão 8 - Leve o Programa ACT para sua casa e sua comunidade: visa “ajudar os participantes a se dar conta do que aprenderam com o Programa e o que já está ajudando a realizar seus sonhos para seus filhos. Encorajar os participantes a usar em casa e na comunidade as ferramentas que aprenderam” (Silva, 2011, p. 147). Neste encontro, na versão remota, a criação pelos participantes de uma figura que representasse o que aprenderam e que já estão usando em casa por meio de limpadores de cano foi excluída. A atividade de divisão dos participantes em dois grupos: Protetores e Defensores, na versão remota foi mantida, no entanto, a partir da divisão nas salas virtuais e substituição de cartazes pela apresentação no *PowerPoint*. Foi acrescentada a solicitação de um *feedback* aos participantes a respeito da intervenção na modalidade remota. A conclusão e celebração na versão remota foram adaptadas para que os participantes tenham os filhos presentes na sala virtual (Faraj & Siqueira, submetido).

Método

Delineamento

Trata-se de um estudo de viabilidade, com avaliação pré e pós teste, e de processo de implementação, para verificar a possibilidade de a versão remota da intervenção ter resultados satisfatórios. A análise de viabilidade é uma metodologia administrada em diversas áreas clínicas. Tem como principal objetivo averiguar se um estudo pode ser realizado em maior escala, como ensaio clínico randomizado (Thabane et al., 2010).

No ensaio de viabilidade, não existem critérios de avaliação estabelecidos de maneira consensual, como há nos casos de ensaios de efetividade e eficácia. Nesse sentido, o pesquisador deve considerar o maior número de variáveis intervenientes prováveis que possam interferir de maneira positiva ou negativa na intervenção. A partir das recomendações de Bowen e colaboradores (2009) e Durgante e Dell'Aglio (2018), a viabilidade foi avaliada por meio dos seguintes critérios: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador (habilidades sociais e integridade/fidelidade), compreensão/generalização dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador. Também foram analisados os efeitos do programa acerca dos conhecimentos dos pais sobre desenvolvimento infantil, controle na utilização dos meios eletrônicos, estilos parentais e comportamentos dos pais, entre o momento inicial (pré-teste) e o final (pós-teste).

Participantes

Participaram deste estudo, 10 mães, uma tia e uma irmã de crianças, entre dois e oito anos de idade, totalizando 12 participantes. Os critérios de inclusão para compor a amostra foram: ser pai, mãe ou cuidador/familiar de crianças de zero a oito anos de idade e ser

brasileiros. A amostra foi por auto-seleção, pois os participantes voluntariamente solicitaram participar da pesquisa.

As participantes tinham idades entre 24 e 48 anos. A média de idade dos participantes foi de 36,41 e o desvio padrão de 6,61. Quanto a situação conjugal, nove participantes eram casadas, uma solteira, uma separada e uma viúva. Em relação ao grau de instrução, três tinham ensino superior incompleto, quatro tinham ensino superior completo, duas possuíam especialização e três pós-graduação. Quanto a renda familiar, duas declararam a renda menor que R\$ 1.000,00, uma entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000, 00, seis entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000, 00 e três entre R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000, 00. Quanto a Região de residência, 11 participantes eram do Sul e 1 do Sudeste do Brasil.

Também participaram da implementação do Programa quatro observadores, que se alternaram nas sessões, com a presença de dois em cada uma. Para ser observador, os critérios foram: ter formação em psicologia (incompleta ou completa), ter conhecimento teórico da literatura relevante na área; e, ter realizado a capacitação do Programa. Uma observadora era formada em psicologia, uma era acadêmica de psicologia de uma universidade privada (sétimo semestre) e duas eram acadêmicas de psicologia de uma universidade pública (sexto e sétimo semestre).

Instrumentos

1) Diário de campo do facilitador: O facilitador registrou os procedimentos da pesquisa, os recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, as dificuldades no desenvolvimento do estudo, observações, interpretações, inferências, entre outras informações. Os dados do diário de campo respaldam os compilados pelos observadores, para maior qualidade metodológica (Creswell, 2007).

2) Ficha de avaliação dos observadores (Silva, 2011): Refere-se a um *check list* das atividades que deveriam ser desenvolvidas em cada sessão do ACT. A lista de itens pertence ao Manual do facilitador, sendo previamente estabelecida para certificar se todas as atividades foram desenvolvidas, conforme foram programadas para cada encontro do Programa. Na ficha, foram incluídas, pela pesquisadora do estudo (primeira autora), questões sobre: habilidades sociais do facilitador, fidelidade do facilitador na implementação do programa, participação dos participantes nas atividades sugeridas nos encontros, realização das tarefas dos participantes, compreensão dos participantes em relação ao conteúdo do Programa. Também contemplou o registro de situações significativas dos encontros, temas emergentes, entre outras.

3) Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011): Refere-se a um questionário incluso no material do Programa ACT que mede o repertório inicial dos participantes (pré-teste) e o conhecimento dos ensinamentos do programa (pós-teste) por meio de itens objetivos. Consiste em 56 itens de fácil compreensão e aplicação, que são preenchidos aproximadamente durante 30 minutos. Os primeiros itens referem-se à coleta de dados demográficos da família. Depois o instrumento divide-se em quatro subescalas: 1. Estilo Parental (EP), que avalia o tipo de disciplina que os pais utilizam diante do comportamento dos filhos em diversas situações; 2. Meios Eletrônicos (ME), que evidencia como ocorre o controle do uso da tecnologia; 3. Desenvolvimento Infantil (DI), que analisa as exigências dos pais aos filhos de acordo com a fase de desenvolvimento dos mesmos; e, 4. Comportamento dos Pais (CP), que verifica as atitudes dos pais em diferentes situações e a participação dos mesmos na prevenção à violência.

4) Questionário de Avaliação do Programa ACT (Silva, 2011). É um instrumento que visa medir a satisfação do participante em relação à intervenção. A primeira questão envolve sete subitens sobre os facilitadores do programa, a aplicabilidade do mesmo para o dia a dia e recomendações acerca da intervenção. A segunda questão é referente às estratégias que auxiliaram o participante no aprendizado do conteúdo ensinado. A terceira questão está

relacionada aos aspectos que o participante mais gostou no Programa. No questionário foi incluída uma escala de autorrelato de quatro pontos (1-Insatisfeito; 2-Regular; 3-Satisfeito; 4-Muito satisfeito) para avaliar a satisfação dos participantes da versão remota do Programa ACT. A escola contemplou cinco questões: 1) Em geral, como se sentiu durante o programa?; 2) Qual a sua satisfação com o Programa de maneira geral?; 3) Qual a sua satisfação com o conteúdo do Programa?; 4) Qual a sua satisfação em relação ao tempo de duração dos encontros do Programa; 5) Qual a sua satisfação em relação à duração do Programa?

Procedimentos e considerações éticas

Para a realização do estudo, foram seguidas as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo Seres Humanos - Resolução 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Dessa forma, a pesquisa atendeu as exigências éticas fundamentais estabelecidas nas referidas resoluções. O projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos de uma Universidade Federal (UFSM). A pesquisadora assinou o Termo de Confidencialidade. Após a aprovação do Projeto pelo Comitê de Ética (protocolo CAAE número 01903118.0.0000.5346) foi realizada a coleta dos dados.

A partir da Adaptação do Programa ACT para a versão remota (Faraj & Siqueira, submetido), pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos foram convidados a participar da intervenção. O recrutamento dos participantes foi realizado por meio de convite *on-line*, nas redes sociais nacionais (*Facebook, Instagram e WhatsApp*) do grupo de pesquisa que promoveu a intervenção, sendo de caráter voluntário e confidencial. Os primeiros 12 interessados a integrar o estudo e que preenchiam os critérios de inclusão foram submetidos a intervenção que contemplou uma reunião prévia e oito encontros remotos que abordaram os diferentes temas do Programa ACT. Destaca-se que foram ofertadas 12 vagas na implementação da versão remota

do Programa ACT porque a indicação do número de vagas na versão presencial do Programa é de no mínimo de oito a 10 participantes. A intervenção foi realizada por uma equipe de pesquisa (estudante de doutorado, quatro acadêmicas de psicologia e uma professora orientadora), no período de 27 de fevereiro a 24 de abril de 2021. Os encontros ocorreram semanalmente (sábados), com duração de aproximadamente duas horas. Todas as sessões do Programa foram realizadas de maneira síncrona.

As mães/cuidadoras (n=11) que participaram 70% do Programa ACT na versão remota (sete encontros) preencheram o Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011) de maneira *on-line*, antes de serem submetidos às intervenções e após a última sessão do ACT; e, o Questionário de Avaliação do Programa ACT (Silva, 2011), após a última sessão da intervenção. O preenchimento dos instrumentos teve duração de aproximadamente 30 minutos. Os instrumentos foram elaborados na plataforma do *Google Forms* e enviados através de recursos digitais (*Whatsapp e E-mail*).

As sessões tiveram como participantes, além de mães e cuidadoras, duas observadoras, que no final de cada sessão preencheram a Ficha de avaliação dos observadores (Silva, 2011), de forma *on-line* (documento adaptado no *Word*). O preenchimento do *checklist* pelas observadoras (relato de terceiros) assegura a fidedignidade da versão remota do Programa ACT. Todas as participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Análise dos dados

Para a caracterização da amostra, foi realizada uma análise descritiva dos dados dos participantes, sendo que as variáveis categóricas foram apresentadas em forma percentual e as quantitativas em forma de média e desvio padrão. Verificou-se a normalidade das variáveis a

serem estudadas através do teste de *Shapiro-Wilk*. Na análise das subescalas nos momentos pré e pós teste foi aplicado o *teste t* para dados pareados, e calculado do Coeficiente de Cohen a fim de verificar a magnitude do efeito com base nas diferenças entre pré e pós-intervenção. O tamanho de efeito foi considerado pequeno quando o valor de *d* ficou entre 0,20 e 0,30; tamanho de efeito médio foi atribuído a *d* com valor entre 0,40 e 0,70 e, por fim, o tamanho de efeito grande foi considerado quando o valor de *d* foi maior que 0,80. As diferenças foram consideradas significativas quando os resultados apresentaram o valor- $p < 0,05$. O software IBM SPSS Versão 25 foi utilizado como ferramenta computacional para a análise estatística dos dados.

Para análise das variáveis, no Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011), as questões 8, 9, 10 e 11 da subescala de Estilo Parental foram invertidas, bem como as questões 7 e 9 da subescala sobre Comportamento dos Pais. Na subescala sobre Desenvolvimento Infantil, foram invertidas na história 1, as questões 1, 3 e 4; na história 2 e 3, as questões 1 e 4; na história 4, as questões 2 e 3.

Resultados

Os resultados dos critérios de viabilidade considerados no estudo foram: quanto à *Demanda*, o Programa ACT teve 55 interessados em participar, a partir da divulgação do Programa nas redes sociais nacionais do grupo de pesquisa que promoveu a intervenção na versão remota (*Instagram, Facebook e WhatsApp*), no período de 30 dias. A respeito da *Aceitabilidade*, dos 12 participantes que foram submetidos à intervenção, 11 concluíram o Programa. Dessa forma, a taxa de retenção (permanência, não-desistência) foi de 91,66 %. Em relação a *Adesão*, dos que concluíram o Programa, (n=11), o número de presenças (n=93), superou satisfatoriamente o número de faltas (n=6), sendo a frequência geral do grupo 93,93%,

com maior número de faltantes ($n=2$) nas Sessões 6 e 7, referentes às temáticas sobre disciplina e estilos parentais e disciplina para comportamentos positivos, respectivamente.

O escore relativo à avaliação do facilitador foi calculado a partir da média dos escores atribuídos pelos observadores nas oito sessões, obtidos em escala de autorrelato de quatro pontos (1-Não Realizou, 2-Realizou pouco, 3-Realizou de modo quase completo, 4-Realizou completamente) no que se refere às *Habilidades Sociais* (quatro itens - cordialidade e empatia, acolhimento e escuta das demandas, promoção de espaços de trocas e interação, utilização de diferentes estilos de comunicação), *Integridade/Fidelidade* (10 itens na primeira sessão, cinco itens na segunda sessão, sete itens na terceira e sexta sessão, seis itens na quarta e quinta) e *Compreensão/Generalização dos conteúdos*. O escore dos itens relativos às habilidades sociais, integridade/fidelidade e compressão/generalização dos conteúdos foi 4 em todas as sessões.

No que se refere à *avaliação dos participantes em relação ao facilitador e ao Programa ACT*, a variação dos escores obtidos em escala de autorrelato de cinco pontos (1-Discordo Totalmente, 2-Discordo, 3-Não sei, 4-De acordo, 5-Totalmente de acordo), preenchida após a finalização do Programa (T2), foram entre 4 a 5 para os itens: ‘Os facilitadores conheciam bem os assuntos e matérias tratadas nas aulas’ ($M=4,91$; $DP=0,30$); ‘Os facilitadores eram amáveis e eficientes’ ($M=4,91$; $DP=0,30$); ‘Gostei do programa porque me deu muitas opções de como ser bom mãe/pai/cuidador’ ($M=4,91$; $DP=0,30$); ‘Vou utilizar as técnicas que aprendi no programa’ ($M=4,91$; $DP=0,30$); ‘Estou certa/certo de que serei melhor mãe/pai/cuidador com o que aprendi no programa’ ($M=4,73$; $DP=0,47$); ‘Vou recomendar este programa a outros’ ($M=4,82$; $DP=0,41$); ‘Eu gostaria de continuar a me reunir com o grupo’ ($M=4,82$; $DP=0,41$).

Quanto à *satisfação dos participantes com o programa*, a variação dos escores obtidos em escala de autorrelato de quatro pontos (1-Insatisfeito; 2-Regular; 3-Satisfeito; 4-Muito satisfeito), preenchida após finalização do programa (T2), foram entre 3 a 4 para as seguintes questões: ‘Em geral, como se sentiu durante o programa?’ ($M=3,82$; $DP=0,41$); ‘Qual a sua

satisfação com o Programa de maneira geral?’ ($M= 3,82$; $DP= 0,41$); ‘Qual a sua satisfação com o conteúdo do Programa?’ ($M= 3,82$; $DP= 0,41$); ‘Qual a sua satisfação em relação ao tempo de duração dos encontros do Programa’ ($M= 3,64$; $DP=.0,51$); ‘Qual a sua satisfação em relação à duração do Programa?’ ($M= 3,64$; $DP=0,51$). As participantes apontaram como aspectos positivos do Programa: novos aprendizados (91,75); materiais bons e fáceis de aprender (83,3 %); atitude simpática e agradável da facilitadora (75%); e, fazer novos amigos (58, 3%). A maioria das mães/cuidadoras sinalizaram que não realizariam alterações na implementação do Programa ACT na modalidade remota. No entanto, duas participantes apontaram como sugestão a continuação da intervenção após o término dos encontros semanais, para dar sequência aos aprendizados.

Em relação aos *efeitos do Programa*, pode-se constatar que ocorreram mudanças acerca dos conhecimentos dos pais sobre o desenvolvimento infantil, controle na utilização dos meios eletrônicos, estilos parentais e comportamentos dos pais entre o momento inicial (pré-intervenção) e o final (pós-intervenção) do Programa. A média na subescala de Desenvolvimento Infantil foi maior no pós-intervenção ($M=72,18$; $DP=5,56$) quando comparada à média antes da intervenção ($M=66$; $DP=6,86$), sendo essa diferença significativa ($t=3,99$; $gl=10$; $p=0,003$), com tamanho de efeito grande ($d=1$).

A análise da subescala de Meios Eletrônicos, da mesma forma, apresentou média maior no pós-intervenção ($M=31,36$; $DP=3,11$) do que no pré-intervenção ($M=27$; $DP=3,26$), sendo essa diferença significativa ($t= 3,504$; $gl=10$; $p=0,006$), com tamanho do efeito grande ($d=1,37$). Já na subescala de Estilos Parentais, foi encontrada uma diferença significativa na média entre T1 ($M=41,63$; $DP= \pm 5,85$) e T2 ($M=46,09$; $DP=4,04$), ($t=2,77$; $gl=10$; $p=0,02$), com tamanho de efeito grande ($d=0,9$).

Na subescala Comportamento dos pais, a média e desvio padrão no pré-intervenção foi menor ($M=40,82$; $DP=5,91$) do que após a intervenção ($M=44,18$; $DP=3,46$), sendo uma

diferença significativa ($t=0,673$; $gl=10$; $p=0,516$), e tamanho de efeito pequeno ($d=0,27$). Dessa forma, pode-se averiguar médias mais elevadas em todas as subescalas do Programa ACT após a intervenção.

A partir da avaliação do processo de implementação do Programa ACT na versão remota, considerando os registros dos observadores, as avaliações dos participantes e o diário de campo do moderador, foram introduzidas as seguintes mudanças na estrutura do programa: tempo de duas horas na versão remota, devido ao número de atividades e debates do Programa ACT e as interrupções e falhas que podem ocorrer por meio a aplicação do Programa ACT na versão remota; dividir os participantes em apenas dois grupos (duas salas virtuais) nas atividades de debate, em especial, devido o número de participantes e a facilitada para realizar a troca de salas na modalidade remota; e, elaboração da ficha de avaliação dos observadores na plataforma do *Google Forms*, para facilitar o preenchimento do instrumento pelos observadores e a análise dos dados pelo facilitador e/ou pesquisador.

Discussão

O objetivo deste estudo foi a avaliação de viabilidade de um programa de intervenção para pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos de idade – Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota. Os resultados obtidos foram satisfatórios quanto aos diferentes critérios de viabilidade avaliados. Com relação à demanda, constatou-se interesse do público-alvo na modalidade *on-line*, assim como a necessidade da oferta de programas voltadas para pais e cuidadores de crianças. Esse dado vai ao encontro do estudo de Salvador, et al. (2020) que evidenciou que pais/cuidadores de crianças manifestaram interesse em receber orientação a respeito das práticas parentais no período da pandemia, pois percebiam a necessidade de receber auxílio para manejar as suas emoções e das crianças, assim como as

situações de conflito. Os autores destacaram que a oferta de intervenção parental por meio das TICs pode ser uma ferramenta significativa para o aprimoramento de práticas parentais e dos indicadores de desenvolvimento infantil.

No que se refere à aceitabilidade, pode-se avaliar que a divulgação do Programa ACT na versão remota através das redes sociais – *Facebook, Instagram e WhatsApp* - do grupo de pesquisa, possibilitou o recrutamento de participantes com interesse na temática e em intervenção voltada para pais e cuidadores de crianças. Também pode-se analisar alta adesão dos participantes na aplicação do Programa na versão remota. O ACT é um Programa que tem apresentado níveis altos de adesão na versão presencial (Portwood, et al., 2011). A partir de uma revisão sistemática da literatura, a respeito da avaliação do Programa ACT, Pontes, Siqueira e Williams (2019) identificaram que a adesão de pais/cuidadores que participaram do Programa ACT, na modalidade presencial, em oito estudos variou de 86% a 55%.

Na versão remota, identificou-se que a adesão dos participantes não foi muito diferente da modalidade presencial. Dessa forma, considera-se que diferentes fatores podem ter contribuído para a alta adesão, entre eles: a elaboração de uma cartilha informativa digital sobre o Programa ACT, utilizada na divulgação do Programa ACT; o recrutamentos dos participantes pelas redes sociais de um grupo de pesquisa da área da psicologia; a modalidade remota, em que os participantes poderiam estar com os filhos, em qualquer local, sem precisar se locomover; o folder digital semanal com as informações da próxima sessão; a realização dos encontros em dia não letivo (sábado). A condição socioeconômica e o nível de escolaridade das participantes também podem ter contribuído para a adesão. O estudo de Guisso, Bolze e Viera (2019), apontou que fatores como maior condição socioeconômica e escolaridade sugerem maior adesão nos programas de treinamento voltados para cuidadores de crianças. Outro fator que pode ter favorecido a adesão dos participantes é o momento da pandemia do COVID-19, em que os pais/cuidadores precisaram lidar com diferentes estressores, como o isolamento

social, o fechamento das escolas, a sobrecarga de atividades, o aumento no tempo do uso dos meios eletrônicos nas crianças (Parente, et al., 2020; Salvador, et al., 2020), sendo necessário compartilhar vivência e refletir sobre práticas (Salvador, et al., 2020).

No estudo, pode-se observar que, apesar do Programa ser realizado por meio de tecnologias de informação e comunicação (TICs), foi possível manter a integridade/fidelidade. Dessa forma, pode-se averiguar que as adaptações das atividades, a partir de plataformas digitais, como *Google Meet*, *Google Forms*, *Mentimeter* e *Canvas*, possibilitaram ao facilitador adaptar e abordar o conteúdo do Programa ACT, assim como desenvolver as atividades previstas nos manuais, em especial as que exigiam interação entre os participantes, como o debate dos temas, as dinâmicas de grupo e o *role play*. Para Castro, Barrera Jr. e Steiker (2010), o processo de adaptação de um programa de intervenção deve priorizar as características do público-alvo, para facilitar a sua participação e possibilitar a adesão do mesmo, sem intervir nas características principais do material original. O conteúdo deve ser compatível com o contexto social e as necessidades dos participantes quanto à linguagem, relevância e motivação.

Na versão remota, também pode-se identificar que o facilitador, mesmo utilizando recursos tecnológicos para interagir com os participantes, apresentou habilidades sociais, como: cordialidade e empatia; acolheu e escutou as demandas dos participantes; promoveu espaços de trocas e interação entre as mães e cuidadoras; e, utilizou diferentes estilos de comunicação verbal e não-verbal na apresentação dos conteúdos. Considera-se que a habilidade social do facilitador somado com a diversidade dos conteúdos e atividades do Programa ACT, distribuídos em oito sessões de duas horas, pode ter contribuído para a satisfação dos participantes.

A aplicação do Programa ACT na versão remota apresentou efeitos positivos em todas as subescalas. Os achados deste estudo foram semelhantes aos resultados do estudo recente de Santos et al. (2020), que por meio de uma amostra de 22 pais da região centro de Portugal,

evidenciou que os participantes melhoraram, do pré para pós-teste, nas quatro dimensões do programa: estilos parentais, meios eletrônicos, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais. Outros estudos com o Programa ACT realizados na modalidade presencial também encontraram resultados positivos na aplicação do Programa ACT, entre eles: melhora na percepção dos pais quanto as práticas parentais e a diminuição de problemas de comportamento das crianças (Altafim, Pedro, & Linhares, 2016); melhora no relato dos participantes quanto as práticas educativas maternas, redução de problema de conduta da criança e aumento do comportamento pró-social nas crianças (Pedro, Altafim, & Linhares, 2017); aumento da habilidade de resolução de problemas e aumento significativo do conhecimento sobre o conteúdo do programa, autorrelatadas pelos participantes (Pontes & Brino, no prelo). Dessa forma, pode-se evidenciar que o Programa ACT apresentou efeitos mesmo sendo aplicado por meio da TICs, podendo promover práticas parentais positivas e prevenir as situações de violência contra a população infantil.

Considerações finais

No estudo de viabilidade do Programa ACT na versão remota, constatou-se que mães e cuidadoras de crianças apresentaram interesse em intervenções voltadas para a promoção de práticas parentais positivas e a prevenção de violência contra a criança. A oferta do Programa na versão remota, a partir das TICs, se constituiu uma maneira de possibilitar o encontro de pais/cuidadores que estão educando crianças, permitindo reflexões sobre suas práticas, a troca de informação e conhecimentos, no momento da pandemia do COVID-19. A versão remota permitiu incluir participantes de diversos locais do Brasil, o que pode contribuir para a prevenção da violência no âmbito nacional.

A intervenção na modalidade remota teve alta adesão dos participantes, o que pode estar relacionado ao nível socioeconômico e escolaridade dos participantes; ao conteúdo e atividades do Programa ACT; aos aspectos positivos da modalidade remota, como poder participar estando em qualquer local com acesso à internet, não precisando se locomover. No entanto, é preciso considerar que o acesso à internet não é igual para os brasileiros. Dessa forma, a versão remota pode excluir pais e cuidadores que tem interesse na intervenção se a facilitadora não articular o Programa às políticas públicas voltadas para o atendimento às famílias.

Na aplicação do Programa ACT na versão remota, identificou-se que por meio do uso de TICs foi possível manter a integridade do Programa, desenvolvendo o conteúdo e as atividades de debate e integração, bem como as dinâmicas de grupo, permitindo a compreensão do conteúdo abordado. A inclusão de debates de temas nacionais, como os dados da violência no Brasil e as legislações nacionais contribuíram para o debate e reflexões, não comprometendo a estrutura do Programa.

Os dados sinalizaram que a plataforma do *Google Meet* é adequada para o desenvolvimento do Programa, pois é de fácil acesso e gratuita. O Programa ACT realizado de maneira síncrona possibilitou a transmissão de informações sobre o conteúdo do Programa, assim como a interação entre os participantes. O material do programa no formato digital contribuiu para o acesso dos participantes ao conteúdo e atividades, assim como para a devolução dos materiais pelas participantes e a avaliação dos resultados pela facilitadora. Dessa forma, considera-se que, a variedade dos recursos e ferramentas disponíveis na internet, como o *Mentimeter* e o *Google Forms*, facilitaram a implementação do Programa ACT no formato remoto, possibilitando contemplar conteúdo, atividades de grupo, debate, vídeos, o que permitiu que os participantes compartilhassem experiências e conhecimentos de maneira dinâmica e organizada.

No que se refere aos efeitos do Programa ACT, pode-se identificar melhora dos participantes nas quatro dimensões do Programa: estilos parentais, meios eletrônicos, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais. Esses dados podem significar a promoção de práticas educativas parentais e a prevenção de situações de violência contra a criança. Considera-se, que programas universais são alternativas que possibilitam o fortalecimento das relações familiares e promoção de saúde das crianças (OMS, 2014). No entanto, destaca-se como limitação deste estudo, a participação de apenas mães e cuidadoras de duas regiões do Brasil; avaliação realizada por meio de medidas de autorrelato; e, a amostra ser uma auto-seleção, podendo não representar de maneira significativa a população e conseqüentemente, ter viés. Estudos futuros com o Programa ACT na versão remota poderiam incluir pais e contemplar mais regiões do país. Além disso, poderiam incluir pais/cuidadores de crianças vinculados às políticas públicas como Centros de Referências da Assistência (CRAS), Centros de Saúde e Instituições de Educação.

O cenário atual estimula a criação de novas estratégias de atuação e de divulgação do conhecimento. O presente trabalho se constitui como uma possibilidade de desenvolver uma intervenção baseada em evidências aos pais e aos cuidadores de crianças, disseminando o conhecimento científico a respeito do desenvolvimento, violência, estratégias educativas, mídia eletrônica e resolução de problemas.

No contexto da pandemia, faz-se necessário utilizar experiências científicas consolidadas, adaptando estas iniciativas às restrições de distanciamento e isolamento sociais. Considera-se que os resultados obtidos dão suporte ao cumprimento satisfatório de diferentes critérios de viabilidade e indicam a necessidade de conduzir novos estudos. Sugere-se, portanto, a partir deste estudo de viabilidade, estudo de efetividade e eficácia do Programa ACT na versão remota.

Referências

- Altafim, E. R. P., Pedro, M. E. A., & Linhares, M. B. M. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. doi:10.1016/j.chilyouth.2016.09.038.
- Bowen, D.J., Kreuter, M., Spring, B., Cofta-Woerpel, L., Linnan, L., Weiner, D., ...Fernandez, M. (2009). How we design feasibility studies. *American Journal of Preventive Medicine*, 36(5), 452-457. doi:10.1016/j.amepre.2009.02.002
- Camargo, A. P. L. (2016). *Programa ACT de prevenção à violência: implementação e evidências de efetividade em amostra carcerária feminina do estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado. Curitiba-PR.
- Castro, F. G., Barrera Jr., M., & Steiker, L. K. H. (2010). Issues and challenges in the design of culturally adapted evidence-based interventions. *Annual Review of Clinical Psychology*, 6, 213–239. doi:10.1146/annurev-clinpsy- 033109-132032.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.
- Durgante, H. & Dell’Aglío, D. D. (2018). Critérios metodológicos para a avaliação de programas de intervenção em psicologia. *Avaliação Psicológica*, 17(1), 155-162. doi:10.15689/ap.2017.1701.15.13986
- Faraj, S. P., & Siqueira, A. C. (submetido). Adaptação de um programa de prevenção à violência contra criança para versão remota. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*.
- Guisso, L., Bolze, S. D. A., & Viera, M; L. (2019). Práticas parentais positivas e programas de treinamento parental: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 12(1), 226-255. doi:10.4013/ctc.2019.121.10

- Knox, M., Burkhart, K., & Hunter, K. (2010). Act Against Violence Parents raising Safe Kids Program: Effects on maltreatment-related parenting behaviours and beliefs. *Journal of Family Issues* XX(X) 1-20. doi:10.1177/0192513x10370112
- Knox, M., Burkhart, K., & Howe, T. (2011). Effects of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program on children's externalizing problems. *Family Relations*, 60, 491–503. doi:10.1111/j.1741-3729.2011.00662.x
- Knox, M., Burkhart, K., & Cromly, A. (2013). Supporting positive parenting in Community Health Centers: The ACT Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology*, 41(4), 395-407. doi:10.1002/jcop.21543
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *Relatório Mundial sobre violência e Saúde*. Geneva: World Health Organization.
- Marques, E., S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. F. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Caderno de Saúde Pública*, 36(4), 1-6. doi:10.1590/0102-311X00074420
- Oliveira, J. L. A. P., Fiorini, M. C., Guisso, L., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A. (2021). Grupo de pais: aprendizagens de participantes do Programa ACT. *Ciências Psicológicas* 15(1), 23-92. doi:10.22235/cp.v15i1.2392
- Parente, B. A. V., Mariano, D. R. H., Lima, G. M., Carvalho, M. D. S., Santos, M. S. (2020). Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. *Trabalho Interprofissional em Saúde*, 1(5), 1-13
- Pedro, M. E. A., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Psychosocial Intervention* 26, 63–72.

- Pontes, L. B. (2020). *Avaliação de capacitação de profissionais para educar crianças em ambientes seguros*. Tese de Doutorado. São Carlos-SP.
- Pontes, L. B., Siqueira, A. C., & Williams, L. C. A. (2019). A systematic literature review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program. *Journal of child and family studies*, 28, 3231–3244.
- Pontes, L. B., & Brino, R. F. (no prelo). Programa Parental ACT: Um piloto com medidas observacionais da interação cuidador-criança. *Psicologia Teoria em Revista*.
- Portwood, S. G., Lambert, R.G., Abrams, L.P., & Nelson, E. B. (2011). An evaluation of the adults and children together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids Program. *Journal of primary prevention*, 32, 147-160. doi:10.1007/s10935-011-0249-5.
- Porter, B. E., & Howe, T. R. (2008). Pilot evaluation of the ACT Parents Raising Safe Kids violence prevention program. *Journal of child and adolescent trauma*, 1, 1–14. doi:10.1080/19361520802279158
- Salvador, A. P. V., Souza, A. M. de, Nardiolo, A. F. B., Senkiv, C. da C., Almeida, J. M. G., Rampasso, L. A. M. ... Lima, T.C. de. (2020). Impactos do distanciamento social na relação pais-filhos e reflexões sobre possíveis intervenções. *Cadernos de Psicologias*, 1, 1-13. Recuperado de <https://cadernosdepsicologias.crprr.org.br/impactos-do-distanciamento-social-na-relacao-pais-filhos-e-reflexoes-sobre-possiveis-intervencoes>.
- Santos, A. I., Martins, E. C., Magalhães, C. C., Mendes, F. E, Fernandes, R. I. (2020). Impacto de um programa de competências parentais no stress e competências de atenção plena. *Acta Paul Enfermagem*, 33, 1-7. doi:10.37689/actaape/2020AE02826
- Silva, J. (2011). Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros. (trads. J.Silva). Washington, DC: American Psychological Association. (Trabalho original publicado em 2007).

- Silva, J., & Randall, A. (2005). Giving psychology away: educating adults to ACT against early childhood violence. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology, 1*, 37-44.
- Silva, J. A., & Williams, L. C. A. (2016). Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. *Temas em Psicologia, 24*(2), 743-755. doi: 10.9788/TP2016.2-19Pt
- Thabane, L., Ma, J., Chu, R., Cheng, J., Ismaila, A., Rios, L. P., Robson, R., Thabane, M., Giangregorio, L., & Goldsmith, C. H. (2010). A tutorial on pilot studies: The what, why and how. *BMC Medical Research Methodology, 10*(1), 1-10.
- Thomas, V., Kafescioglu, N. & Love, D. P. (2009). Evaluation of the Adults and Children Together (ACT) against violence training program with child caregivers. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology, 5*, 141-156.
- World Health Organization (2014). *Child maltreatment fact sheet n. 150*. Geneva.

5 CAPÍTULO 4 - PROGRAMA ACT NA VERSÃO REMOTA: EXPERIÊNCIA, APRENDIZADOS E IMPACTOS EM GRUPO DE MÃES E CUIDADORAS⁴

Resumo: Trata-se de um estudo de enfoque quanti-qualitativo, longitudinal com pré e pós-teste que visou analisar a experiência e a aprendizagem dos participantes do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambiente Seguros na versão remota. Também teve como objetivo avaliar o impacto da intervenção, em três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva. O Programa ACT adaptado para aplicação remota foi realizado com 11 mães/cuidadoras de crianças, entre dois e oito anos de idade, residentes no sul e sudeste do Brasil. Os dados foram coletados a partir dos questionários do Programa ACT (pré e pós-teste), entrevistas semiestruturadas on-line, diário de campo e grupo focal de follow up. Os resultados indicaram uma experiência satisfatória das mães/cuidadoras em relação a intervenção e aprendizado acerca dos temas abordados pelo Programa ACT. Também evidenciaram impacto positivo no grupo de mães/cuidadoras, por meio da melhora nos três domínios: regulação emocional, comunicação e disciplina positiva, sendo significativa a melhora na regulação emocional e comportamental. Pode-se concluir que os efeitos do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota foram promissores nesse estudo, indicando que a aplicação remota pode alcançar os objetivos do Programa.

Palavras-chaves: Avaliação de Programa; Prevenção; Programa ACT.

ACT PROGRAM IN A REMOTE VERSION: EXPERIENCE, LEARNING AND IMPACTS IN A GROUP OF MOTHERS AND CAREGIVERS

Abstract: This is a quantitative and qualitative, longitudinal study with pre and post-test that aimed to analyze both the experience and learning of participants in the remote version of the ACT Raising Safe Kids Program. It also aimed to evaluate the impact of the intervention in three domains: emotion regulation, communication, and positive discipline. The ACT Program adapted to a remote model was carried out with 11 mothers/caregivers of children between two and eight years old, living in the south and southeast regions of Brazil. Data were collected from the ACT Program questionnaires (pre and post-test), *on-line* semi-structured interviews, field diary and follow-up focus group. The results indicated a satisfactory experience of mothers/caregivers regarding intervention and learning about the themes approached by the ACT Program. They also showed a positive impact on the group of mothers/caregivers, through improvement in the three domains: emotion regulation, communication, and positive discipline, with significant improvement in emotional and behavioral regulation. It can be concluded that, in this study, the effects of the remote version of the ACT Raising Safe Kids Program are promising, thus indicating that the remote model may achieve the objectives of the Program.

Keywords: Program Evaluation; Prevention; ACT Program.

⁴ O estudo “Programa ACT na versão remota: experiência, aprendizado e impacto em grupo de mães e cuidadoras” será traduzido e submetido, como artigo empírico, a revista *Journal of Child and Family Studies*, logo, segue a formatação exigida pela revista.

PROGRAMA DE ACT EN LA VERSIÓN REMOTA: EXPERIENCIA, APRENDIZAJE E IMPACTOS EN UN GRUPO DE MADRES Y CUIDADORAS

Resumen: Se trata de un estudio de enfoque cuanti-cualitativo, longitudinal con pruebas previa y posterior que pretendió analizar la experiencia y el aprendizaje de los participantes del Programa de ACT para Educar Niños en Ambientes Seguros en la versión remota. También tuvo como objetivo evaluar el impacto de la intervención, en tres dominios: regulación emocional, comunicación y disciplina positiva. El Programa de ACT adaptado para aplicación remota fue realizado con 11 madres/cuidadoras de niños, entre dos y ocho años de edad, residentes en el sur y sudeste de Brasil. Los datos fueron recolectados a partir de los cuestionarios del Programa de ACT (pruebas previa y posterior), entrevistas semiestructuradas *on-line*, diario de campo y grupo focal de seguimiento. Los resultados indicaron una experiencia satisfactoria de las madres/cuidadoras en relación con la intervención y aprendizaje acerca de los temas abordados por el Programa de ACT. También evidenciaron impacto positivo en el grupo de madres/cuidadoras, por medio de la mejoría en los tres dominios: regulación emocional, comunicación y disciplina positiva, siendo significativa la mejoría en la regulación emocional y conductual. Se puede concluir que los efectos del Programa de ACT para Educar Niños en Ambientes Seguros en la versión remota fueron favorables en ese estudio, indicando que la aplicación remota puede alcanzar los objetivos del Programa.

Palabras clave: Programa de Evaluación; Prevención; Programa de ACT;

Introdução

O ambiente familiar e as relações que são estabelecidas nele constituem a base para o desenvolvimento e a saúde das crianças. Educar uma criança não é uma tarefa simples. Cada fase do desenvolvimento tem suas peculiaridades. Pais e cuidadores enfrentam desafios diários, que estão relacionados a alimentação, sono, atividades escolares, controle dos meios eletrônicos, manejos das emoções, entre outros.

As estratégias empregadas pelos pais e cuidadores para lidar com as situações do dia-a-dia resultam em um conjunto específico de comportamentos ou práticas, que podem ser nomeadas como práticas educativas. A literatura clássica divide as práticas educativas em indutivas e coercitivas. As práticas indutivas estão relacionadas às ações que indicam para a criança as consequências do seu comportamento para as outras pessoas. Exemplo de práticas indutivas seria o uso de explicações sobre o comportamento e as consequências do mesmo; e, explicações a respeito de regras. As coercitivas se caracterizam pelas estratégias utilizadas pelos pais/cuidadores a partir de coerção, como a punição física, ameaças e privação de privilégios e afeto (Hoffman, 1975, 1994).

Estudos científicos vêm evidenciando que os pais utilizam práticas indutivas e coercitivas na educação das crianças e que estas repercutem na saúde e no desenvolvimento da criança (Altschul, Lee & Gershoff, 2016; Durrant, 2016; Hindman & Morrison, 2012). Práticas afetuosas e o suporte da autonomia, por exemplo, contribuem para a competência social da criança, obediência e a cooperação da criança (Altschul, Lee, & Gershoff, 2016; Hindman, & Morrison, 2012). O uso de explicações e de orientação sobre o comportamento desejado da criança por parte de seus cuidadores fortalece a relação entre criança-cuidador, assim como contribui para o desenvolvimento do pensamento moral e da capacidade da criança regular o seu comportamento (Durrant, 2016).

Em contrapartida, a utilização da punição física pelos pais, por exemplo, está associada ao comportamento agressivo da criança (Lee, Altschul, & Gershoff, 2013; Lee, Altschul, & Gershoff, 2015, Gershoff, & Grogan-Kaylor, 2016), déficit cognitivos, baixa autoestima, baixa internalização das normas, comportamento delinquente e antissocial. (Gershoff, & Grogan-Kaylor, 2016). Já as ações educativas que usam humilhação, privação de afeto e indução de culpa resulta em comportamentos de agressão relacional e física nas crianças (Nelson, Yang, Coyne, Olsen, & Hart, 2013).

Para auxiliar os pais e cuidadores na promoção da saúde, bem-estar e desenvolvimento das crianças, diversos programas parentais já foram desenvolvidos, tendo diferentes objetivos, como a promoção da atividade física (Latomme, et al., 2021), a prevenção de problemas de comportamento na criança (Nogueira, Abreu-Lima, Canário, & Cruz, 2021), a prevenção da violência no ambiente familiar (Skar et, al., 2021; Silva, 2011, Silva, 2011), aperfeiçoamento de capacidades pessoais e parentais, como flexibilidade psicológica, estratégias de coping, regulação emocional e humor (Flujas-Contreras, Garcia-Palacios, & Gómez, 2021), entre outros. As referidas intervenções vêm apresentando resultados positivos quanto aos seus objetivos. Na percepção dos pais, programas parentais têm auxiliado na aquisição de experiências e competências para manejar os problemas de comportamentos, aumento da empatia com relação à criança e sentimento de aceitação e apoio com relação ao grupo (Kane et al., 2008). As intervenções também têm contribuído na promoção de prática positivas e na prevenção de situações de violência (Skar, et al., 2021; Nogueira, et al., 2021).

A partir dos altos números de situações de violência contra a criança no ambiente familiar apontado no Relatório do Status Global sobre Prevenção da Violência contra Crianças (2020), assim como na estimativa do aumento de casos no momento da pandemia (Marques, et al., 2020), este estudo aborda um programa parental de prevenção da violência – o Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros, aplicado na modalidade remota. Destaca-

se que, intervenções remotas voltadas para pais e cuidadores estão sendo implementadas e vêm fornecendo evidências preliminares científicas a respeito da sua viabilidade, aceitabilidade e efeito (Burek, et al., 2021; Callejas, Byrne, & Rodrigo, 2021; Fluja-Contreras, Garcia-Palacios, & Gómez, 2021); além de não apresentar piores resultados quando comparados com os da modalidade presencial (Prinz, et al., 2021).

Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros

Os primeiros anos da infância são cruciais no desenvolvimento, pois é um período em que a criança está aprendendo habilidades básicas, que têm efeitos de longo prazo em suas vidas. Dessa forma, a exposição a experiências adversas no início do desenvolvimento, como violência, pode ter impactos significativos e duradouros no âmbito emocional, cognitivo, comportamental e na saúde. No entanto, os pais e cuidadores são protetores e defensores de seus filhos. A partir dessas evidências científicas sobre a infância foi desenvolvido o Programa ACT Para Educar Crianças e Ambientes Seguros (Silva, 2011).

O Programa ACT é uma intervenção universal de prevenção precoce de violência com foco nos pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos, desenvolvida pela *American Psychological Association* – APA (Silva, 2011). Tem como objetivo auxiliar os participantes a compreenderem os comportamentos infantis de cada fase do desenvolvimento, enfatizando a importância do papel positivo dos cuidadores para a criança, no monitoramento e orientação do comportamento desta (Dos Santos, Peixoto, & Andrade, 2021).

O ACT tem como base as categorias estabelecidas pelo *Center for Disease Control and Prevention* (CDC) referentes às práticas eficazes de prevenção da violência e a Teoria da Aprendizagem Social de Bandura. Considera que a violência contra a criança é resultado da falta de conhecimento e habilidades para resolver conflitos; e que o adulto pode ser

referência/exemplo para a criança e ensinar habilidades sociais às mesmas. Considera que as crianças aprendem através da observação e imitação e as mesmas têm mais probabilidade de evitar situações violentas se desenvolverem habilidades sociais (Silvia & Randall, 2005). A partir dessa perspectiva, a intervenção parte do pressuposto que a violência pode ser prevenida.

O Programa ACT é organizado a partir de uma abordagem psicoeducacional. Os participantes são reunidos em grupos, no qual contemplam a oferta de informações educacionais e interações interpessoais, visando à promoção da aprendizagem (Dos Santos, Peixoto, & Andrade, 2021). O currículo da intervenção tem como base a ciência e engloba: desenvolvimento infantil, impacto da violência/abuso nas crianças, controle da raiva, educação midiática, estilos parentais e disciplina positiva. É baseado em pesquisas e materiais adaptados para diversas culturas e traduzidos para vários idiomas, entre eles, o português. A apresentação do currículo não faz julgamentos, coloca ênfase na prática de habilidades e nas discussões das opções parentais positivas apresentadas, oferecendo alternativas aos pais (Dos Santos, Peixoto, & Andrade, 2021).

O Programa é desenvolvido por profissionais treinados e contempla uma reunião prévia e oito sessões: 1) Compreenda os comportamentos de seus filhos; 2) A violência na vida das crianças; 3) Como os pais podem entender e controlar a raiva; 4) Como entender e ajudar as crianças quando elas têm raiva; 5) Crianças e os meios eletrônicos de comunicação; 6) Disciplina e estilos parentais; 7) Disciplina para comportamentos positivos e 8) Leve o Programa ACT para sua casa e sua comunidade (Silva, 2011). No ano de 2020, devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, a APA autorizou a aplicação do Programa ACT de maneira remota, orientando a respeito das adaptações necessárias para o seu desenvolvimento.

O ACT já foi aplicado em diferentes países e avaliado em diversos contextos (centros sociais, escolas, prisão). Apresenta evidências científicas no relato dos pais/cuidadores quanto

à promoção de prática educativas de pais e cuidadores, na redução da violência de pais/cuidadores contra a criança (Altafim & Linhares, 2019; Knox, Burkhart, & Cromly, 2013; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017; Portwood, Lambert, Abrams, & Nelson, 2011; Ramos, Pereira, Marques, & Barros, 2019) e na melhora do comportamento das crianças (Altafim & Linhares, 2019; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017; Ramos, Pereira, Marques, & Barros, 2019).

Portwood, et al. (2011), por meio de um estudo randomizado, visou avaliar a efetividade do Programa ACT em relação ao conhecimento, comportamento e atitudes de pais. Os autores apontaram que a intervenção apresentou resultados positivos, tanto no final, quanto três meses após a conclusão, em diferentes fatores relatados pelos pais/cuidadores, entre eles: redução no uso de violência verbal e física; e, aumento na utilização de práticas positivas. Os dados qualitativos, coletados a partir dos grupos focais, revelaram que os pais/cuidadores perceberam aprendizado a respeito do desenvolvimento infantil, estratégias positivas de educação e controle da raiva. Knox, Burkhart e Cromly (2013) analisaram a efetividade do Programa em um grupo de cuidadores de crianças, em um centro de saúde da comunidade. Os autores identificaram a melhora na percepção dos pais/cuidadores quanto às práticas de cuidado e no comportamento parental, assim como a redução da agressividade física e psicológica no cotidiano com as crianças.

O estudo de Altafim, Pedro e Linhares (2016) avaliou as práticas parentais de mães e os problemas de comportamento infantil, antes e depois da intervenção com o Programa ACT. Participaram 82 mães brasileiras, de crianças de 3 a 8 anos. Outro cuidador da criança (n=72) foi incluído no estudo como segundo informante sobre o comportamento infantil. As medidas de avaliação utilizadas no estudo foram: Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) (Goodman, 1997) e o Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011). A pesquisa evidenciou melhora nas práticas parentais e diminuição de problemas de comportamento das crianças. Pedro, Altafim e Linhares (2017) encontraram resultados semelhantes em um estudo realizado com 64

mães e outros 64 cuidadores, que se dividiram em três grupos, conforme o nível socioeconômico e o tipo de escola (público e privado). O estudo utilizou como medidas de avaliação o Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) e o Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011). As autoras constataram que independentemente do nível socioeconômico e do tipo de escola das crianças, o Programa ACT se mostrou efetivo na melhora das práticas parentais e diminuição da violência contra a criança. Também averiguaram melhora no comportamento da criança, em especial nos recursos adaptativos.

Nessa mesma perspectiva, Altafim e Linhares (2019) avaliaram os efeitos do Programa ACT para melhorar as práticas parentais e reduzir os problemas de comportamento infantil. O estudo contemplou grupo de intervenção e grupo controle de lista de espera, com 40 e 41 mães de crianças de 3 a 8 anos respectivamente; e, 67 informantes sobre o comportamento das crianças. Os dados dos estudos apontaram no grupo de intervenção, melhora no relato das pais em relação às práticas parentais positivas e redução de problemas de comportamentos das crianças, que foram mantidas após 3-4 meses do término da intervenção.

O estudo de Pontes e Brino (no prelo), por meio de um estudo randomizado realizado com medidas observacionais da interação pais-filhos e autorrelato dos pais, avaliou a efetividade do Programa ACT. Participaram do estudo 10 pais, divididos em grupos experimental (GE) e controle (GC) de espera. Os participantes foram submetidos as medidas de pré-teste/pós-teste/follow-up. Os dados apontaram para aumento da habilidade de resolução de problemas autorrelatadas pelos participantes do grupo experimental, comparados aos participantes do grupo controle. Também foi identificado aumento significativo de conhecimento sobre o conteúdo do programa no grupo experimental após a intervenção. As autoras não encontraram diferenças entre as medidas observacionais avaliadas.

Pesquisa de abordagem qualitativa, que visou identificar a perspectiva de pais portugueses sobre a experiência e participação no Programa ACT, constatou que os pais

participaram da intervenção com o intuito de resolver problemas específicos, bem como, melhorar as habilidades parentais, aprimorar os conhecimentos e compartilhar experiências. Os pais relataram, como resultado da participação no Programa ACT, uma maior consciência dos comportamentos parentais, expectativas mais adequadas a fase do desenvolvimento das crianças e aquisição de informações. Também perceberam um aumento na autorregulação emocional, autoeficácia e uso de práticas parentais positivas. Na percepção dos pais, essas mudanças resultaram no aprimoramento da regulação, maior consciência das regras familiares e redução de problemas de comportamento da criança (Ramos, et al., 2019).

Outro estudo qualitativo, que objetivou identificar os aprendizados de pais brasileiros que participaram do Programa ACT, constatou que a intervenção promoveu aprendizados sobre desenvolvimento infantil, reconhecimento das emoções, compreensão das práticas educativas parentais e estilos parentais. Os dados também apontaram para maior entendimento dos pais acerca da relação entre a exposição da criança à violência e os danos no desenvolvimento e na saúde (Oliveira, et al., 2021).

A respeito dos avanços e das lacunas dos estudos sobre o Programa ACT, uma recente revisão sistemática evidenciou que as pesquisas publicadas apontavam que o Programa traz benefícios no comportamento dos cuidadores e crianças. As autoras consideraram que existem avanços nos estudos sobre a efetividade do Programa de prevenção, no entanto, ainda há necessidade de novas pesquisas para que ACT possa se consolidar como um programa de prevenção da violência contra a criança baseado em evidências (Pontes, Siqueira, & Williams, 2019).

As mudanças decorrentes tanto da pandemia do COVID-19 como de outros elementos que dificultam o deslocamento das pessoas sugerem que intervenções já estabelecidas possam ser desenvolvidas pelo intermédio das tecnologias de informação. Para atender a essa demanda, pesquisadores brasileiros adaptaram o Programa ACT para ser aplicado de forma *on-line* (Faraj

& Siqueira, submetido). A adaptação teve como referência as recomendações sobre a adaptação cultural de programas, que deve priorizar a adequação com base nas características da população que participará da intervenção, sem interferir nas características e nos elementos principais do material original (Castro, Barrera Jr., & Steiker, 2010).

Diante do exposto, considera-se o ACT um programa promissor para prevenir situações de violência contra a criança. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar a experiência e os aprendizados dos participantes do Programa ACT na versão remota. Também visou avaliar o impacto da intervenção, em três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva, conforme proposto por Altafim, McCoy e Linhares (2018). A regulação emocional e comportamental envolve as capacidades dos pais/cuidadores de regular suas próprias ações educativas. A comunicação envolve o diálogo dos pais/cuidadores com a criança. A disciplina positiva refere-se ao fato de o comportamento dos pais/cuidadores estar direcionado ao favorecimento e fortalecimento de habilidades pró-sociais, cooperação, entre outras, na educação das crianças (Altafim, McCoy, & Linhares, 2018). Estudos sobre o tema são importantes para a sensibilização, a conscientização e a promoção de intervenções no enfrentamento do fenômeno da violência (Dos Santos, Peixoto, & Andrade, 2021).

Método

Delineamento e Participantes

Trata-se de um estudo de delineamento misto, longitudinal com pré e pós-teste. Os procedimentos da pesquisa quantitativa foram utilizados para verificar com base em instrumentos psicométricos os efeitos do aprendizado e os procedimentos qualitativos forneceram informações aprofundadas da percepção das participantes sobre a qualidade e

retenção do aprendizado, mesclando elementos estatísticos e textuais. Dessa forma, fundamenta-se a investigação considerando que a coleta de diversos tipos de dados possibilita uma compreensão mais ampla do problema pesquisado (Creswell, 2007).

Participaram do estudo 11 mães/cuidadoras de crianças de zero a oito anos que concluíram o Programa ACT, na versão remota. O critério de inclusão adotado foi ser pai, mãe ou cuidador de crianças de zero a oito anos de idade e participar de 70% dos encontros (sete encontros). A amostra foi por auto-seleção, pois os participantes voluntariamente solicitaram participar da pesquisa.

Todos os participantes eram do sexo feminino e tinham idades entre 24 e 48 anos (média da idade foi de 36,41 e o desvio padrão de 6,61). Das 11 participantes, 9 eram mães (81,8%); uma tia (9,1%) e uma irmã (9,1%) de crianças entre 2 e 8 anos de idade ($M=5,36 \pm DP=2,46$). Quanto a situação conjugal, oito participantes eram casadas, uma solteira, uma separada e uma viúva. Em relação ao grau de instrução, três tinham ensino superior incompleto, quatro possuíam ensino superior completo, uma tinha especialização e três pós-graduação. Quanto à renda familiar, duas declararam a renda menor que R\$ 1.000,00, uma entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00, cinco entre R\$ 3.000 a R\$ 5.000,00 e três entre R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00. Quanto à região que residiam, 10 participantes eram do Sul e 1 do Sudeste do Brasil. Para garantir o sigilo, optou-se por apresentar as mães/cuidadores pela letra P, seguida de um número.

Instrumentos

1) Entrevista: Foram realizadas entrevistas *on-line* semiestruturadas com as mães e cuidadoras que participaram do Programa ACT na versão remota, por meio de vídeo-chamada (maneira síncrona), na plataforma do *Google Meet*. Os eixos que nortearam as entrevistas foram: experiência das mães/cuidadoras na participação no Programa ACT, sessão mais

relevante na percepção das participantes, aprendizados e mudanças no comportamento dos pais e das crianças.

2) Diário de campo: Os registros das sessões foram realizados no diário de campo da pesquisadora (primeira autora) e contemplou observações, interpretações, inferências, relatos das participantes, dificuldades e facilidades na aplicação da intervenção.

3) Guia de Avaliação ACT (Silva, 2011): Foram utilizados 15 itens do instrumento que avaliam os três domínios propostos por Altafim, McCoy e Linhares (2018): regulação emocional e comportamental (questões 2, 5, 6, 7 e 8 da subescala de estilos parentais e questões 2 e 6 da subescala de comportamento dos pais); comunicação (questões 4, 10 e 11 da subescala de estilos parentais) e disciplina positiva (questões 1, 3, 4, 5 e 8 da subescala de comportamento dos pais).

4) Grupo focal de *follow up on-line*: Foi realizado um grupo focal após 77 dias do término da intervenção que visou analisar o aprendizado e o impacto do Programa a longo prazo. As questões norteadoras foram: 1) O que vocês lembram/aprenderam nas sessões do Programa ACT?; Quanto aos aprendizados que tiveram com o Programa ACT, o que vocês estão colocando em prática no dia-a-dia com as crianças?; Vocês identificam mudanças no comportamento de vocês e/ou nos comportamentos das crianças?

Procedimentos e considerações éticas

O estudo foi respaldado na Resolução 466/2012 e na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamentam a pesquisa em seres humanos. O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Instituição, onde as pesquisadoras atuam. Com a aprovação do projeto pelo CEP, via Plataforma Brasil (protocolo CAAE número

01903118.0.0000.5346) as participantes foram recrutadas pelas redes sociais do grupo de pesquisa (*Facebook, Instagram e WhatsApp*) e submetidas a intervenção (reunião prévia e oito sessões do Programa ACT), uma entrevista após a conclusão da intervenção e um grupo focal, após 77 dias do término do Programa.

A intervenção foi realizada pela própria pesquisadora (primeira autora), contando com o apoio de uma equipe de pesquisa (estudante de doutorado, quatro acadêmicas de psicologia e uma professora orientadora), no período de 27 de fevereiro a 24 de abril de 2021. Os encontros ocorreram semanalmente, com duração de aproximadamente duas horas. Todas as sessões do Programa foram realizadas *on-line*, de maneira síncrona.

As mães/cuidadoras preencheram os instrumentos de avaliação de maneira *on-line* (Guia de Avaliação do ACT), antes de serem submetidas às intervenções e após a última sessão do ACT. O preenchimento dos instrumentos teve duração de aproximadamente 30 minutos. Os instrumentos foram enviados pela pesquisadora, através de recursos digitais (*E-mail e/ou WhatsApp*).

As entrevistas foram realizadas individualmente de maneira remota, através da plataforma do *Google Meet*, com duração de aproximadamente 30 minutos, nos meses de abril e maio de 2021, após o encerramento do Programa. As entrevistas foram gravadas (áudio) e transcritas na íntegra. No grupo focal de *follow up on-line*, participaram apenas duas mães/cuidadoras. Este teve duração de aproximadamente uma hora e visou analisar os aprendizados e o impacto da versão remota do Programa ACT nas participantes a longo prazo. Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A pesquisadora assinou o Termo de Confidencialidade.

Análise dos dados

Para a análise dos dados qualitativos das entrevistas, diários de campo do pesquisador e grupo focal, foi utilizada a análise de conteúdo. As categorias de análise foram construídas a *posteriori* com base no conteúdo das falas dos entrevistados. Num primeiro momento, realizou-se uma análise de cada entrevista individualmente, através de uma leitura detalhada e num segundo momento, procedeu-se à análise da totalidade do material, considerando a frequência, a força discursiva e a repetição. Além disso, buscou-se pontos de aproximação e divergência. Foram elencadas três categorias: 1) Experiência de participar do Programa ACT na versão remota; 2) Aprendizados das participantes no Programa ACT na versão remota; e, 3) Impacto do Programa ACT no comportamento de mães, cuidadoras e crianças.

Os dados quantitativos foram inseridos em um banco de dados no software IBM SPSS Versão 25 e tabulados conforme procedimento indicado em seus manuais. Depois foram submetidos ao tratamento de estatística descritiva e inferencial. Nas análises estatísticas descritivas, as variáveis numéricas contínuas foram tratadas por meio de média, desvio-padrão e valores mínimos e máximos e as variáveis categóricas por meio de frequência e porcentagem. Foram realizadas comparações intragrupo (momentos pré- vs. pós-intervenção). A normalidade das variáveis a serem estudadas foi verificada.

Na análise dos resultados das subescalas nos momentos pré e pós, foi aplicado o teste *t* para dados pareados, e calculado do Coeficiente de Cohen a fim de verificar a magnitude do efeito com base nas diferenças entre pré e pós-teste. O tamanho de efeito foi considerado pequeno quando o valor de *d* ficou entre 0,20 e 0,30; tamanho de efeito médio foi atribuído a *d* com valor entre 0,40 e 0,70 e, por fim, o tamanho de efeito grande foi considerado quando o valor de *d* foi maior que 0,80. As diferenças foram consideradas significativas quando os

resultados apresentaram o valor- $p < 0,05$. Os resultados dos dados qualitativos e quantitativos foram integrados durante a fase de interpretação.

Resultados

Resultados Qualitativos

1) Experiência de participar do Programa ACT na versão remota

Esta categoria contempla a percepção das mães e cuidadoras sobre a experiência em participar do Programa ACT na modalidade remota. Também aborda o tópico que as participantes consideraram mais relevante e as atividades que mais lembravam da intervenção.

As mães e cuidadoras descreveram a experiência em participar do Programa ACT como: *benéfica* (P1), *inovadora* (P2), *rica* (P3), *positiva* (P4), *interessante* (P8), *surpreendente* (P9) e *de grande aproveitamento* (P6 e P8). Essas descrições estavam relacionadas à percepção de que o Programa promoveu reflexões sobre comportamentos e prática de educação utilizadas no cotidiano com a criança; possibilitou o compartilhamento de vivências e experiência; e, permitiu diversos aprendizados. Isso pode ser observado nas falas: *“Foi uma experiência positiva né, poder rever algumas questões, de comportamento que vem de mãe pra filho né, bem importante pra eu poder repensar meu jeito de criar meu filho né e como que eu quero que ele seja criado”* (P4); *“Experiência maravilhosa, tendo em vista a oportunidade de compartilhar aprendizados, ideias e emoções”* (P10); *“Eu achei extremamente benéfica, né, o conteúdo, ele é muito esclarecedor, ele é muito positivo, né, nos traz muitos pensamentos, questionamentos, a vivência das outras mães junto, é muito bom”* (P1).

No que se refere ao tópico do Programa mais relevante para as mães e cuidadoras, quatro sinalizaram como mais importante o tópico “Como os pais podem entender e controlar a raiva”

(P4, P5, P8 e P10), três apontaram “A violência na vida das crianças” (P1, P3, P7), duas consideraram o tema “Disciplina e estilos parentais” (P2, P6) e duas participantes indicaram “Crianças e os meios eletrônicos de comunicação” (P9 e P11). Na visão das 11 participantes, não existiu sessão menos relevante. As atividades do Programa ACT que as mães e cuidadoras mais lembravam foram: a Atividade da Boneca (Sessão 2) (P1, P2, P3, P7 e P11), o debate sobre a birra de crianças (Sessão 4) (P4, P5, P6 e P9), o Modelo Repense (Sessão 3) (P8) e a Caixa dos Sonhos (todas as sessões) (P10).

A análise dos dados mostrou que o Programa ACT atendeu e superou as expectativas das participantes devido, em especial, à abordagem psicoeducacional. No que se refere à aplicação do Programa na modalidade remota, foi evidenciado que na percepção das participantes o fato de ser *on-line* não interferiu na aplicação da intervenção, pois tiveram contato com todos os materiais do Programa ACT (caderno de pais, tarefas de casa, instrumentos de avaliação, entre outros); realizaram as atividades propostas, inseridas no conteúdo programático da intervenção; desenvolveram os debates em grupo, a partir de divisões em salas virtuais; ocorreram trocas de experiências, por meio do diálogo no formato síncrono. Os aspectos citados podem ser observados nos seguintes relatos: “(...) *não afetou em nada o curso assim em ser on-line, a gente teve acesso a todos os materiais, as possibilidades (...) possibilitou que todos pudessem participar e serem ouvidos, acho que foi tranquilo*” (P4); “*As trocas entre as mães também fluíram muito bem, apesar de ser remota, todas, todo mundo podia falar, todo mundo falava o que pensava, o que estava sentindo, sem interrupções e sem problema nenhum assim*” (P7).

Na percepção das mães e cuidadoras, o formato remoto apresentou algumas facilidades, entre elas: estar com as crianças em casa e poder participar da intervenção; estar em outra cidade ou local e conseguir estar presente na sessão; e, compartilhar experiências com pessoas residentes de outros locais do Brasil. Uma participante verbalizou: *acho que ele favorece a*

participação, porque é tem o planejamento que tem se fosse presencial, deslocamento. E o on-line, economiza muito tempo, tu liga a câmera já está dentro de uma reunião” (P11). Quanto aos desafios, uma participante relatou que um dia o som do seu computador não funcionou e duas participantes informaram que precisaram manejar o ambiente em casa, para as crianças não interromperem e não escutarem a conversa do grupo. Todas as participantes sinalizaram identificar como diferença entre a modalidade presencial e remota, a carência do contato físico com as outras integrantes do grupo, no formato remoto.

2) Aprendizados das participantes no Programa ACT na versão remota

Nesta categoria, foram reunidos os dados acerca da percepção das mães e cuidadoras sobre os aprendizados na participação no Programa ACT – versão remota. As mães e cuidadoras relatam aprendizados, durante a intervenção, após o término e depois de 77 dias após a conclusão do Programa. Os aprendizados sinalizados pelas mães e cuidadoras estavam relacionados aos temas das sessões: desenvolvimento infantil, impacto da violência nas crianças, controle da raiva, educação midiática, estilos parentais e disciplina positiva.

A partir dos relatos das participantes, pode-se identificar o aprendizado das mães e cuidadoras sobre o que as crianças conseguem fazer e entender em idades diferentes, as razões para os comportamentos difíceis apresentados pelas crianças e a importância de responder e não reagir ao comportamento da criança. De acordo com uma participante: *“Falar sobre o que é esperado para a faixa etária foi importante, estava exigindo além da capacidade da filha”* (P5).

No que se refere à temática da violência, as participantes sinalizaram aprendizados sobre as condições ou os lugares que podem levar às situações de violência contra as crianças. As formas de violência destacadas pelas mães e cuidadoras foram: gritos, empurrão; ameaça, estar

no celular e não dar atenção ao filho, exposição a partir do uso da tecnologia (jogando ou assistindo televisão), brigas familiares. Na percepção de uma participante: *“Precisamos evitar que ocorra as situações, mais importante do que remediar. Necessidade de auto avaliação. Muitas vezes não pensamos que estamos sendo violentas”*. (P1). Também trouxeram a reflexão que os seus comportamentos violentos podem trazer consequência para o desenvolvimento e saúde da criança, como agressividade, mentira, dificuldades nas relações, entre outras.

Aprendizados acerca da importância do reconhecimento e do manejo de suas emoções também foram observados: *“olhar para os meus sentimentos, minhas emoções e isso afeta diretamente uma criança. O como tu deve ter esses dois lados, o de olhar para a criança, olhar pra ti e dentro disso tu achar um equilíbrio”* (P3). O “modelo repense” foi lembrado como um aprendizado muito significativo na regulação das emoções: *“o modelo repense, que eu comecei a me questionar mais, colocar mais em prática outros modos de agir”*. (P2); *“Repense pra mim. Só faltou eu colocar na parede (...). Tu consegue fazer uma primeira de parar e pensar, você já controla o resto. Você já consegue ter noção do que fazer a partir dali, né”* (P7); *“O modelo Repense assim, tenho utilizado, da minha forma assim”* (P4).

A importância do controle na exposição dos meios eletrônicos e do tempo prolongado das telas foi outra reflexão realizada pelas participantes. Os relatos ilustram o referido aprendizado: *“Atitude de limitar os meios eletrônicos”* (P10); *“A questão dos desenhos, fiquei muito mais atenta também, ao tempo de exposição que ele está assistindo”* (P7).

As mães e cuidadoras também perceberam aprendizados sobre os diferentes estilos parentais e acerca das disciplinas positivas, identificando os seus comportamentos diante das situações e na relação com as crianças, compreendendo que são referência para a criança, pois ela está aprendendo a partir de suas vivências. As participantes sinalizaram em relação aos estilos parentais: (...) *vinha pensando que era uma mãe muito autoritária, tipo assim, que fica exigindo, exigindo da criança. E não. Pelo que foi escrito no perfil de cada pai, então eu não*

sou uma mãe autoritária, então eu fiquei bem feliz (P2); “não tinha conhecimento e acabei conhecendo e podendo me reconhecer ali naqueles estilos parentais” (P4). No que se refere às disciplinas positivas, as mães e cuidadoras destacaram: “a gente sabe que é corrido, sabe que está todo mundo cansado, mas um elogio faz diferença” (P7); “fazer acordos com a criança, isso funcionou muito, eu vi numa situação da escola que ela não estava querendo participar da aula on-line, e nós fazíamos acordos, dela usar o telefone, não poderia usar caso não assistisse a aula” (P11). O grupo descreveu como aprendizados da disciplina positiva: punição não muda o comportamento; importante estabelecer regras claras e objetivas; os pais/cuidadores devem elogiar as atitudes boas das crianças; alternativas devem ser sugeridas para as crianças.

3) Impacto do Programa ACT no comportamento de mães, cuidadoras e crianças

Esta categoria aborda a visão das participantes a respeito de suas mudanças de comportamento, a partir dos aprendizados que adquiriram no Programa ACT, considerando três níveis: regulação emocional e comportamental, comunicação e práticas educativas. Também contempla a percepção das participantes sobre a mudança do comportamento das crianças.

No que se refere à regulação emocional e comportamental, as mães e cuidadoras identificaram melhora no reconhecimento e controle de suas emoções: *“Eu não sabia como controlar a minha raiva com ele, parece que tá testando, sabe, o tempo todo (...) Aí eu acabava saindo do sério, gritava com ele, e agora não, consigo controlar” (P8).; “Ai eu acho que o conhecimento, é tão importante a gente aprender as técnicas, eu fiquei mais calma sabe, com mais jeito pra falar com eles, por causa do programa né, prestei mais atenção nisso” (P9). Relataram como principal mudança de comportamento a redução do grito: “A questão do grito, tô tentando trabalhar, minha violência era essa de levantar a voz (...)” (P1); “eu gritava muito, muito (...) que eu comecei a me questionar mais, colocar mais em prática outros modos de agir.*

Então uma das coisas que eu diminuí muito foi o grito. Hoje eu falo alto, mas eu já não grito” (P2). As mães/cuidadoras apontaram a importância da autorregulação para a mudança de comportamento das crianças.

Quanto à comunicação, as participantes compreenderam que estão escutando mais as crianças e buscando estabelecer o diálogo com as mesmas. Conforme as mães e cuidadoras: *“Eu acho que com relação a isso, foi bom porque a gente consegue conversar mais sobre o que que tá acontecendo de fato, que que ela tá sentindo e isso nos aproximou mais ainda”* (P5); *“Tô tentando então o diálogo, aumentando os elogios, aumentando os acordos, pensando, respirando, não é fácil, mas tô tentando colocar tudo em prática”* (P1); *“(…) eu tenho conversado com ele e ele tem entendido assim sobre o momento de desligar a tv, o momento do último desenho”* (P6).

No que se refere à disciplina positiva, pode-se identificar que as mães e cuidadoras estavam utilizando no cotidiano com as crianças: o elogio, o diálogo, o estabelecimento de regras claras e objetivas, a explicação e as recompensas. As participantes sinalizaram que a mudança de comportamento e a inserção de novas práticas na rotina da criança resultaram em mudanças no comportamento da criança. Na visão de uma mãe: *“a gente mudou bastante assim, eu e ele, o nosso relacionamento, porque eu tenho dado ouvido a ele, porque a gente tem conversado mais assim, eu tenho explicado mais as coisas pra ele”* (P4).

Quanto à mudança de comportamento nas crianças, as mães e cuidadoras relataram: a redução da birra (P2, P4, P5, P6), o aumento do diálogo e o maior cumprimento das regras pelas crianças (P1, P3, P9 e P8). Isso pode ser averiguado nos trechos: *“(…) a parte do não brigar e sim, conversar, do obedecer certas regras, como os combinados, os horários do jantar, do almoço, do banho, do sono”* (P1); *“os momentos de birra, vou te falar bem a verdade, faz um bom tempo que eu não tenho birra aqui em casa”* (P2); *“Mas eu acho que a questão do diálogo*

está fluindo mais assim, ela parar escutar ou conversar, sabe” (P3); “ele consegue falar mais dos sentimentos dele... e, também, assim, ele não precisa esconder as coisas de mim, né” (P8).

Resultados Quantitativos

A partir da análise quantitativa, pode-se constatar valores médios superiores nos três domínios do Programa ACT (regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva) após a implementação da intervenção (pós-teste), sendo significativa a diferença das médias no domínio da regulação emocional e comportamental ($t=3,25$; $gl=10$, $p=0,009$) (Tabela 1). Para o domínio regulação emocional e comportamental, constatou-se que a diferença entre antes e depois da intervenção apresentou magnitude grande ($d>0,8$), para o domínio disciplina positiva, o tamanho do efeito foi médio ($d=0,53$) e para o domínio comunicação, o tamanho do efeito foi pequeno ($d=0,32$). Dessa forma, pode-se identificar as mudanças promovidas pelo programa no comportamento dos pais, especialmente no que tange a sua capacidade de autorregulação, como pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1. Média e desvio padrão nos três níveis do ACT no pré e pós-teste

Variáveis	Nº de itens	Pré-teste ^a	Mín.	Máx	Pós-teste ^a	Mín.	Máx.	p ^b	d ^c
Regulação emocional e comportamental	7	25,91 ± 4,81	20	35	29,64 ± 3,11	24	35	0,009	0,84
Comunicação	3	14,18 ± 1,60	11	15	14,55 ± 0,69	13	15	0,506	0,32
Disciplina positiva	5	21,45 ± 3,64	16	25	22,91 ± 1,87	20	25	0,120	0,53

Fonte: Elaborado pela autora.

^a – Média ± Desvio padrão ^b – Teste t para dados pareados ^c – Tamanho do efeito (Teste de Cohen)

Discussão

Este estudo buscou identificar a experiência, os aprendizados e o impacto do Programa ACT na versão remota, em grupo de mães e cuidadoras. Os dados evidenciaram que o Programa ACT promoveu uma experiência positiva e satisfatória às participantes, em especial, devido a sua abordagem psicoeducacional. Esta abordagem engloba tanto a oferta de informações educacionais quanto a promoção de interações, permitindo reflexões sobre práticas parentais, o compartilhamento de vivências e aprendizagens interpessoais (Dos Santos, Peixoto, & Andrade, 2021).

A versão remota apresentou facilidades como: estar com as crianças no momento da intervenção, poder participar da intervenção estando em outra cidade e compartilhar experiências com pessoas residentes de outros locais do Brasil. Não foram observadas dificuldades significativas na participação das mães e cuidadoras. Estudo realizado na modalidade presencial, identificou na implementação do Programa ACT, facilitadores e barreiras. No que se refere aos facilitadores, o estudo evidenciou: o conteúdo do programa atrativo, atividades e materiais atrativos e exemplos práticos. Também averiguou como facilitadores a promoção de debates e reflexões, atividade de casa, sistematização de conteúdo, frequência e duração. Além disso, foi apontado a valorização da pertença ao grupo e do papel do Facilitador ACT como aspectos que facilitaram a participação dos pais/cuidadores na intervenção. Quanto às barreiras na participação no Programa ACT, os dados do estudo apontaram: pouca disponibilidade de tempo, o contexto familiar, a dificuldade em mudar/baixa auto eficácia e a dispersão na discussão dos conteúdos (Ramos, et al., 2019).

A partir dos resultados, pode-se inferir vantagens na aplicação do Programa ACT quanto a presencial, pois não foram identificadas dificuldades/barreiras na participação da intervenção. Isso pode estar relacionado ao fato de o recrutamento dos participantes ter sido realizado por

meio das redes sociais de um grupo de pesquisa da psicologia, selecionando mães e cuidadoras com interesse na temática e com domínio das tecnologias da informação e comunicação. Também pode estar relacionado às características da versão remota: não precisar se deslocar, poder participar de qualquer local com recurso da internet, não ter custo com o transporte, entre outras.

O aprendizado das mães e cuidadoras contemplou aspectos do desenvolvimento infantil, impacto da violência nas crianças, controle da raiva, educação midiática, estilos parentais e disciplina positiva, correspondendo aos objetivos e o conteúdo ofertado pelo Programa ACT (Silva, 2011). O conhecimento acerca de diferentes temáticas possibilitou a reflexão das mães/cuidadoras sobre os seus comportamentos e o impacto deste no desenvolvimento da criança. De acordo com De Santos, Peixoto e Andrade (2021), os objetivos de um programa de prevenção “estão voltados ao ensino do uso efetivo das estratégias para mudança dos fatores de risco e a construção do repertório de habilidades sociais e de resolução de problemas, com vistas a sanar as consequências da violência” (p.77).

Os resultados sobre o aprendizado adquirido no Programa ACT na versão remota são semelhantes aos dados evidenciados em um recente estudo realizados no formato presencial (Oliveira, et al., 2021), o que pode inferir os efeitos do Programa e a importância de sua aplicação em contexto adversos, como da pandemia do COVID-19. Dessa forma, pode-se compreender que, a versão remota do Programa ACT é uma estratégia de disseminação do conhecimento científico, que tem efeito na promoção de práticas educativas positivas e na prevenção do fenômeno da violência contra a população infantil.

Quanto ao impacto do Programa ACT, a partir dos dados quantitativos e qualitativos, pode-se observar melhora nos três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva, sendo significativa a melhora no domínio da regulação emocional e comportamental com grande tamanho de efeito. Com base na análise dos dados a

respeito da regulação emocional e comportamental, pode-se inferir que diante de um comportamento difícil apresentado pelas crianças, as mães e cuidadoras do estudo reduziram as práticas parentais negativas, como por exemplo o grito, apresentando maior controle das emoções. Esses resultados corroboram os do estudo de Altafim, Pedro e Linhares (2016) que evidenciaram uma melhora no relato das mães/cuidadoras quanto às suas habilidades parentais. Importante considerar que regulação das emoções e comportamento dos pais/cuidadores contribui para a regulação emocional das crianças, facilitando a internalização das regras e limites. Dessa forma, pode-se destacar que a aplicação do ACT na versão remota ofertou estratégias para mães e cuidadoras identificarem as suas emoções, as das crianças, bem como regularem suas emoções e ensinarem às crianças a controlar as emoções.

Os resultados acerca da comunicação apontaram o aperfeiçoamento de uma comunicação mais positiva das mães/cuidadoras com a criança, contemplando em especial o estabelecimento do diálogo claro e objetivo, evitando agressões verbais contra a criança. Ainda que a mudança após a intervenção tenha sido com magnitude baixa, todo melhoramento na capacidade de comunicar-se deve ser qualitativamente interpretado como um importante ganho para os pais e filhos, pois reverbera no aperfeiçoamento de outras habilidades. A comunicação entre cuidadores e criança também foi apontada nos estudos de Ramos, et al. (2019) e Oliveira, et al. (2021) como mudança de comportamento dos cuidadores. Os dados sugerem que o aumento da comunicação entre mães/cuidadoras e criança possibilitou que a criança falasse dos seus sentimentos e pensamentos, assim como obedecesse às regras familiares e fortalecesse a relação com a cuidadora.

Quanto à disciplina positiva, pode-se observar que as mães e cuidadoras passaram a aplicar estratégias parentais positivas, com tamanho de efeito médio. No relato das participantes, identificou-se novas práticas presentes no cotidiano e a compreensão do efeito das práticas no comportamento da criança. Ações educativas sem o uso da violência física e

psicológica, como o estabelecimento das regras, combinações baseadas em confiança, o uso de elogios diante de um comportamento positivo, entre outras, tem sido relatado como um efeito do Programa ACT na literatura (Altafim, McCoy, & Linhares, 2018). Nesse sentido, o Programa ACT se apresenta como um instrumento que contribui para conhecimento de novas práticas parentais, possibilitando o aprimoramento de habilidade parentais (Silva & Williams, 2016).

A partir dos dados a respeito do impacto do ACT em grupo de pais, pode-se inferir que este cumpriu o seu objetivo no que se refere à melhora no comportamento dos pais através da difusão de conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, o ensino de estratégias de regulação emocional e disciplina positiva (Silva, 2011). Pode-se destacar que por meio da aquisição do conteúdo do programa, compartilhamento de experiências e debates em grupo, as mães/cuidadoras aprimoraram suas práticas parentais, possibilitando que sejam referências/exemplos para a crianças e ensinar habilidades sociais às mesmas.

Os resultados a respeito do impacto do Programa ACT no comportamento dos pais corroboram com os achados de outros estudos que apontaram o efeito do Programa ACT na redução no uso de violência verbal e física, no aumento da utilização de práticas positivas parentais (Altafim & Linhares, 2019; Knox, Burkhart, & Cromly, 2013; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017; Portwood, et al., 2011; Ramos, et al., 2019), bem como na diminuição de problemas de comportamento das crianças (Altafim & Linhares, 2019; Pedro, Altafim, & Linhares, 2017, Ramos, et al., 2019). Assim, pode-se considerar que a modalidade remota do Programa ACT apresentou resultados satisfatórios. Dessa forma, o ACT aplicado por meio das TICs pode ser um instrumento de extrema importância para o enfrentamento da violência contra a criança.

Considerações Finais

As ações de enfrentamento da violência devem perpassar o cuidado com as crianças, oferecendo aos pais/cuidadores a possibilidade de refletir sobre sua infância e educação, bem como ofertando alternativas de uma educação segura, sem violência. Os resultados deste estudo evidenciam experiência positiva de grupo de mães e cuidadoras na participação da implementação do Programa ACT na versão remota. Também pode-se identificar aprendizados a respeito das temáticas abordadas na intervenção.

Quanto ao impacto do Programa ACT nas participantes, identificou-se melhora nos três domínios: regulação emocional e comportamental, comunicação e disciplina positiva, sendo mais significativa a melhora das mães/cuidadoras em relação à regulação. Como limitação do estudo destaca-se a amostra com apenas mães e cuidadoras, amostra ser uma auto-seleção, avaliação realizada por meio de medidas de autorrelato, ausência do grupo controle e apenas duas mães/cuidadoras participantes do momento de *follow-up*. Dessa forma, sugere-se estudos randomizados que avaliam a eficácia e a efetividade do Programa no formato remoto.

Por fim, considera-se, que a partir da perspectiva da ciência, faz-se necessário investir em ações no âmbito familiar que visem à orientação a respeito das práticas educativas e suas repercussões, bem como o aprendizado de maneiras eficazes de educar crianças, colocando-as a salvo de situações de violência. Pais, educadores e toda a sociedade tem o dever de garantir a proteção às crianças, sendo que a sociedade deve fomentar ações de conscientização; e, a psicologia como área do saber também tem a obrigação de cumprir o seu papel nesse contexto (Patias, Siqueira, & Dias, 2013).

Referências

Altafim, E. R. P., Pedro, M. E. A., & Linhares, M. B. M. (2016). Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting program in a developing country. *Children and Youth Services Review*, 70, 315-323. doi:10.1016/j.chilyouth.2016.09.038.

Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2018). Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. *Children and Youth Services Review*, 89, 93-102. doi:10.1016/j.chilyouth.2018.04.025

Altafim, E. R. P. & Linhares, M. B. M. (2019). Preventive intervention for strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 62, 160–172. doi:10.1016/j.appdev.2019.03.003

Altschul, I., Lee, S. J., & Gershoff, E. T. (2016). Hugs, not hits: Warmth and spanking as predictors of child social competence. *Journal of Marriage and Family*, 78(3), 695-714. doi:10.1111/jomf.12306

Burek, B., Ford, M., Hooper, M., Green, R., Kohut, S. A., Andrade, B. F., Ravi, M., Sananes, R., Desrocher, M., & Miller, S. P., Wade, S. L., & Williams, T. S. (2021). Transdiagnostic feasibility trial of internet-based parenting intervention to reduce child behavioural difficulties associated with congenital and neonatal neurodevelopmental risk: introducing I-InTERACT-North. *The Clinical Neuropsychologist*, 35(5), 1030-1052. doi: 10.1080/13854046.2020.182907

Callejas, E., Byrne, S., & Rodrigo, M. J. (2021). Feasibility and Effectiveness of ‘Gaining Health & Wellbeing from Birth to Three’ Positive Parenting Programme. Feasibility and effectiveness of ‘Gaining health & wellbeing from birth to three’ positive parenting programme. *Psychosocial Intervention*, 30(1), 35-45. doi:10.5093/pi2020a15

Castro, F. G., Barrera Jr., M., & Steiker, L. K. H. (2010). Issues and challenges in the design of culturally adapted evidence-based interventions. *Annual Review of Clinical Psychology, 6*, 213–239. doi:10.1146/annurev-clinpsy-033109-132032.

Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed.

Durrant, J. (2016). *Positive discipline in everyday parenting*. Canada: Save the children.

Dos Santos, G. A. B., Peixoto, A. C. A., & Andrade, M. A. R. L. (2021). Prevenção à violência infantil utilizando o programa ACT - Raising Safe Kids. *Revista Mosaico, 12*(1), 76-85.

Gershoff, E. T., & Grogan-Kaylor, A. (2016). Spanking and child outcomes: old controversies and new meta-analyses. *Journal of Family Psychology, 30*(4), 453-469. <http://dx.doi.org/10.1037/fam0000191>

Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology, 30*, 26-28.

Hoffman, M. L. (1975). Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology, 11*, 228-239.

Hindman, A. H., & Morrison, F. J. (2012). Differential Contributions of Three Parenting Dimensions to Preschool Literacy and Social Skills in a Middle-Income Sample. *Merrill-Palmer Quarterly, 58*(2), 191-223. doi:10.1353/mpq.2012.0012

Kane, G. A., Wood, V. A., & Barlow, J. (2008). Parenting programmes: a systematic review and synthesis of qualitative research. *Child: Care, Health and Development, 33*(6), 784-793. doi:10.1111/j.1365-2214.2007.00750.x

Knox, M., Burkhart, K., & Cromly, A. (2013). Supporting positive parenting in Community Health Centers: The ACT Raising Safe Kids Program. *Journal of Community Psychology, 41*(4), 395-407.

Latomme, J., Morgan, P. J., Craemer, M. D., Brondeel, R., Verloigne, M., & Cardon, G. (2021). A Family-Based Lifestyle Intervention Focusing on Fathers and Their Children Using Co-Creation: Study Protocol of the Run Daddy Run Intervention. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *18*, 1-18. doi: 10.3390/ijerph18041830

Lee, S. J., Altschul, I., & Gershoff, E. T. (2013). Does warmth moderate longitudinal associations between maternal spanking and child aggression in early childhood? *Developmental Psychology*, *49*(11), 2017–2028. <http://dx.doi.org/10.1037/a0031630>

Lee, S. J., Altschul, I., & Gershoff, E. T. (2015). Wait until your father gets home? Mother's and fathers' spanking and development of child aggression. *Children and Youth Services Review* *52*, 158–166. doi:10.1016/j.childyouth.2014.11.006

Marques, E., S., Moraes, C. L., Hasselmann, M. H., Deslandes, S. F., & Reichenheim, M. F. (2020). A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Caderno de Saúde Pública*, *36*(4), 1-6. doi:10.1590/0102-311X00074420

Nelson, D. A., Yang, C., Coyne, S. M., Olsen, J. A., & Hart, C. H. (2013). Parental psychological control dimensions: Connections with Russian preschoolers' physical and relational aggression. *Journal of Applied Developmental Psychology*, *34*(1), 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2012.07.003>

Nogueira, S., Abreu-Lima, I., Canário, C., & Cruz, O. (2021). Group Triple P – A randomized controlled trial with low-income mothers. *Children and Youth Services Review* *121*, 1-10. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105862>

Oliveira, J. L. A. P., Fiorini, M. C., Guisso, L., Vieira, M. L., Crepaldi, M. A. (2021). Grupo de pais: aprendizagens de participantes do Programa ACT. *Ciências Psicológicas* *15*(1), 23-92. doi:10.22235/cp.v15i1.2392

Patias, N. D., Siqueira, A. C., & Dias, A. C. G. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: A educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 21(1), 29-40.

Pedro, M. E. A., Altafim, E. R. P., & Linhares, M. B. M. (2017). ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. *Psychosocial Intervention* 26, 63–72. doi:10.1016/j.psi.2016.10.003

Prinz, R. J., Metzler, C. W., Sanders, M. R., Rusby, J. C., Cai, C. (2021). On-line-delivered parenting intervention for young children with disruptive behavior problems: a noninferiority trial focused on child and parent outcomes. *The journal of child psychology and psychiatry*, 1-20. doi:10.1111/jcpp.13426

Pontes, L. B., Siqueira, A. C., & Williams, L. C. A. (2019). A systematic literature review of the ACT Raising Safe Kids Parenting Program. *Journal of child and family studies*, 28, 3231–3244. doi: 10.1007/s10826-019-01521-6

Pontes, L. B., & Brino, R. F. (no prelo). Programa Parental ACT: Um piloto com medidas observacionais da interação cuidador-criança. *Psicologia Teoria em Revista*.

Portwood, S. G., Lambert, R.G., Abrams, L.P., & Nelson, E. B. (2011). An evaluation of the adults and children together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids Program. *Journal of primary prevention*, 32, 147-160. doi:10.1007/s10935-011-0249-5.

Ramos, F., Pereira, A. I., Marques, T., & Barros, L. (2019). Parents' perspectives about their experience in the ACT-Raising Safe Kids Program: A qualitative study. *Análise Psicológica*, 3 (XXXVII), 285-300. doi:10.14417/ap.1571

Skar, A. S. S., Sherr, L., Macedo, A., Tetzchne, S. V., Fostervold, K. I. (2021). Evaluation of Parenting Interventions to Prevent Violence Against Children in Colombia: A Randomized Controlled Trial. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(1-2) s://doi.org/10.1177/0886260517736881

Silva, J. (2011). *Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros*. (trads. J.Silva). Washington, DC: American Psychological Association. (Trabalho original publicado em 2007).

Silva, J., & Randall, A. (2005). Giving psychology away: educating adults to ACT against early childhood violence. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology*, 1, 37-44.

Silva, J. A., & Williams, L. C. A. (2016). Um estudo de caso com o programa parental ACT para educar crianças em ambientes seguros. *Temas em Psicologia*, 24(2), 743-755. doi: 10.9788/TP2016.2-19Pt

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a criança é um problema de saúde pública, que apresenta altos índices na população e afeta muitas crianças, em âmbito mundial, todos os anos. No ano de 2020, com o surgimento da pandemia causada pelo novo Coronavírus e as recomendações para conter o vírus, o aumento de violência contra a criança foi evidenciado em diferentes países (MARQUES, et al., 2020).

As formas de violência contra a criança são diversificadas, mas na maioria das vezes, estão relacionadas às agressões físicas, psicológicas, sexuais e a negligência. Muitos são os autores das violências, mas os principais são os membros da família, ou seja, as mães, os pais e os outros cuidadores (KRUG, et al., 2002).

A Organização Mundial de Saúde - OMS (2014) reconheceu a prevenção como a forma mais efetiva para enfrentar a violência na família. Dessa forma, a implementação de programas parentais para combater o fenômeno é recomendada. O Programa ACT, para Educar Crianças em Ambientes Seguros, desenvolvido pela *American Psychological Association* (APA), foi um dos programas indicados pela OMS para o enfrentamento da violência (PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017).

Estudos científicos que abordaram ao Programa ACT na modalidade presencial para pais e cuidadores de crianças de zero a oito anos, em diferentes países e contextos, evidenciaram resultados positivos da sua aplicação, entre eles: a promoção de prática educativas de pais e cuidadores; a redução da violência física e psicológica de pais/cuidadores contra a criança (ALTAFIM e LINHARES, 2019; KNOX; BURKHART; CROMLY, 2013; PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017; PORTWOOD, et al., 2011; RAMOS, et al., 2019); a melhora nas habilidades sociais, manejo de raiva e controle da mídia por parte dos pais/cuidadores (PORTER, HOWE, 2008); a melhora do comportamento das crianças (ALTAFIM e LINHARES, 2019; PEDRO; ALTAFIM; LINHARES, 2017; RAMOS, et al., 2019); e, diminuição das práticas de *bullying* nas crianças (BURKHART; KNOX; BROCKMYER, 2013). Destaca-se, que os dados dos estudos são baseados em autorrelatos, dessa forma, pode-se averiguar que houve mudanças na percepção ou no relato dos participantes.

O presente estudo teve como objetivo adaptar o Programa ACT para a versão remota. Também visou implementar o Programa ACT em grupo de pais/cuidadores de crianças de zero

a oito anos de idade; e, avaliar a viabilidade e os efeitos do Programa ACT na versão remota. Há uma relevância incontestável de estudos focados no enfrentamento à violência contra a criança, em especial, os que se propõem a disponibilizar para a sociedade intervenções baseadas em evidências na modalidade remota, tão necessário ao contexto atual.

O processo da pesquisa contemplou a adaptação do Programa ACT, o recrutamento das participantes, a entrevista inicial com as primeiras 12 mães/cuidadoras inscritas na versão remota do Programa ACT, a intervenção (nove encontros), a entrevista final com as participantes que concluíram a intervenção (11 mães/cuidadoras) e o momento de follow up (77 dias após o término da intervenção). Para a realização do estudo, a pesquisadora contou com uma equipe de pesquisadoras capacitadas. A equipe apresentou disponibilidade e comprometimento com todas as etapas do estudo, auxiliando nas adaptações, entrevistas e intervenção (observadoras).

Para a realização do estudo, não foram encontrados grandes desafios. No processo de adaptação do Programa ACT para a versão remota, algumas profissionais contatados (duas) não puderam participar, no entanto, a pesquisadora contatou novas profissionais e estas tiveram a disponibilidade de avaliar as adaptações. O tempo de envio dos roteiros avaliados também precisou ser alterado, devido às férias de profissionais e a não devolução no prazo estimado.

Na implementação do Programa, na etapa do recrutamento dos participantes, o desafio foi recrutar os participantes que preenchiam os critérios de inclusão, pois muitos inscritos eram profissionais de diferentes áreas interessados, mas não mãe e/ou cuidadoras de crianças ou os filhos/crianças tinham idades superiores a oito anos. Na entrevista inicial, o desafio foi conciliar os horários das participantes com os horários da equipe. Algumas participantes inscritas, que preenchiam os critérios de inclusão (três), agendaram entrevista e não realizaram, não sendo incluídas na intervenção, disponibilizando a vaga para a próxima participante da lista de inscrição.

Na intervenção, todas as sessões ocorrem conforme o planejamento da equipe. A internet não apresentou falhas que precisassem remarcar a sessão ou não fosse possível desenvolver alguma atividade. As atividades adaptadas para a versão remota foram desenvolvidas de maneira efetiva. As mães e cuidadoras foram participativas no debate dos temas das sessões e dispostas a realizarem as atividades previstas nos encontros. O desafio foi a realização das tarefas de casa por todas as participantes, antes da sessão seguinte (algumas não realizaram as tarefas de casa). Na entrevista final, todas as participantes que concluíram o Programa ACT se disponibilizaram a relatar a sua experiência e o seu aprendizado com o

Programa ACT. No entanto, no momento do *follow up* apenas duas cuidadoras participaram, interferindo na avaliação dos resultados.

Os resultados deste estudo sobre a adaptação do Programa ACT na modalidade remota permitiram identificar que, no momento da pandemia, a adaptação remota é uma estratégia possível para ofertar apoio e suporte aos pais e cuidadores, que tem o desafio de educar às crianças e protegê-las de situações de violência. O processo de adaptação do Programa ACT para a versão remota, constituído por quatro etapas, foi considerado adequado por juízas especialistas, que consideraram que plataformas digitais, como *Google Meet*, *Google Forms*, *Mentimeter*, *Canvas*, oferecem recursos que possibilitam a aplicação de um programa na versão remota, mantendo a integridade do conteúdo, a interação entre os participantes, o desenvolvimento de dinâmicas de grupo e as atividades da versão original da intervenção.

A partir da versão remota do Programa ACT, é possível incluir na intervenção pais/cuidadores de diferentes locais do Brasil, possibilitando ampliar a prevenção da violência em âmbito nacional. É importante considerar que a aplicação do Programa na versão remota pode excluir pais/cuidadores que não tem acesso à internet ou as TICs. No entanto, considerando as medidas de distanciamento social preconizadas na pandemia do COVID-19, as intervenções remotas são mais seguras, pois respeitam as recomendações para conter o vírus. Acredita-se que, no contexto da pandemia, seja importante utilizar experiências já existentes e que apresentam resultados positivos na prevenção do fenômeno da violência, adaptando estas iniciativas às restrições de distanciamento e isolamento sociais.

A partir do estudo, pode-se constatar que, mães e cuidadoras de crianças apresentavam interesse na participação em intervenções realizadas pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). As expectativas das mães/cuidadoras na participação no Programa ACT na modalidade remota estavam relacionadas à aquisição de novos conhecimentos, ao aprimoramento das habilidades parentais, à possibilidade da troca de experiências e receber auxílio no momento da pandemia do COVID-19. Na percepção das participantes do Programa ACT, educar a criança em um ambiente seguro estava relacionado a promover à criança educação, saúde, lazer, cuidado, afeto, assim como proteger de situações de violência. As expectativas das participantes estavam relacionadas aos objetivos do Programa ACT. A versão remota do Programa ACT, na percepção das mães e cuidadoras, apresentava aspectos positivos, entre eles, a participação de pais e cuidadores que não residem na cidade em que é oferecida a intervenção. No entanto, fatores negativos como a ausência do contato físico e as interrupções da internet foram sinalizados.

No que se refere à viabilidade do Programa ACT na versão remota, os resultados obtidos foram satisfatórios quanto aos diferentes critérios avaliados: demanda, aceitabilidade, adesão, avaliação do facilitador, compreensão dos conteúdos, satisfação com o programa e com o facilitador. Os resultados do estudo apontaram alta demanda e adesão dos participantes na aplicação do Programa ACT na versão remota, assim como, satisfação com o programa e o facilitador. Na aplicação do Programa ACT na versão remota, identificou-se que por meio do uso de TICs foi possível manter a integridade do Programa ACT, desenvolvendo os conteúdos e as atividades. Também constatou que os participantes apresentaram melhora do pré-teste para pós-teste, nas quatro dimensões do programa: estilos parentais, meios eletrônicos, desenvolvimento infantil e comportamento dos pais. Neste sentido, o estudo teve resultados semelhantes aos encontrados na literatura pesquisada no que se refere aos efeitos do Programa ACT para pais e cuidadores de crianças.

Quanto à experiência, aprendizados e efeitos do Programa ACT na versão remota, os resultados indicaram uma experiência positiva e satisfatória das participantes, em especial, devido à abordagem psicoeducacional da intervenção. O aprendizado das mães e cuidadoras contemplou aspectos do desenvolvimento infantil, impacto da violência nas crianças, controle da raiva, educação midiática, estilos parentais e disciplina positiva, correspondendo aos objetivos e o conteúdo ofertado pelo Programa ACT. Mães e cuidadoras apresentaram melhora na regulação emocional, comunicação e disciplina positiva, sendo significativa a melhora na regulação emocional e comportamental.

Importante destacar nas considerações finais desta Tese, que o Programa ACT inicialmente foi elaborado para ser realizado na modalidade presencial (SILVA, 2011), contemplando a abordagem psicoeducacional que exige dos participantes a interação em grupo, a troca de experiência e vivências, para a promoção da aprendizagem (SANTOS; PEIXOTO; ANDRADE, 2021). No entanto, os dados deste estudo que aborda o Programa ACT na modalidade remota não apontaram que a participação e o aprendizado dos pais e cuidadores foram limitados. Além disso, os resultados corroboram com os dados dos estudos realizados na modalidade presencial quanto ao efeito da aplicação do Programa ACT. Dessa forma, considera-se que a versão remota teve efeitos devido, em especial, ao interesse das participantes pelo tema, a motivação das mães em participar do Programa, a responsabilidade e o comprometimento das participantes. Compreende-se, que esses fatores são condições prévias que devem ser atendidas para que a aplicação do Programa ACT tenha efeito, ou seja, resulta

na aprendizagem e mudança de comportamento dos participantes, seja na modalidade presencial ou remota.

Acredita-se, ainda, que os acordos estabelecidos (regras e normas do grupo) entre a facilitadora e as participantes também foram fundamentais para os resultados positivos do estudo, entre eles destacam-se: manter a câmera ligada na sessão; microfone desligado quando não estiver falando; sigilo com as informações e vivências compartilhadas; pontualidade; ouvir e respeitar as ideias dos outros; cuidar o tempo de fala para que todos possam compartilhar vivências, conhecimentos e perspectivas; não gravar a sessão. Além disso, julga-se que as características da amostra contribuíram para os dados, como: situação conjugal das participantes (a maioria casada); classe social (média e alta); escolaridade (maioria com nível superior completo); acesso à internet de qualidade; conhecimento em relação as TICs; e, contar com uma rede de apoio para estar com as crianças no momento dos encontros do Programa ACT.

As conclusões deste estudo apontam a viabilidade da aplicação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota. Também destacam aprendizados das participantes e efeitos da intervenção no comportamento de mães/cuidadoras e crianças. Dessa forma, o ACT aplicado por meio das TICs é um instrumento de extrema importância para o enfrentamento da violência contra a criança. As ações de enfrentamento da violência devem perpassar o cuidado com as crianças, oferecendo aos pais/cuidadores a possibilidade de refletir sobre suas práticas educativas, bem como ofertando alternativas de uma educação segura e sem violência.

A prevenção é a forma mais efetiva de combater a violência contra a criança. No entanto, há carência de ações de prevenção voltadas para pais e cuidadores no âmbito nacional. Dessa forma, faz-se necessário investimento do setor público em práticas preventivas de violência. Sugere-se a implementação do Programa ACT como uma política pública. Destaca-se, que a prefeitura de Pelotas (RS), em 2018, implementou o Programa ACT na modalidade presencial como política pública, inserindo o ACT em seus serviços públicos municipais de educação, saúde e assistência social (PONTES, 2020).

Diante do exposto, os resultados não podem ser generalizados, por conta das características e do tamanho da amostra. Cabe destacar como limitação do estudo a inclusão de apenas mães e cuidadores de duas regiões do Brasil; a amostra ser uma auto-seleção; a avaliação realizada por meio de medidas de autorrelato e sem grupo controle. Assim, um estudo que incluísse pais de todas as regiões do país poderia contribuir para ampliar a compreensão da

viabilidades e efeitos do Programa ACT na versão remota. Por fim, salienta-se que, os resultados obtidos dão suporte ao cumprimento satisfatório de diferentes critérios de viabilidade e indicam a necessidade de dar continuidade aos estudos de efetividade e eficácia. Dessa forma, a adaptação, a viabilidade e a avaliação da versão remota do Programa ACT é relevante não só no momento de pandemia do COVID-19, mas para as aplicações e avaliações do Programa ACT no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALTAFIM, E. R. P.; PEDRO, M. E. A.; LINHARES, M. B. M. Effectiveness of ACT Raising Safe Kids Parenting program in a developing country. **Children and Youth Services Review**, v. 70, p. 315-323, 2016.
- ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. Preventive intervention for strengthening effective parenting practices: A randomized controlled trial. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v. 62, p. 160-172, 2019.
- ARPINI, D. M., et al. A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 2, p. 95-112, 2008.
- ASSIS, S. G., et al. Notificações de violência doméstica, sexual e outras violências contra crianças no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 9, p. 2305-2317, 2012.
- BARBOZA G. E; SCHIAMBERG L. B.; PACHL L. A spatiotemporal analysis of the impact of COVID-19 on child abuse and neglect in the city of Los Angeles. **Child Abuse Negl**, v.16, n. 2, p. 104740, 2020.
- BARROS, A. S.; FREITAS, M. F. Q. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, p. 102-114, 2015.
- BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Brasília, DF, 1990.
- CABRERA-HERNÁNDEZ, F.; PADILLA-ROMO, M. Hidden violence: how COVID-19 school closures reduced the reporting of child maltreatment. **Latin American Economic Review**, v. 29, n.4, p. 1-33, 2020.
- CAMARGO, A. P. L. **Programa ACT de prevenção à violência: implementação e evidências de efetividade em amostra carcerária feminina do estado do Paraná**. 2016, 142 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.
- CAMPBELL, A. M. An increasing risk of family violence during the COVID-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. **Forensic Science International: Reports**, v.2, p. 1-8, 2020.
- CEZAR, P. K.; ARPINI, D. M. Registros de notificação compulsória de violência envolvendo crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 432-445, 2017.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo**. Brasília: CFP, 2009.
- CRAWFORD, N. Intervening before violence strikes. **Monitor on Psychology**, v. 34, n. 1, p. 25-44, 2003.

FERREIRA, C. L. S.; CÔRTEZ, M. C. J. W.; GONTIJO, E. D. Promoção dos direitos da criança e prevenção de maus tratos infantis. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 11, p. 3997-4008, 2019.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. (2017). **A familiar face: violence in the lives of children and adolescents**. Disponível em: <https://www.unicef.org/publications/files/Violence_in_the_lives_of_children_and_adolescents.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GOODMAN, R. The strengths and difficulties questionnaire: A research note. **Journal Child Psychology and Psychiatry**, 38(5), 581-586, 1997.

HUTZ, C. S. (Org.). **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

KNOX, M.; BURKHART, K.; HUNTER, K. ACT Against Violence Parents Raising Safe Kids Program: effects on maltreatment-related parenting behaviours and beliefs. **Journal of Family Issues**, v. 32, n. 1, p. 55-74, 2010.

KNOX, M.; BURKHART, K.; CROMLY, A. Supporting positive parenting in Community Health Centers: The ACT Raising Safe Kids Program. **Journal of Community Psychology**, v. 41, n. 4, p. 395-407, 2013.

KRUG, E. G., et al. **Relatório Mundial sobre violência e Saúde**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAWRENZ, P. **Prevenção contra maus-tratos na infância: crenças sobre punições físicas, avaliação de intervenção para pais e de treinamento para psicólogos (as) e assistentes sociais**. 2021, 146 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LEVANDOWSKI, M. L. et al. Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 37, n. 1, p. 1-15, 2021.

LORENCINI, B. D. B.; FERRARI, D. C. A. Oficinas de prevenção. In: FERRARI D. C. e VECINA, T. C. (Orgs). **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Agora, 2002.

MALTA, D. C., et al. Fatores associados a violências contra crianças em serviços sentinela de urgência nas capitais brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 22, v. 9, p. 2889-2898, 2017.

MARQUES, E. S., et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Caderno de Saúde Pública**, n. 36, v. 4, p. 1-6, 2020.

MARTINS-FILHO P. R., et al. Decrease in child abuse notifications during COVID-19 outbreak: a reason for worry or celebration? **J Paediatr Child Health**, v.56, n.12, p. 1980-1981, 2020.

MIGUEL, J. J.; HOWE, T. R. Implementing & evaluating a national early violence prevention program at the local level: Lessons from ACT (Adults & Children Together) Against Violence. **Journal of Early Childhood & Infant Psychology**, v.2, p. 17-38, 2006.

OLIVEIRA, J. L. A. P.; FIORINI, M. C.; GUISSO, L.; VIEIRA, M. L.; CREPALDI, M. A. Grupo de pais: aprendizagens de participantes do Programa ACT. **Ciências Psicológicas**, n. 15, v.1, p. 23-92, 2021.

PALUDO, S. DOS S. N.; NASCIMENTO, D. B. DO; LORDELLO, S. R. M.; ROSA, E. M. Home is not always a safe place: A bioecological approach for the violence in pandemic time. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 25, n. 2, p. 222-231, 2020.

PARENTE, B. A. V., et al. Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19: Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. **Trabalho Interprofissional em Saúde**, n. 1, v.5, p.1-13, 2020.

PLATT V. B.; GUEDERT J. M.; COELHO E. B. S. Violência contra crianças e adolescentes: notificações e alerta em tempos de pandemia. **Revista Paul Pediatra**, 39, 2021.

PEDRO, M. E. A.; ALTAFIM, E. R. P.; LINHARES, M. B. M. ACT Raising Safe Kids Program to promote positive maternal parenting practices in different socioeconomic contexts. **Psychosocial Intervention**, n. 26, p. 63–72, 2017.

PONTES, L. B.; SIQUEIRA, A. C.; WILLIAMS, L. C. A. A systematic literature review of the act raising safe kids parenting program. **Journal of child and family studies**, n. 28, p. 3231–3244, 2019.

PONTES, L.; BRINO. Programa Parental ACT: Um piloto com medidas observacionais da interação cuidador-criança. **Psicologia Teoria em Revista** (no prelo).

PONTES, L. B. **Avaliação de capacitação de profissionais para educar crianças em ambientes seguros**. 2019, 154 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

PORTER, B. E.; HOWE, T. R. Pilot evaluation of the ACT Parents Raising Safe Kids violence prevention program. **Journal of child and adolescent trauma**, n. 1, p. 1–14, 2008.

PORTWOOD, S. G., et al. An evaluation of the adults and children together (ACT) Against Violence Parents Raising Safe Kids Program. **Journal of primary prevention**, n. 32, p. 147-160, 2011.

RATES, S. M. M., et al. Violência infantil: uma análise das notificações compulsórias, Brasil 2011. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 3, p. 655-665, 2015.

RAPOPORT, E., et al. A. Reporting of child maltreatment during the SARS-CoV-2 pandemic in New York City from March to May 2020. **Child Abus Negl**, 2020.

REIS, D. M.; PRATA, L. C. G. O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil. **Psicologia.pt**, p. 1-20, 2018.

SALVADOR, A. P. V., et al. Impactos do distanciamento social na relação pais-filhos e reflexões sobre possíveis intervenções. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, p. 1-13, 2020.

SANTOS, G. A. B. dos; PEIXOTO, A. C. A.; ANDRADE, M. A. R. L. (2021). Prevenção à violência infantil utilizando o programa ACT - Raising Safe Kids. **Revista Mosaico**, n. 12, v. 1, p. 76-85, 2021.

SILVA, J. **Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros**. (trads. J.Silva). Washington, DC: American Psychological Association. (Trabalho original publicado em 2007), 2011.

SILVA, J.; RANDALL, A. Giving psychology away: educating adults to ACT against early childhood violence. **Journal of Early Childhood and Infant Psychology**, v. 1, p. 37-44, 2005.

SILVA, J. A.; WILLIAMS, L. C. A. Um estudo de caso com o programa parental act para educar crianças em ambientes seguros. **Temas em Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 743-755, 2016. doi: 10.9788/TP2016.2-19Pt

SIQUEIRA, A. C.; ALVES, C. F.; LEÃO, F. E. Enfrentando a violência: a percepção profissionais da educação sobre a violação dos direitos de crianças e adolescentes. **Revista do Centro de Educação da UFSM**, v. 37, n. 2, p. 365-380, 2012.

TRAJANO, R. K. N.; LYRA, C. V. V.; SÁ, T. Y. G.; GOMES, A. C. A. Comparativo de casos de violência sexual contra criança e adolescente no período 2018-2020. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2021.

WEYMOUTH, L. A.; HOWE, T.R. A multi-site evaluation of Parents Raising Safe Kids Violence Prevention Program. **Children and Youth Services Review**, v. 33, p. 1960-1967, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Report of the Consultation on Child Abuse Prevention**. Geneva, Switzerland. Document WHO/HSC/PVI/99.1, 1999.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Child maltreatment fact sheet n. 150**. Geneva, 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ADAPTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Roteiro de adaptação

Adaptações Gerais:

Recrutamento dos Participantes	Convites nas redes sociais do NAPS – Núcleo de Ações e Pesquisa em Saúde – Facebook e Instagram. E, também, pelo WhatsApp.
Participantes recrutados	<p>Todos que fizeram a inscrição para participar do Programa e preencheram os critérios: ser pai, mãe ou cuidador/familiar brasileiro de crianças de zero a oito anos de idade.</p> <p>Distribuição on-line de uma cartilha informativa sobre o Programa e os recursos necessários para participar do mesmo. A cartilha aborda o objetivo do Programa, o público alvo, temas dos encontros, assim como as ferramentas necessárias para participar do Programa na versão remota (ter computador e acesso à internet). Na cartilha, apresenta-se a Instituição que está oferecendo o Programa e um e-mail para contato. Também é informado que será disponibilizado um certificado para os pais e cuidadores que finalizarem o Programa.</p> <p>Caso famílias de nível socioeconômico desfavorecido tenham interesse em participar do Programa ACT, a facilitadora poderá entrar em contato com o Centro Comunitário do Bairro, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ou Instituição de Educação para verificar se o Serviço de referência disponibiliza as ferramentas necessárias para a família participar do Programa.</p> <p>Criação de um grupo no WhatsApp com os pais e cuidadores, que aceitarem participar, a fim facilitar a comunicação e o envio de materiais.</p>
Local do Programa	<p>Plataforma Digital – Google Meet</p> <p>Elaboração pelo grupo de pesquisa e envio on-line aos participantes de um folder digital com informações sobre o acesso à plataforma do Google Meet.</p>
Resumo da sessão	No final de cada sessão, será enviado para os participantes o resumo do encontro por meio das ferramentas digitais (E-mail ou WhatsApp).
Caderno de pais	Digital e enviado para todos os participantes por E-mail e/ou WhatsApp.

	O caderno de pais poderá ser disponibilizado na forma impressa para os participantes que tiverem interesse de adquirir o material.
Materiais	As tarefas de casa e os exercícios das sessões serão elaborados no Google Forms e o link será enviado pelas plataformas digitais (WhatsApp e/ou E-mail) aos participantes. Os participantes deverão preencher as atividades e enviar para a facilitadora antes do próximo encontro. Os slides do Programa serão compartilhados com os participantes. Para realizar o compartilhamento de tela, será necessário que o facilitador tenha duas telas a sua disposição ou tenha uma pessoa auxiliando com compartilhamento da tela. Assim, o facilitador não perderá o contato visual com os pais.

Adaptações das Sessões:

Sessão / Página	Atividade	Adaptação
Reunião Prévia Primeira Semana		
Página 22	02) Informações gerais: Transmita aos participantes as seguintes informações: a. Duração da reunião: 2 horas b. Local dos banheiros c. Onde devem ser deixadas as crianças, que atividades as crianças terão, se haverá comida e bebida, onde pegá-las. Apresentar os cuidadores encarregados delas. Deixe que os participantes façam perguntas sobre o cuidado com às crianças. d. Horário do intervalo, e se será oferecido comida. e. Informações sobre o estacionamento.	02) Informações gerais: Transmita aos participantes as seguintes informações: a. Duração da reunião: aproximadamente 1 hora e 30 minutos. c. Não terá intervalo. d. Importante ter um responsável para ficar com as crianças em casa. e. Durante a reunião, é indicado estar em um ambiente tranquilo, que permita a interação e a não interrupção da participação. f. Para os encontros, os pais irão precisar de computador e/ou celular com acesso à internet. Também irão precisar de papel, caneta e uma caixa (exemplo: caixa de sapato das crianças). g. Sugere que os pais/cuidadores tenham água, café, biscoito ou o que preferirem à disposição.
Página 22	03) Normas e regras do grupo b. Use o flipchart para escrever algumas regras e peça sugestão aos participantes.	03) Normas e regras do grupo b. Use PowerPoint para escrever algumas regras e peça sugestão aos participantes, como manter a câmera aberta, levantar a mão para falar, importância de garantir a confidencialidade com as informações divididas nos encontros. Compartilhe com os participantes o slide.
Página 24	06) Expectativas e objetivos dos participantes *Divida então os participantes em grupos menores, dê um cartão para cada participantes e peça que conversem sobre: Quais são os seus sonhos para seus filhos no futuro? “Como você quer que seus filhos sejam quando ficarem adultos?” Os participantes devem usar os cartões para escrever dois sonhos/objetivos que têm para o futuro dos filhos.	06) Expectativas e objetivos dos participantes *Peça que cada participante escreva em um papel dois sonhos/objetivos que tem para o futuro do filho e coloque na caixa (que deve ser solicitada antes da reunião prévia). Explique que a caixa será a “Caixa de sonhos” e todos devem guardá-la, pois ela irá acompanhá-los durante todas as sessões do Programa. Sugira que cada participante decore a sua caixa dos sonhos. Depois, envie no chat o link do

	<p>Depois, dê a cada participante uma caixa e diga que aquela será a sua “Caixa de sonhos”. Peça que decorem a caixa com o papel, a fita adesiva e a tesoura que você distribuiu. Peça que cada participante diga seus sonhos para o grupo e coloque o cartão na caixa. Explique que cada um deve guardar sua caixa porque vão usá-la durante todo o programa.</p> <p>b. A fim de identificar expectativas e metas para o programa, use o questionário “<i>O que você deseja do programa ACT?</i>” Distribua o questionário e ajude os que tiverem dificuldades para entender o conteúdo ou marcar as respostas. Explique que o questionário os ajudará a identificar o que buscam alcançar com o programa de maneira a melhor ajudá-los.</p>	<p>mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras os dois sonhos. Compartilhe a tela com o grupo todo. Depois verbalize que os participantes que quiserem poderão compartilhar seus sonhos com o grupo todo.</p> <p>b. A fim de identificar expectativas e metas para o programa, apresente o questionário “<i>O que você deseja do programa ACT?</i>” e explique que o questionário será enviado após a reunião prévia aos participantes de maneira on-line (WhatsApp ou E-mail), a partir de um link gerado pelo Google Forms. Explane que a facilitadora ficará à disposição para ajudar os participantes que tiverem dificuldades para entender o conteúdo ou marcar as respostas. Explique que o questionário os ajudará a identificar o que buscam alcançar com o programa de maneira a melhor ajudá-los.</p>
<p>Página 24 e 25</p>	<p>07) Mudança e Motivação</p> <p>a) Apresente exemplos de mudanças que querem fazer: *Use 3 ou 4 mudanças desejadas que selecionou do questionário para iniciar a conversa sobre mudança e motivação. *Escreva as mudanças no flipchart</p> <p>b) Converse sobre a decisão de mudar. *Avise que vai dividir a classe em pequenos grupos para conversar sobre vantagens e desvantagem das mudanças de comportamentos desejadas. *Divida os participantes em pequenos grupos – o número de grupos deve corresponder ao número de mudanças identificadas (três ou quatro). * Distribua as folhas da Balança das Decisões e leia as instruções. *Peça que cada grupo apresente os seus resultados</p> <p>c) Pronto para mudar *Distribua a Regra de Prontidão e peça aos participantes para circular de 0 a 10 na régua para indicar onde se encontram em termos de prontidão para mudar. Explique que zero significa que “não estou pronto para mudar e que 10 significa totalmente pronto”.</p> <p>d) Plano de Mudança *Distribua a Folha do Plano de Mudança e dê tempo para que a preencham.</p>	<p>07) Mudança e Motivação</p> <p>a) Pergunte sobre as mudanças que os participantes desejam fazer. *Escreva as mudanças em uma página em branco no Word.</p> <p>b) Converse sobre a decisão de mudar. *Converse com todos os participantes juntos sobre vantagens e desvantagens das mudanças de comportamento desejadas. * Coloque a folha da Balança das Decisões no PowerPoint e leia as instruções. Solicite que cada participante faça em uma folha a atividade e depois quem quiser pode compartilhar com o grupo. *Mostre em um slide no PowerPoint a Régua de Prontidão e peça para os participantes escreverem em um papel de 0 a 10 onde se encontram em termos de prontidão para mudar. Explique que zero significa que “não estou pronto para mudar e que 10 significa totalmente pronto”.</p> <p>d) Plano de Mudança *Informe que depois da reunião irá enviar a Folha do Plano de Mudança através de um link gerado pelo Google Forms e que todos devem preencher e enviar para a facilitadora.</p>
<p>Página 26</p>	<p>08) Questionário de Avaliação Prévia Se resolver realizar a avaliação Nível I do programa, você deve estar familiarizado com as instruções do Guia e Instrumentos de Avaliações do programa e precisa fazer cópias dos instrumentos para uso dos participantes.</p>	<p>08) Questionário de Avaliação Prévia Os questionários serão enviados de maneira on-line, através de um link gerado pelo Google Forms, antes da reunião, para todos os participantes preencherem.</p>

		<p>*Só poderá iniciar o programa quem tiver preenchido os questionários.</p> <p>*Importante que o facilitador se certifique sobre a afinidade do participante quanto ao uso da tecnologia e envio/recebimento de material online, além de habilidades de leitura e escrita dos participantes.</p>
Página 26	<p>09) Transição para as sessões do Programa ACT</p> <p>c. Lembre as normas e regras do grupo criadas no início da reunião. Mostre as regras no flipchart.</p> <p>e. Distribua os cartões de frequência ACT e diga aos participantes para trazer o cartão para a primeira aula.</p>	<p>09) Transição para as sessões do Programa ACT</p> <p>c. Lembre as normas e regras do grupo criadas no início da reunião. Mostre as regras PowerPoint</p> <p>e. A presença será registrada pela pesquisadora/facilitadora do Programa.</p>
Página 26	<p>10) Ler um Livro com seus filhos</p> <p>a. Traga as crianças para a sala e organize os participantes em grupo de 2 ou 3 pais com seus respectivos filhos. Isto se as crianças estão no local do programa</p> <p>b. Distribua um livro para cada grupo e peça a um pai para ler em voz alta para o grupo</p> <p>c. Para encerrar a reunião, sirva bolachas e algo para beber.</p>	<p>10) Ler um Livro com seus filhos</p> <p>a. Sugira aos participantes que leiam um livro com os seus filhos. Dê opções/sugestões de literatura infantil para os participantes. Histórias de acesso online que podem ser enviadas aos participantes.</p> <p>b. Explique os benefícios da leitura na infância, como: desenvolve a atenção e memória, ajuda a lidar com as emoções, etc.</p>
Sessão 1 Segunda semana		
Página 34	<p>02) Informações Gerais</p> <p>Diga ou lembre aos participantes as seguintes informações:</p> <p>a. Duração das sessões: 2 horas</p> <p>b. Local dos banheiros</p> <p>c. Se oferecer atividades separadas e cuidados para as crianças trazidas pelos pais, confirme onde elas estarão, que atividades terão, se haverá comida e bebida, e onde pegá-las no final da sessão. Apresente os cuidadores e deixe que os participantes façam perguntas sobre o cuidado às crianças.</p> <p>d. Intervalo para café.</p> <p>e. Informações sobre o estacionamento ou transporte coletivo próximo.</p>	<p>02) Informações Gerais</p> <p>Diga ou lembre aos participantes as seguintes informações:</p> <p>a. Duração das sessões: aproximadamente 1 hora e 30 minutos</p> <p>b. Não terá intervalo</p> <p>d. Importante ter um responsável para ficar com as crianças em casa.</p> <p>e. Durante a sessão é indicado estar em um ambiente tranquilo, que permite a interação e a não interrupção da participação.</p> <p>f. Para os encontros irão precisar de computador e/ou celular com acesso à internet. Também irão precisar de papel, caneta, tesoura, durex ou grapeador e uma caixa.</p> <p>g. Sugira que os pais/cuidadores tenham água, café, biscoito ou o que preferirem à disposição.</p>
Página 34	<p>03) Normas e regras para atividades e grupo</p> <p>Use o flipchart com as regras e normas discutidas e criadas na Reunião Prévia para lembrar os participantes.</p>	<p>03) Normas e regras para atividades e grupo</p> <p>Mostre no PowerPoint as regras e normas discutidas e criadas na reunião prévia para lembrar os participantes.</p>
Página 35	<p>05) Objetivo da Sessão</p> <p>Pergunte ao grupo: Como estão as crianças hoje em dia? Falem das coisas positivas e as coisas negativas sobre elas. Use o flipchart para criar duas colunas: Coisas positivas/Coisas</p>	<p>05) Objetivo da Sessão</p> <p>Pergunte ao grupo: Como estão as crianças hoje em dia? Falem das coisas positivas e as coisas negativas sobre infância atual. Use uma página em branco do PowerPoint para criar duas colunas: Coisas positivas/Coisas Negativas e</p>

	Negativas e escreva as respostas em cada uma delas.	escreva as respostas em cada uma delas. A página do PowerPoint será compartilhada com os participantes.
Página 35	<p>06) Conceito e Desenvolvimento Infantil</p> <p>a) Comece pedindo para darem exemplos de comportamentos comuns de crianças que mudam quando elas ficam mais velhas. Por exemplo, o que comem, vestem, como falam e brincam. Escreva no flipchart.</p> <p>d) Faça a atividade dos pôsteres que têm cada um, uma situação (cenário) diferente para cada faixa etária das crianças.</p> <p>* Afixe quatro pôsteres na parede, cada um com uma situação e uma coluna com o título “Respostas Comuns dos Adultos” para cada faixa etária: 0-18 meses; 18-36 meses; 3-5 ano e 6-8 anos.</p> <p>* Peça aos participantes para se organizarem em quatro grupos.</p> <p>* Cada grupo escolhe um pôster e, discute sobre a situação (cenário) descrita e escreve exemplos de respostas comuns dos adultos aos comportamentos das crianças nas situações descritas no pôster. Quando terminarem, peça aos membros de cada grupo para se sentarem próximos uns dos outros.</p>	<p>06) Conceito e Desenvolvimento Infantil</p> <p>a) Comece pedindo para darem exemplos de comportamentos comuns de crianças que mudam quando elas ficam mais velhas. Por exemplo, o que comem, vestem, como falam e brincam. Escreva em uma página em branco do PowerPoint.</p> <p>d) Faça a atividade dos pôsteres que têm cada um, uma situação (cenário) diferente para cada faixa etária das crianças.</p> <p>* Distribua os participantes em quatro grupos e coloque-os em quatro salas online. Coloque em slides do PowerPoint cada situação.</p> <p>* Cada grupo deverá ficar com uma situação e discutir sobre a situação (cenário) descrita e escrever exemplos (em um papel) de respostas comuns dos adultos aos comportamentos das crianças nas situações descritas no PowerPoint. Quando terminarem, peça que todos voltem para a sala com o grupo todo.</p> <p>* Sugira abrir mais de uma sala do Google Meet, sem que a outra seja desligada. Sendo assim, o facilitador pode deixar no mudo a sala principal e ir de grupo em grupo para discussão.</p>
Página 36 e 37	<p>07) Comportamentos difíceis das crianças</p> <p>b. Divida os participantes em pequenos grupos para conversar sobre:</p> <p>* Quais são alguns exemplos de quando e em que situação as crianças não se comportam ou fazem algo errado?</p> <p>- Como vocês sabem que a criança não está se comportando?</p> <p>- Elas agem assim o tempo todo, um pouco ou muito?</p> <p>Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>c. Pergunte a todos os participantes: Por que vocês acham que as crianças pequenas não se comportam bem? Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>d. Peça aos participantes para virar para a pessoa à direita e converse sobre:</p> <p>* O que os ajuda a sentir-se melhor quando ficam chateados com os comportamentos de seus filhos?</p>	<p>07) Comportamentos difíceis das crianças</p> <p>b. Converse com todo o grupo sobre:</p> <p>* Quais são alguns exemplos de quando e em que situação as crianças não se comportam ou fazem algo errado?</p> <p>- Como vocês sabem que a criança não está se comportando bem?</p> <p>- Elas agem assim o tempo todo, um pouco ou muito?</p> <p>Escreva as respostas em uma página em branco no PowerPoint que estará compartilhada.</p> <p>c. Pergunte a todos os participantes: Por que vocês acham que as crianças pequenas não se comportam bem? Escreva as respostas em outra página no PowerPoint, também compartilhada.</p> <p>d. Peça aos participantes para compartilharem com o grupo todo:</p> <p>* O que os ajuda a sentir-se melhor quando ficam chateados com os comportamentos de seus filhos?</p>
Página 38	<p>08) Os conceitos de “REAÇÃO” e “RESPOSTAS”</p> <p>c. Volte a atividade das quatro situações (cenários) e aos pôsteres. Peça aos participantes para indicar quais respostas dos adultos podem ser consideradas como REAÇÃO ou RESPOSTA.</p>	<p>08) Os conceitos de “REAÇÃO” e “RESPOSTAS”</p> <p>c. Volte a atividade das quatro situações (cenários). Compartilhe a tela com os participantes e peça aos participantes para indicar quais respostas dos adultos podem ser consideradas como REAÇÃO ou RESPOSTA.</p>

	Peça para os participantes para marcar o que seriam as respostas adequadas do adulto em cada situação.	Marque o que seriam as respostas adequadas do adulto em cada situação.
Página 39	<p>10) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia: *Pergunte aos participantes “Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar os objetivos que têm para seus filhos?”</p> <p>b. Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com o comportamento de seus filhos? Escreva as respostas no flipchart. *Distribua cartões para que escrevam a resposta. Peça para colocar os cartões em suas Caixas de Sonhos.</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa e explique o que devem fazer. Peça que completem a folha em casa e entreguem na próxima semana.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ele.</p>	<p>10) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia: *Pergunte aos participantes “Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar os objetivos que têm para seus filhos?”</p> <p>b. Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com o comportamento de seus filhos? Escreva as respostas em uma página em branco no Word que será compartilhada no ambiente virtual. * Peça que cada participante escreva em um papel a resposta. Peça para colocar o papel em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas.</p> <p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicite que devolvam a tarefa realizada antes da próxima sessão (online). Auxiliares de pesquisa estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa.</p> <p>d. A presença será registrada pela pesquisadora/facilitadora do Programa.</p>
Sessão 2 Terceira semana		
Página 52	<p>03) A violência na vida das crianças</p> <p>a. “Quais são alguns exemplos de situações ou lugares que podem levar a violência na vida das crianças?” Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>b. Volte ao flipchart e use cada um dos exemplos de situações ou lugares da atividade acima para ajudar os participantes a identificarem três formas em que as crianças são expostas à violência.</p>	<p>03) A violência na vida das crianças</p> <p>a. “Quais são alguns exemplos de situações ou lugares que podem levar a violência na vida das crianças?” Escreva as respostas em uma página em branco do PowerPoint compartilhada no ambiente virtual.</p> <p>b. Volte a página do PowerPoint e use cada um dos exemplos de situações ou lugares das atividades acima para ajudar os participantes a identificarem três formas em que as crianças são expostas à violência.</p> <p>c. Use o PowerPoint para explicar as formas de violência: *Inclua slide sobre os dados de violência contra a criança no Brasil – a partir do Disque 100 e estudos científicos. * Discuta sobre a violência contra a criança no momento da pandemia do Coronavírus.</p>

		<p>* Inclua slide sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.</p> <p>*Utilize vídeos informativos e/ou ilustrativos sobre violência.</p>
Página 53, 54 e 55	<p>04) O que as crianças pequenas aprendem com a violência</p> <p>c. Peça aos participantes para darem exemplos de coisas positivas e negativas que as crianças aprendem com a família. Faça duas colunas (positivo e negativo) no flipchart e coloque os exemplos.</p> <p>f. Pergunte aos participantes: “Como as crianças aprendem a serem agressivas?” Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>h. Converse sobre o que as crianças aprendem por estarem expostas à violência. Atividade da boneca de papel Mostre a boneca de papel. Peça que os participantes dêem um nome a ela que não seja o mesmo de seus filhos. Peça que imaginem que se trata de uma criança real. Diga que vai usar a boneca de papel para falar sobre situações violentas que prejudicam crianças pequenas e suas consequências. Todas as vezes que alguém contar uma experiência, leve a boneca até a pessoa e peça: Por favor, tire um pedaço da boneca para representar o impacto que a experiência teve na criança”. Depois que vários pedaços foram tirados da boneca, peça aos participantes para darem ideias de: “Como poderíamos ajudar essa criança a se curar ou lidar com a experiência de violência? Como podemos ajudar esta criança a se sentir segura e amada? Grampeie ou cole de volta cada pedaço da boneca de papel toda vez que um/uma participante contribuir com uma ideia positiva.</p>	<p>04) O que as crianças pequenas aprendem com a violência</p> <p>c. Peça aos participantes para darem exemplos de coisas positivas e negativas que as crianças aprendem com a família. Faça duas colunas (positivo e negativo) em um slide no PowerPoint e coloque os exemplos, compartilhado no ambiente virtual.</p> <p>f. Pergunte aos participantes: “Como as crianças aprendem a serem agressivas?” Escreva as respostas em uma página em branco no PowerPoint.</p> <p>h. Converse sobre o que as crianças aprendem por estar expostas à violência. Atividade da boneca de papel Mostre a boneca de papel na tela. Peça que os participantes dêem um nome a ela que não seja o mesmo de seus filhos. Peça que imaginem que se trata de uma criança real. Diga que vai usar a boneca de papel para falar sobre situações violentas que prejudicam crianças pequenas e suas consequências. Todas as vezes que alguém contar uma experiência de violência tire um pedaço da boneca para representar o impacto que a experiência teve na criança”. Depois que vários pedaços foram tirados da boneca, peça aos participantes para dar ideias de: “Como poderíamos ajudar essa criança a se curar ou lidar com a experiência de violência? Como podemos ajudar esta criança a se sentir segura e amada? Grampeie ou cole de volta cada pedaço da boneca de papel toda vez que um/uma participante contribuir com uma ideia positiva. Encerre a atividade perguntando como os pais estão se sentindo e demonstre que as experiências adversas podem ser superadas mas nunca desaparecem.</p>
Página 58 e 59	<p>06) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia *Pergunte aos participantes “Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” *Distribua cartões para que escrevam a respostas. Peça para colocar os cartões em suas caixas de Sonhos.</p> <p>b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes” O que vocês aprenderam hoje que já está mudando a</p>	<p>06) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia: *Pergunte aos participantes “Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” * Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar o papel na Caixa de Sonho. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas.</p>

	<p>maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa e explique o que devem fazer. Peça que completem a folha em casa e entreguem na próxima semana.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ela.</p>	<p>b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes” O que vocês aprenderam hoje que já está mudando a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?”. Escreva as respostas em uma folha em branco no Word compartilhada no ambiente virtual.</p> <p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Peça que completem a folha em casa. Solicite que enviem (de maneira online para a facilitadora) a tarefa realizada antes da próxima sessão. A facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa.</p> <p>d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.</p>
Sessão 3		
Quarta semana		
Página 70	<p>03) A raiva na vida dos adultos Pergunte aos Participantes: “De que forma seus filhos fazem vocês ficarem com raiva? Que tipo de situações? Que tipo de comportamentos? Peça que um ajudante ou participante escreva as respostas no flipchart.</p>	<p>03) A raiva na vida dos adultos Pergunte aos participantes: “De que forma seus filhos fazem vocês ficarem com raiva? Que tipo de situações? Que tipo de comportamentos? Escreva as respostas em uma página do PowerPoint compartilhada.</p>
Página 71	<p>04) Expressões da raiva b. Peça aos participantes para virar para a direita e falar com a pessoa do lado sobre uma situação ou problema real com as crianças que fez com que ficassem com raiva e como sabiam que estavam com raiva.</p>	<p>04) Expressões da raiva b. Peça aos participantes para falarem para todo o grupo sobre uma situação ou problema real com as crianças que fez com que ficassem com raiva e como sabiam que estavam com raiva.</p>
Página 71 e 72	<p>05) A raiva e outros sentimentos a. Divida os participantes em três grupos. Peça a um participante em cada grupo para contar uma situação real com o filho ou filha que lhe causou raiva recentemente. Depois dê uma pergunta para cada grupo debater. Para o grupo 1: “Como vocês sabem que ele (ou ela) está com raiva do filho (ou filha) e não de outra pessoa?” Para o grupo 2: “Será que a raiva está “encobrindo” outros sentimentos?” Para o grupo 3: “Como vocês comparam a raiva com sentimentos de frustração, cansaço, tristeza, culpa, medo ou estar confuso?” Peça a cada grupo para dizer as respostas para o grupo inteiro. b. Use a roda dos sentimentos para ajudar os participantes a reconhecer sentimentos. Divida os participantes em três grupos; dê uma Roda dos Sentimentos para todos os participantes de cada grupo e dê as seguintes instruções:</p>	<p>05) A raiva e outros sentimentos a. A partir de uma situação exposta pelos participantes na atividade anterior, debata com o grupo todo as seguintes questões: 1) “Como vocês sabem que ele (ou ela) está com raiva do filho (ou filha) e não de outra pessoa?” 2) “Será que a raiva está “encobrindo” outros sentimentos?” 3) “Como vocês comparam a raiva com sentimentos de frustração, cansaço, tristeza, culpa, medo ou estar confuso?” b. Use a roda dos sentimentos para ajudar os participantes a reconhecer sentimentos. 1. Gire a roda dos sentimentos e peça para um dos participantes contar sobre a situação que causou o sentimento. Repita a atividade até que todos os sentimentos sejam expostos e as situações descritas pelos participantes. Disponibilize aos participantes a Roda dos Sentimentos pelo WhatsApp ou E-mail, para que eles possam montar e usar com os seus filhos.</p>

	<p>1. Cada participante tem a sua vez para girar a roda e não deve repetir os sentimentos.</p> <p>2. Cada participante gira a roda uma vez e deve contar sobre a situação que causou o sentimento indicado na Roda.</p> <p>Diga aos participantes para levarem a Roda dos Sentimentos para casa e usar com seus filhos.</p>	<p>- Dois dias antes da sessão, os participantes serão lembrados de enviar a tarefa anterior.</p>
Página 72	<p>06) Controlar a raiva Distribua o cartão REPENSE/IDEAL Explique que vai agora fazer um exercício utilizando o modelo REPENSE para praticar. Divida os participantes em três grupos e escolha uma das seguintes situações: Peça ao Grupo 1 para dramatizar a situação escolhida. Peça ao Grupo 2 para utilizar o Modelo REPENSE para analisar a situação do ponto de vista da mãe. Peça ao Grupo 3 para usar o Modelo REPENSE para analisar a situação do ponto de vista da filha. Depois que o Grupo 1 terminar a dramatização, peça aos Grupos 2 e 3 para apresentarem seus trabalhos.</p>	<p>06) Controlar a raiva O Cartão REPENSE/IDEAL será disponibilizado de maneira online antes da sessão. Explique que vai agora fazer um exercício utilizando o modelo REPENSE para praticar. Divida os participantes em dois grupos, distribua os participantes em duas salas virtuais e escolha uma das seguintes situações: Cada situação será descrita no PowerPoint e colocada em cada sala virtual. Peça ao Grupo 1 para utilizar o Modelo REPENSE para analisar a situação do ponto de vista da mãe. Peça ao Grupo 2 para usar o Modelo REPENSE para analisar a situação do ponto de vista da filha. Depois de alguns minutos todos voltam para a sala para o Grupos 1 e 2 apresentarem seus trabalhos. *Sugira que os participantes imprimam o Cartão para colocar na geladeira como um lembrete.</p>
Página 74 e 75	<p>07) Resumo da Sessão a. Ferramentas do dia *“Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” *Distribua cartões para que escrevam a respostas. Peça para colocar os cartões em suas Caixas de Sonhos. b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas no flipchart. c. Distribua a folha da tarefa de casa e explique o que devem fazer. d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ela.</p>	<p>07) Resumo da Sessão a. Ferramentas do dia *“Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” * Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar os cartões em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas aprendidas. b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas em uma página em branco no Word compartilhada no ambiente virtual. c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicite que enviem a tarefa antes da próxima sessão. A facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais</p>

		<p>e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa.</p> <p>d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.</p> <p>*Dois dias antes da sessão, os participantes serão lembrados de enviar a tarefa anterior.</p>
Sessão 4 Quinta Semana		
Página 87 e 88	<p>05) Ensinar crianças a resolver conflitos Use os seguintes cenários para ajudar os participantes a identificar o conflito neles. Tenha o cenário escrito no flipchart e leia em voz alta para o grupo.</p> <p>Pergunte aos participantes: Qual foi o problema que provocou o conflito em cada uma das situações? Por que isso aconteceu? Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>b. Use o PowerPoint para explicar o Modelo IDEAL. Peça aos participantes para pegar os cartões REPENSE/IDEAL.</p> <p>c. Crie quatro grupos e dê a cada um uma tarefa diferente.</p> <p>Peça ao Grupo 1 para usar um dos cenários na página 86 e preparar uma dramatização.</p> <p>Peça ao Grupo 2 para usar a Roda dos Sentimentos com os dois cenários.</p> <p>Peça ao Grupo 3 para praticar o Modelo IDEAL.</p> <p>Peça ao grupo 4 para discutir como os pais poderiam ensinar dando seus exemplos nos cenários apresentados.</p>	<p>05) Ensinar crianças a resolver conflitos Use os seguintes cenários para ajudar os participantes a identificar o conflito neles. Tenha o cenário escrito no PowerPoint e leia em voz alta para o grupo.</p> <p>Pergunte aos participantes: Qual foi o problema que provocou o conflito em cada uma das situações? Por que isso aconteceu? Escreva as respostas na página do PowerPoint dos cenários.</p> <p>b. Use o PowerPoint para explicar o Modelo IDEAL. Peça aos participantes para pegar os cartões REPENSE/IDEAL. Os cartões deverão ser disponibilizados de maneira online (WhatsApp ou E-mail) para os participantes antes da sessão.</p> <p>c. As atividades distribuídas em quatro grupos devem ser realizadas em conjunto com todos os participantes, exceto a atividade do Grupo 1. A atividade proposta para o Grupo 1 que se refere à dramatização do cenário, ela será apresentada por meio de um vídeo elaborado para o Programa ACT versão remota.</p>
Página 89	<p>07) Resumo da Sessão a. Ferramentas do dia *“Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” *Distribua cartões para que escrevam a respostas. Peça para colocar os cartões em suas caixas de Sonhos.</p> <p>b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa, a nave espacial e as etiquetas se tiver condições de comprá-las.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ela.</p>	<p>07) Resumo da Sessão a. Ferramentas do dia *“Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?” * Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar o papel em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas.</p> <p>b. Conhecimentos aprendidos: *Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas em uma página em branco no Word.</p> <p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicite que façam a tarefa e enviem antes da próxima sessão, de maneira online. A</p>

		facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa. d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.
Sessão 5 Sexta semana		
Página 98	02) Objetivo da sessão	02) Objetivo da sessão Serão inseridas novas discussões: *Reconheça que todos nós experimentamos um aumento no uso da tela devido ao momento atual (Pandemia da Covid-19). *Discuta as diferenças entre a tela recreativa e o uso de tela educacional.
Página 98	03) Exposição das crianças aos meios eletrônicos de comunicação b. Organize grupos de 3 ou 4 integrantes cada e diga aos participantes que é para eles conversarem sobre seus filhos e a mídia eletrônica. Dê 5 minutos. Peça ao grupo 1 para discutir: “Porque que as crianças estão passando tanto tempo com mídia eletrônica hoje em dia?” Peça ao grupo 2 para falar sobre: “Se as crianças passam tanto tempo com a mídia eletrônica, o que está acontecendo com as brincadeiras tradicionais – brincar com brinquedos ou com amigos ou do lado de fora de casa?” Peça ao grupo 3 para responder: “O que vocês acham que acontece com o corpo e a mente das crianças quando elas ficam na TV ou no computador ou jogando videogames?” Peça a cada grupo que indique uma pessoa para apresentar as conclusões para o grupo inteiro e então tenha um debate geral. *Escreva sobre o roteiro do desenho animado e os personagens no flipchart e tenham uma conversa com todo o grupo. Pergunte então aos participantes e ajude se tiverem dificuldades para chegar a algumas conclusões Escreva todas as respostas no flipchart	03) Exposição das crianças aos meios eletrônicos de comunicação b. Discuta com todos os participantes as seguintes questões: 1) “Porque que as crianças estão passando tanto tempo com mídia eletrônica hoje em dia?” 2) “Se as crianças passam tanto tempo com a mídia eletrônica, o que está acontecendo com as brincadeiras tradicionais – brincar com brinquedos ou com amigos ou do lado de fora de casa?” 3) “O que vocês acham que acontece com o corpo e a mente das crianças quando elas ficam na TV ou no computador ou jogando videogames?” Adicione à discussão: * Mostre um vídeo sobre desenhos animados e escreva sobre o roteiro e os personagens em uma página do Word e tenha uma conversa com todo o grupo. Pergunte então aos participantes e ajude se tiverem dificuldades para chegar a algumas conclusões a respeito da exposição das crianças à violência nos meios eletrônicos. Escreva todas as respostas em uma página em branco do Word e compartilhe no ambiente virtual
Página 102	05) Reduzir o impacto dos meios eletrônicos de comunicação nas crianças c. Divida os participantes em grupos com 3 ou 4 integrantes cada. Para o grupo 1: Dê a folha de informação “Monitorar o que seus filhos assistem e como brincam” e pedir para criar um plano sobre como fazer isso acontecer. Para o grupo 2: Dê a folha de informação “Pontos a ensinar as crianças sobre mídia” e	05) Reduzir o impacto dos meios eletrônicos de comunicação nas crianças Coloque em uma apresentação do PowerPoint a folha de informação “Monitorar o que seus filhos assistem e como brincam” e converse com todo o grupo sobre como fazer isso acontecer. Coloque em uma apresentação do PowerPoint a folha de informação “Pontos a ensinar as

	<p>peça para criar uma dramatização sobre como conversar com as crianças.</p> <p>Para o grupo 3: Dê a folha de informação “Mostre dando exemplo” e peça aos participantes para identificar os desafios/dificuldades para isso.</p> <p>Para o grupo 4: Dê a folha de informação “Compartilhar suas regras com os outros adultos” para conversar sobre como farão isso.</p>	<p>crianças sobre mídia” e discuta com todo o grupo como conversar com as crianças.</p> <p>Coloque em uma apresentação do PowerPoint a folha de informação “Mostre dando o exemplo” e discuta com todo grupo os desafios/dificuldades.</p> <p>Coloque em uma apresentação do PowerPoint a folha de informação “Compartilhar suas regras com os outros adultos” e converse com o grupo todo sobre como farão isso.</p>
Página 102 e 103	<p>06) Resumo da sessão</p> <p>a. Ferramenta do dia</p> <p>*Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?</p> <p>*Distribua cartões para que escrevam a resposta. Peça que cada um coloque o cartão na sua Caixa de sonhos.</p> <p>b. Conhecimento aprendidos:</p> <p>* Pergunte aos participantes: “O que aprenderam hoje que já mudou a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ele.</p>	<p>06) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia</p> <p>*Quais são as duas coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?</p> <p>* Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar o papel em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas coisas/ferramentas.</p> <p>b. Conhecimento aprendidos:</p> <p>*Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas em uma página em branco no Word e compartilhe na plataforma digital.</p> <p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicite que façam a tarefa e enviem antes da próxima sessão, de maneira online. A facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa.</p> <p>d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.</p> <p>e. Avalie como funcionou a atividade em grupo.</p> <p>*Envie um lembrete para os participantes enviarem a tarefa anterior.</p>
Sessão 6 Sétima Semana	<p>SESSÃO-CHAVE PARA O PROGRAMA ACT.</p> <p>FAÇA UMA INTRODUÇÃO INICIAL A RESPEITO DA SESSÃO GRAVADA E PEÇA AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAR A SESSÃO.</p>	
Página 115	<p>03) Definição do que é ser pai e mãe</p> <p>*Divida os participantes em grupos de 4. Diga a eles: Vamos fazer de conta que você é uma criança contratando um pai. A criança quer o melhor candidato. Escreva as seguintes perguntas no flipchart: 1) Que perguntas faria você aos candidatos para pais?; 2) Que qualidades e requisitos são importantes para “contratar” alguém como pai, uma mãe; 3) Para que as crianças precisam de pais?</p>	<p>03) Definição do que é ser pai e mãe</p> <p>*Diga aos participantes: Vamos fazer de conta que você é uma criança contratando um pai/mãe. A criança quer o melhor candidato. Apresente as seguintes perguntas no PowerPoint e compartilhe na plataforma digital: 1) Que perguntas faria você aos candidatos para pais?; 2) Que qualidades e requisitos são importantes para “contratar” alguém como pai, uma mãe; 3) Para que as crianças precisam de</p>

	Depois de terminar a discussão distribua os limpadores de cano, papel e lápis de cera para cada grupo. Peça então aos grupos para usar o material para criar figuras que representem os melhores pais para as crianças.	pais? Depois de terminar a discussão, peça para que cada participante escreva três palavras (a partir do link gerado pelo aplicativo mentimeter) e forme uma nuvem de palavras para representar as características dos melhores pais/mães para as crianças.
Página 115 e 117	<p>04) Estilos parentais</p> <p>b. Pergunte ao grupo: Como vocês aprenderam a criar e educar seus filhos? Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>g. Faça duas linhas horizontais longas no quadro ou em um papel na parede conforme exemplo abaixo (ou faça linhas fictícias) para mostrar o continuum dos estilos parentais.</p> <p>*Primeiro peça aos participantes para irem até o quadro ou papel na parede e ficar perto da linha 1 e depois da linha 2 no local que indica o estilo parental dos pais deles.</p> <p>Depois peça aos participantes para se colocarem perto da linha 1 e linha 2 onde indica o que acreditam que seria o estilo ideal nas duas linhas, onde eles gostariam de estar agora para serem os melhores pais para seus filhos.</p> <p>h. Divida agora os participantes em grupos de três ou quatro integrantes; dê a cada grupo uma folha do flipchart, revistas, jornais, lápis de cera, tesoura e cola. Peça que peguem os cartões com os objetivos para os filhos na Caixa dos Sonhos. Dê as seguintes instruções para a atividade: pegue os cartões que estão na caixa de sonho e use os objetivos e sonhos como guia para fazer um pôster em grupo sobre qual seria o melhor estilo parental para eles.</p>	<p>04) Estilos parentais</p> <p>b. Pergunte ao grupo: Como vocês aprenderam a criar e educar seus filhos? Escreva as respostas em uma página em branco no Word compartilhada na plataforma digital.</p> <p>g. Escreva no PowerPoint os estilos parentais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Pais com Autoridade 2) Pais permissivos 3) Pais Autoritários 4) Pais ausentes <p>*Peça que os participantes escrevam em um papel o número do estilo parental do pai/mãe deles.</p> <p>*Depois peça que escreva em um outro papel o número do estilo parental ideal, onde eles gostariam de estar agora para ser os melhores pais para seus filhos.</p> <p>Depois peça que os participantes escrevam sobre qual seria o melhor estilo parental para eles e porquê. Peça que os participantes compartilhem com o grupo todo.</p>
Página 118	<p>05) Definição de disciplina e punição</p> <p>b. “Pergunte aos participantes o que vem na cabeça quando ouvem a palavra disciplina?” Distribua três pedaços de papel para cada participante. Peça que escrevam uma palavra associada com disciplina em cada pedaço de papel. Peça que cada um leia em voz alta o que escreveu em cada papel. Escreva todas as palavras no flipchart.</p> <p>c. Distribua a folha de informação. Disciplina e Punição</p> <p>*Peça aos participantes para pegar de volta os pedaços de papel e marcar o que é disciplina (D) ou punição (P).</p> <p>d. Divida os participantes em grupos de três ou quatro componentes e dê a eles o seguinte cenário:</p> <p>Grupo 1 fará a dramatização do cenário. Grupo 2 conversará sobre como eles disciplinariam a criança nessa situação.</p>	<p>05) Definição de disciplina e punição</p> <p>b. “Pergunte aos participantes o que vem na cabeça quando ouvem a palavra ‘disciplina?’” Peça que escrevam três palavras que associam a disciplina em um pedaço de papel. Peça que cada um leia em voz alta o que escreveu no papel. Escreva todas as palavras em uma página do Word compartilhada na plataforma digital.</p> <p>c. Solicite que os participantes peguem a folha de informação. Disciplina e Punição</p> <p>*Peça aos participantes para pegar o papel que escreveram as três palavras e marcar o que é disciplina (D) ou punição (P).</p> <p>d. Divida os participantes em 2 grupos (em duas salas online) e dê a eles o seguinte cenário:</p> <p>A dramatização será apresentada a partir de um vídeo elaborado pela facilitadora e seus auxiliares.</p>

	Grupo 3 conversará como gostariam que a filha se comportasse nessa situação.	Grupo 1 conversará sobre como eles disciplinariam a criança nessa situação. Grupo 2 conversará como gostariam que a filha se comportasse nessa situação.
Página 119	<p>06) Consequências do uso da punição para disciplinar crianças</p> <p>Pergunte aos participantes: Por que vocês acham que os pais usam esses tipos de técnicas duras? Escrevam as respostas no flipchart.</p> <p>c. Divida os participantes em grupos de três ou quatro e dê a eles o seguinte cenário escrito em uma folha de papel:</p> <p>Um menino de 4 anos está subindo e pulando no sofá enquanto a mãe está falando com a tia dele. Ele está tentando chamar atenção.</p> <p>Peça para cada grupo fazer uma tarefa diferente.</p> <p>Grupo 1: Dê a folha do flipchart e peça aos participantes para fazer uma boneca de papel representando uma criança. Eles devem usar uma caneta ou lápis de cera para escrever na boneca: Sou adorável e preciso de atenção.</p> <p>Grupo 2: Leia o cenário descrito e escreva cinco frases ou palavras negativas que uma mãe com raiva poderia dizer para punir a criança.</p> <p>Grupo 3: Leia o cenário e escreva três coisas que a mãe deveria fazer para se acalmar e mudar o comportamento da criança.</p> <p>Peça a cada grupo para apresentar seu trabalho. Quando o grupo 2 estiver apresentando as afirmações negativas, peça ao grupo 1 para tirar um pedaço da boneca depois de cada afirmação negativa dita em voz alta.</p>	<p>06) Consequências do uso da punição para disciplinar crianças</p> <p>Pergunte aos participantes: Por que vocês acham que os pais usam esses tipos de técnicas coercitivas? Escrevam as respostas em uma página em branco no Word.</p> <p>c. Compartilhe com o grupo, a partir do PowerPoint, o seguinte cenário:</p> <p>Um menino de 4 anos está subindo e pulando no sofá enquanto a mãe está falando com a tia dele. Ele está tentando chamar atenção.</p> <p>Apresente para os participantes uma boneca no PowerPoint e escreva na boneca: Sou adorável e preciso de atenção.</p> <p>Depois, leia o cenário descrito e peça para os participantes falarem cinco frases ou palavras negativas que uma mãe com raiva poderia dizer para punir a criança (escreva no lado esquerdo da boneca). Depois solicite que o grupo fale três coisas que a mãe deveria fazer para se acalmar e mudar o comportamento da criança (escreva no lado direito da boneca).</p>
Página 121	<p>07) Resumo da sessão</p> <p>a. Ferramenta do dia</p> <p>*Pergunte aos participantes: “Quais são as coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?”</p> <p>*Distribua cartões para que escrevam a resposta. Peça para colocar o cartão em sua Caixa de Sonhos.</p> <p>b. Conhecimentos aprendidos:</p> <p>Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já mudou a maneira como pretendem lidar com o comportamento de seus filhos? Escreva as respostas no flipchart.</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ele.</p>	<p>07) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia</p> <p>*Pergunte aos participantes: “Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?”</p> <p>* Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar o papel em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas.</p> <p>b. Conhecimentos aprendidos:</p> <p>*Pergunte aos participantes “O que aprenderam hoje que já está ajudando a mudar a maneira como pretendem lidar com os comportamentos de seus filhos?” Escreva as respostas em uma página em branco no Word compartilhada na plataforma digital.</p>

		<p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicite que façam e enviem a tarefa antes da próxima sessão (por meio digital). A facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa.</p> <p>d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.</p>
Sessão 7 Oitava semana		
Página 132, 133	<p>03) Como prevenir os comportamentos difíceis</p> <p>c. Divida os participantes em dois grupos e dê a cada um as seguintes tarefas:</p> <p>Grupo 1: Peça que eles sejam o grupo dos “Detetives do Bom Comportamento”. Dê aos participantes duas folhas do flipchart, lápis de cera e canetinhas e peça que use uma das folhas de papel e o material para desenhar um detetive e escreva o nome do grupo (Detetives do Bom Comportamento) no topo da folha. Peça então que usem a outra folha para criar duas colunas: uma intitulada “Lista de bons comportamentos das crianças pequenas” e a outra “Lista de palavras positivas para promover o bom comportamento”.</p> <p>Grupo 2: Dê o seguinte cenário para discutirem (apresentado na página 133 do manual do facilitador).</p> <p>Peça ao grupo para conversar sobre o problema nessa situação e o que fariam para servir como exemplo de comportamento positivo para Isabela.</p> <p>*Depois que os grupos concluírem suas tarefas, peça para que apresentem seus trabalhos e tenha uma discussão com todos. Depois convide a todos para a seguinte atividade: “Jogue a bola e diga o que você aprendeu”.</p> <p>d. Como uma maneira de resumir a sessão:</p> <p>Distribua e use a folha de informação: “Como evitar comportamentos difíceis” Escreva as sugestões deles no flipchart.</p> <p>Distribua a folha de informação: Opções de recompensa para criança em cada idade na página 139 deste manual e leia algumas alternativas em voz alta.</p>	<p>03) Como prevenir os comportamentos difíceis</p> <p>c. Divida os participantes em dois grupos, a partir da plataforma digital, e dê a cada um as seguintes tarefas:</p> <p>Grupo 1: Peça que eles sejam o grupo dos “Detetives do Bom Comportamento”. Peça aos participantes para fazerem em uma folha de papel duas colunas: uma intitulada “Lista de Bons Comportamentos das Crianças Pequenas” e a outra Lista de Palavras Positivas para Promover o Bom Comportamento”. Peça que escrevam na primeira coluna 3 a 5 comportamentos das crianças pequenas e na segunda coluna palavras positivas para promover bons comportamentos.</p> <p>Grupo 2: Mostre no slide do PowerPoint, o seguinte cenário para discutirem (apresentado na página 133 do manual do facilitador).</p> <p>Peça ao grupo para conversar sobre o problema nessa situação e o que fariam para servir como exemplo de comportamento positivo para Isabela.</p> <p>*Depois que os grupos concluírem suas tarefas, traga todos de volta para a mesma sala virtual e peça para que apresentem seus trabalhos e tenha uma discussão com todos. Depois convide a todos para a seguinte atividade: Faça os pais imaginarem que você (facilitador) está segurando uma bola. Você finge que está jogando na tela e chama o nome do pai/mãe para quem está jogando e peça que ele finja que está pegando. Quando ele pegar a bola, peça que imagine que o filho está parado na sua frente. Peça que diga o nome do seu filho e uma declaração positiva que expressará na próxima vez que ele se comportar bem. Assim que a declaração for feita, o facilitador pede a esse pai que finja jogar uma bola em outro pai, chamando o nome desse pai. Continue até que todos tenham algo a dizer.</p> <p>d. Como uma maneira de resumir a sessão:</p>

		<p>Solicite que os participantes peguem a folha de informação: “Como evitar comportamentos difíceis”.</p> <p>Escreva as sugestões deles em uma folha em branco no Word.</p> <p>A folha de informação: Opções de recompensa para criança em cada idade que está na página 139 do manual do facilitador será enviada antes da sessão pelo WhatsApp ou E-mail. Algumas alternativas serão lidas em voz alta.</p>
Página 134	<p>04) Opções de disciplina positiva</p> <p>*Distribua a folha de informação “Disciplina positiva por idade” e revise com os participantes.</p> <p>*Dê aos participantes a folha de informação “Roda de opção de disciplina positiva” e diga para levarem para casa.</p> <p>Divida os participantes em grupos de 3 ou 4 integrantes para conversar sobre que comportamentos difíceis gostariam de mudar e quais comportamentos positivos gostariam de ensinar a seus filhos. Distribua a folha de exercícios “Opções de disciplina positiva para seus filhos. Explique o exercício e peça que coloquem as informações na tabela. Peça que cada grupo apresente seu trabalho quando terminarem e tenha uma discussão.</p>	<p>04) Opções de disciplina positiva</p> <p>*Solicite que os participantes peguem a folha de informação “Disciplina positiva por idade” e revise com os participantes.</p> <p>*A folha de informação “Roda de opção de disciplina positiva” será enviada antes da sessão para cada participante.</p> <p>Converse com todos os participantes sobre que comportamentos difíceis gostariam de mudar e quais comportamentos positivos gostariam de ensinar a seus filhos. A folha de exercícios “Opções de disciplina positiva para seus filhos” será colocada no chat (a partir do link com a atividade) e cada participante irá realizar o exercício e apresentará para o grupo todo.</p>
Página 136	<p>05) Resumo da sessão</p> <p>a. Ferramenta do dia</p> <p>*Pergunte aos participantes: “Quais são as coisas/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?”</p> <p>*Distribua cartões para que escrevam a resposta. Peça para colocar o cartão em sua caixa de sonhos.</p> <p>b. Conhecimento aprendidos</p> <p>Pergunte aos participantes “Quais foram as coisas mais importantes sobre disciplina e crianças que vocês aprenderam hoje?”</p> <p>Faça a atividade do avião para responder essa pergunta. (...)</p> <p>c. Distribua a folha da tarefa de casa.</p> <p>d. Peça aos participantes para marcar presença no cartão ACT e ficar com ele.</p>	<p>05) Resumo da Sessão</p> <p>a. Ferramentas do dia</p> <p>*Pergunte aos participantes: “Quais são as duas aprendizagens/ferramentas que você aprendeu hoje e que serão úteis para alcançar seus objetivos para seus filhos?”</p> <p>* Peça que cada participante escreva em um papel as respostas. Peça para colocar o papel em suas Caixas de Sonhos. Depois, envie no chat o link do mentimeter e solicite que cada participante escreva em poucas palavras as duas aprendizagens/ferramentas.</p> <p>b. Conhecimento aprendidos:</p> <p>*Pergunte aos participantes “Quais foram as coisas mais importantes sobre disciplina e crianças que vocês aprenderam hoje?”</p> <p>Faça a atividade da “nuvem de palavras” (a partir do aplicativo mentimeter) para responder essa pergunta. Cada participante deve escrever três palavras que representam o que aprenderam sobre disciplina e crianças.</p> <p>c. Explique a tarefa de casa e informe que ela será enviada após a sessão de maneira online. Solicita que façam e enviem a tarefa antes da próxima sessão (online). A facilitadora e seus auxiliares estarão disponíveis para responder às dúvidas dos pais e cuidadores por e-mail ou</p>

		Whatsapp durante a semana a respeito da tarefa de casa. d. A presença será registrada pela facilitadora do Programa.
Oitava Sessão Nona semana		
Página 148	03) Revisão das expectativas com o Programa ACT a. Divida os participantes em pequenos grupos de 3 ou 4 integrantes. b. Distribua o questionário “O que você espera do Programa ACT”, o mesmo que eles preencheram durante a reunião Prévia. c. Peça que cada participante leia suas respostas do questionário para seu grupo e depois que todos leram as suas, devem discutir se o Programa atendeu ou não as suas expectativas e se proporcionou o que queriam. d. Pergunte aos grupos: O que foi bom e ruim sobre o programa que estão terminando? Escreva no flipchart para seus registros.	03) Revisão das expectativas com o Programa ACT a. Solicite que os participantes peguem o questionário “O que você espera do Programa ACT”, o mesmo que eles preencheram durante a reunião Prévia. c. Peça que alguns participantes leiam suas respostas do questionário e depois discuta se o Programa atendeu ou não as suas expectativas e se proporcionou o que queriam. d. Pergunte aos grupos: O que foi bom e ruim sobre o programa que estão terminando? Escreva em uma página em branco do Word para seus registros.
Página 148	04) Revisão das ferramentas aprendidas a. Peça aos participantes para pegar suas Caixas de Sonhos e checar os cartões com as ferramentas que escreveram e colocaram nas caixas nas sessões anteriores. Diga para escolherem as cinco ferramentas que acreditam ter atendido, aprendido melhor e que já estão usando em casa. b. Peça aos participantes para formar pequenos grupos e conversar sobre: Quais são as cinco ferramentas que escolheu? c. Peça que cada grupo relate a conversa para todos os demais. d. Como forma de encerramento: Peça aos participantes para usar os limpadores de cano para criarem uma figura que mostre o que aprenderam e que já estão usando em casa.	04) Revisão das ferramentas aprendidas a. Peça aos participantes para pegar suas Caixas de Sonhos e checar os cartões com as ferramentas que escreveram e colocaram nas caixas nas sessões anteriores. Diga para escolherem as cinco ferramentas que acreditam ter atendido, aprendido melhor e que já estão usando em casa. b. Peça para os participantes compartilharem as cinco ferramentas que escolheram.
Página 149	05) Revisão do plano de mudança a. Distribua o plano de mudança preenchido pelos participantes na reunião prévia. c. Dê aos participantes uma folha do flipchart, lápis de cera, revistas e jornais, cola e peça que usem os materiais para fazer um pôster para mostrar como a sua família e casa estão agora que eles estão concluindo o programa. Devem levar os pôsteres para casa de presente para os filhos.	05) Revisão do plano de mudança a. Será solicitado, antes do encontro, que os participantes estejam com o plano de mudança preenchida na reunião prévia. c. Solicite que os participantes façam um desenho (utilizando materiais que têm em casa) para mostrar como a sua família e casa estão agora que eles estão concluindo o programa. Devem entregar o desenho de presente para os filhos.
	06) Os pais como professores, defensores, protetores das crianças em casa e na comunidade e. Divida os participantes em dois grupos: Protetores e Defensores. Dê um cartaz para	06) Os pais como professores, defensores, protetores das crianças em casa e na comunidade

	<p>cada grupo segurar: PROTETORES e DEFENSORES.</p> <p>*Peça a cada grupo responder à pergunta: Quais as três coisas mais importantes que eles vão fazer a partir de agora para ajudar as crianças serem educadas seguras, saudáveis e fortes.</p> <p>*Dê 10 minutos para a atividade e então peça que cada grupo apresente suas ideias, de pé, segurando o cartaz (...)</p> <p>f. Se houver tempo para esta atividade, segure um cartaz com a afirmação abaixo ou escreva no flipchart. Leia em voz alta: “Quando as teias de aranha se juntam elas conseguem amarrar um leão”.</p>	<p>e. Divida os participantes em dois grupos: Protetores e Defensores e coloque cada grupo em uma sala virtual.</p> <p>*Peça a cada grupo responder à pergunta: Quais as três coisas mais importantes que eles vão fazer a partir de agora para ajudar as crianças serem educadas seguras, saudáveis e fortes.</p> <p>*Dê 10 minutos para a atividade e então todos voltam para a mesma sala e apresentam suas ideias.</p> <p>f. Se houver tempo para esta atividade, apresente no slide do PowerPoint a afirmação abaixo. Leia em voz alta: “Quando as teias de aranha se juntam elas conseguem amarrar um leão”.</p>
	<p>07) Avaliação pós-programa</p> <p>a. Use o Questionário de Avaliação Pós-Programa incluído no Guia e Instrumentos de Questionário de Avaliação do Programa ACT. Distribua e depois recolha o instrumento.</p> <p>b. É importante utilizar o Questionário de Satisfação do Participante que pode ser também encontrado no Guia de Avaliação do programa. Distribua e depois recolha os questionários (...)</p>	<p>07) Avaliação pós-programa</p> <p>a. Use o Questionário de Avaliação Pós-Programa incluído no Guia e Instrumentos de Questionário de Avaliação do Programa ACT. O questionário será enviado on-line através de um link gerado pelo Google Forms, no final da última sessão.</p> <p>b. É importante utilizar o Questionário de Satisfação do Participante que pode ser também encontrado no Guia de Avaliação do programa. O questionário será enviado de maneira online no final da última sessão.</p>
08) Página 151	<p>08) Conclusão e celebração</p> <p>a. Tenha os filhos dos participantes nesse momento para a festa de comemoração do encerramento do programa.</p>	<p>08) Conclusão e celebração</p> <p>a. Tenha os filhos dos participantes nesse momento para a comemoração do encerramento do programa de maneira remota.</p> <p>* Peça feedback para os participantes, sugestões e pergunte se eles acreditam que há diferença e apontar quais do grupo on-line ou se fosse presencial.</p>

*A segunda coluna do roteiro de adaptação é um recorte do Manual do Facilitador do Programa ACT (Silva, 2011).

*Só poderão aplicar a versão remota do Programa ACT facilitadores certificados pela APA.

APÊNDICE B– TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – JUÍZES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título do estudo: Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Adaptação, viabilidade e avaliação

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Aline Cardoso Siqueira

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-0000. Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3205, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Plataforma Digital – *Google Meet*

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Vimos por meio deste convidá-lo (a) para participar da pesquisa de Doutorado intitulada “Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Adaptação, viabilidade e avaliação” como avaliador da adaptação do Programa ACT para a aplicação remota. A pesquisa visa adaptar e implementar o Programa ACT no ambiente virtual, bem como avaliar a viabilidade e o seu efeito na aplicação remota, em âmbito nacional.

O processo de adaptação será constituído por quatro etapas, a saber: (1) elaboração do roteiro com as adaptações para a aplicação no ambiente virtual, (2) avaliação da proposta por juízes especialistas; (3) realização de modificações, alterações e correções necessárias, e; (4) integração dos resultados para desenvolvimento da versão final do programa.

Para avaliar a proposta, após a assinatura de Termo de Consentimento livre e esclarecido (TCLE), será enviado um Roteiro de Adaptação em que o avaliador deverá marcar se concorda ou não concorda com as adaptações realizadas. Também pode-se realizar comentários em

relação as atividades adaptadas e sobre as adaptações do Programa em geral, bem como indicar correções e modificações necessárias.

Desde já, agradecemos imensamente a sua contribuição com a Pesquisa.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Data:

APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de Confidencialidade

Título do projeto: Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Adaptação, viabilidade e avaliação

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Aline Cardoso Siqueira

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Telefone para contato: (55) 98424-4223

Local da coleta de dados: Plataforma Digital – *Google Meet*

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de entrevistas e escolas psicométricas, a partir de plataformas digitais.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que as mesmas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74 B, Departamento de Psicologia, sala 3205, 97105-970 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da professora Aline Cardoso Siqueira. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em 06/11/2020, com o número de registro CAAE 01903118.0.0000.5346.

Santa Maria, 08 de dezembro *de* 2020.

Suane Pastoriza Faraj

Aline Cardoso Siqueira

Doutoranda do PPG em Psicologia/UFSM

Professora do PPG em Psicologia/UFSM

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA INICIAL SEMIESTRUTURADA

Dados de Identificação:

Nome:

Data de nascimento:

Escolaridade:

Situação conjugal:

Número de filhos

Idade dos filhos:

Filho tem algum diagnóstico:

1. Você já tinha ouvido falar sobre o Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros ou outro Programa para pais? E de outro Programa voltado para pais e cuidadores de criança?
2. Como você ficou sabendo da implementação do Programa de forma remota?
3. Você recebe ou recebeu tratamento psicológico ou participou de alguma intervenção no último ano?
4. O que levou você a resolver participar do Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros?
5. O que você espera obter do Programa (expectativas)?

6. Para você o que representa educar uma criança em um ambiente seguro?
7. Quais as práticas você vem utilizando na educação do(s) seu(s) filho?
8. O que você compreende por violência contra a criança?
9. Você acha que a violência contra a criança pode ser prevenida? Se sim, como? Se não, porque?
10. Você tem disponibilidade para participar de 8 encontros?

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PAIS E CUIDADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Título do estudo: Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Adaptação, viabilidade e avaliação

Pesquisador responsável: Prof.^a Aline Cardoso Siqueira

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria/Departamento de Psicologia

Telefone e endereço postal completo: (55) 3220-0000. Avenida Roraima, 1000, prédio 74B, sala 3205, 97105-970 - Santa Maria - RS.

Local da coleta de dados: Plataforma Digital – *Google Meet*

Eu Aline Cardoso Siqueira, responsável pela pesquisa “Programa ACT Para Educar Crianças em Ambientes Seguros na versão remota: Adaptação, viabilidade e avaliação” o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo. Esta pesquisa pretende adaptar, desenvolver e avaliar os efeitos do Programa ATC Para Educar Crianças e Ambientes Seguros. Acreditamos que ela seja importante porque muitos pais e mães poderão aprender sobre desenvolvimento e comportamento infantil. Para sua realização será feito o seguinte: o programa de treinamento parental será realizado pela plataforma digital do *Google Meet*, no horário previamente combinado. Sua participação incluirá a presença em pelo menos sete encontros de duração de duas horas e responder às escalas antes e depois da realização do programa. É possível que aconteçam desconfortos ou riscos, como cansaço decorrente dos encontros ou mesmo de memórias acessadas durante a atividade grupal. Caso isso ocorra, a equipe de pesquisa estará preparada para acolher essas emoções e, se prolongado o desconforto,

irá indicar um auxílio psicológico. Os benefícios que esperamos como estudo estão relacionados à possibilidade de produzir evidência sobre os efeitos de um Programa que busca favorecer o desenvolvimento saudável das crianças e assim, promover o seu desenvolvimento saudável.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com algum dos pesquisadores ou com o Comitê de Ética em Pesquisa/UFSM¹. A coordenadora responsável por essa pesquisa pode ser contatada pelo telefone (55) 98424-4223 e o Comitê de ética em Pesquisa poderá ser contatado pelo telefone (55) 3220-9362 e por meio do endereço:

Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria – 2º andar - Sala Comitê de Ética
Cidade Universitária - Bairro Camobi. CEP 97105-900 - Santa Maria – RS.
E-mail cep.ufsm@gmail.com

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa, você terá direito à assistência gratuita que será prestada na Clínica-escola do Curso de Psicologia/UFSM por um psicólogo integrante do grupo de pesquisa. Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Também serão utilizadas imagens.

Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, [nome completo do voluntário], após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente, também, dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes

¹ Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria – 2º andar - Sala Comitê de Ética. Cidade Universitária - Bairro Camobi. CEP97105-900 - Santa Maria – RS. E-mail cep.ufsm@gmail.com

e da garantia de confidencialidade. Esse documento está em 2 vias, sendo que tanto eu quanto o pesquisador teremos uma cópia idêntica. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais foi-me entregue.

Assinatura do voluntário

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

Data:

APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA



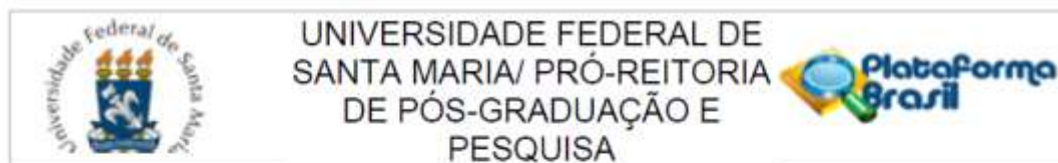
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA FINAL SEMI-ESTRUTURA

1. Como você descreve a experiência de participar do Programa?
2. Qual a sessão do Programa na sua percepção foi mais importante/relevante/marcou mais você/gostou mais? Porque? E a menos relevante/menos gostou?
3. Quais as atividades ou discussões você mais lembra do Programa?
4. Tem alguma ferramenta que você aprendeu no programa e colocou em prática?
5. Você identifica mudança acerca do seu comportamento na relação com o seu filho? Se houve, o que acha que foi importante para essa mudança?
6. Você identifica alguma mudança no comportamento dos seus filhos? Se houve o que acha que contribuiu para essa mudança?
7. Na sua percepção o Programa atendeu as suas expectativas e objetivos?
8. Qual a sua percepção sobre a oferta do Programa no formato on-line? Na sua percepção há diferença do grupo on-line ou se fosse presencial? Quais? Você teve alguns desafios/dificuldade para participar (tempo, interferência de alguém, tecnologia)? Teve facilidades para participar? Quais?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Educando sem violência: Avaliação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros

Pesquisador: ALINE CARDOSO SIQUEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 01903118.0.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.383.916

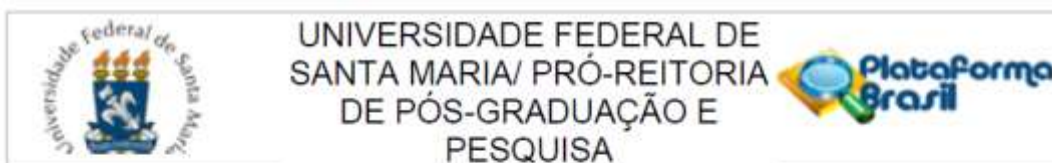
Apresentação do Projeto:

Trata-se de emenda ao projeto 'Educando sem violência: Avaliação do Programa ACT para Educar Crianças em Ambientes Seguros em cuidadores sociais' (CAAE 01903118.0.0000.5346). A emenda propõe o estudo "Adaptação, viabilidade e avaliação do Programa ECT na versão remota" e a inclusão de "outros 15 pais e/ou cuidadores de crianças de zero a oito anos. Para serem incluídos, os sujeitos devem ser: pai, mãe ou cuidador/familiar de crianças de zero a oito anos de idade, ser brasileiros e participar de pelo menos 70% dos encontros". Além disso, também são propostas a inserção de instrumentos de coleta de dados (entrevistas com os participantes e ficha de avaliação dos observadores) e alteração do cronograma.

Em suma, as mudanças são: "(1) elaboração do roteiro com as adaptações para a aplicação no ambiente virtual, (2) avaliação da proposta por juizes especialistas; (3) realização de modificações, alterações e correções necessárias, e; (4) integração dos resultados para desenvolvimento da versão final do programa. Também pretende-se realizar um estudo de viabilidade, com avaliação pré/pós teste, e de processo de implementação, para verificar a possibilidade da nova versão da intervenção ter resultados satisfatórios".

A justificativa apresentada se refere à necessidade de, no contexto da pandemia da Covid-19,

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.383.916.

adaptar as atividades desenvolvidas ao modo remoto/virtual.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo: avaliar a efetividade do programa ACT junto a pais de crianças pré-escolares de Santa Maria.

Objetivos secundários: - Comparar os estilos parentais dos pais antes e depois da intervenção; - Analisar a trajetória de vida dos pais, em especial, vivência de violência intrafamiliar e correlacionar com o estilo adotado;- Verificar presença e estabilidade de ganhos e dificuldades em crianças antes e depois da intervenção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios: adequados.

Os riscos estão descritos como: "Esse estudo pode ser considerado de risco mínimo tendo em vista que se trata de uma intervenção de prevenção universal da violência e não busca explorar vivências individuais. Contudo, caso seja observado desconforto decorrente da participação no estudo, tanto nas avaliações quanto nos encontros do programa, a equipe de pesquisa está preparada para suporte ao indivíduo e prestar um acolhimento das angústias surgidas. Para todos os participantes, será realizada uma devolução final de forma individual para que essas preocupações possam ser expostas. Por final, nos casos em que se constatar maior desconforto, os indivíduos irão ser encaminhados para auxílio psicológico na Clínica escola do Curso de Psicologia da UFSM."

Benefícios: "Os benefícios serão decorrentes da possibilidade de aprendizagem, debate e reflexões a partir da participação de um programa de treinamento parental de prevenção universal à violência de excelência, podendo repercutir em promoção do desenvolvimento saudável dos filhos".

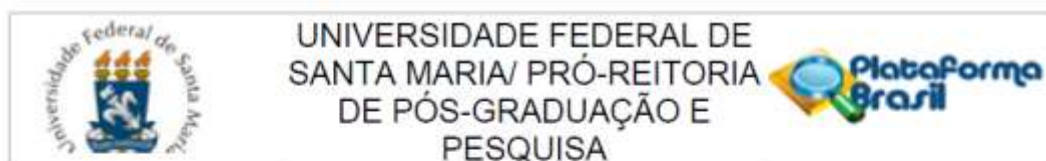
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

-

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A emenda apresenta dois novos termos de Consentimento Livre e Esclarecido (um para juízes especialistas/observador e o outro para pais e cuidadores), cronograma estendendo a pesquisa até

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.383.916

2022 (sem especificar os meses), Ficha de Avaliação dos Observadores e Roteiro de Entrevista: adequados às normativas pertinentes.

PROJETO ORIGINAL:

Termo de Autorização Institucional (Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo da UFSM), Termo de Confidencialidade: adequados.

Recomendações:

1- Nas duas versões dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, substituir a frase: "Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa". Por: "Os participantes têm garantia do direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa".

2- Caso o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido for enviado de forma online, é necessário incluir um texto prévio informando como a manifestação de aceite à participação acontecerá.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

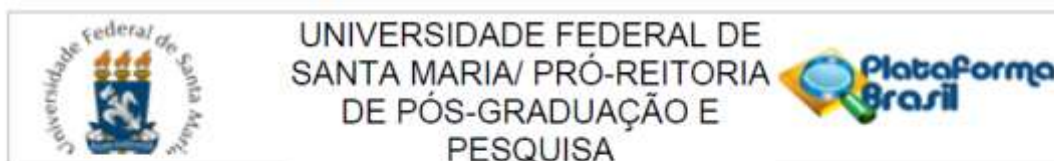
.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_1647597_E1.pdf	03/11/2020 21:46:40		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	formulariopendencias.doc	03/11/2020 21:44:18	Suane Pastoriza Faraj	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novoternopais.docx	03/11/2020 21:42:16	Suane Pastoriza Faraj	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	novotermoespecialistas.docx	03/11/2020 21:41:44	Suane Pastoriza Faraj	Aceito

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.383.916

Ausência	novotermoespecialistas.docx	03/11/2020 21:41:44	Suane Pastoriza Faraj	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	13/10/2020 20:12:29	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	emendasuane.pdf	13/10/2020 18:17:02	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	ficha.docx	13/10/2020 18:13:04	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	roteiro.docx	13/10/2020 18:12:31	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO novo.docx	26/10/2018 01:45:52	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	termoconf.JPG	26/10/2018 01:42:50	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	autori2.jpg	26/10/2018 01:42:26	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto2.pdf	26/10/2018 01:40:39	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Outros	projeto_60368.pdf	23/10/2018 18:10:37	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	proj.pdf	23/10/2018 18:09:54	ALINE CARDOSO SIQUEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 06 de Novembro de 2020

Assinado por:
CLAUDEMIR DE QUADROS
 (Coordenador(a))

Endereço: Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763
Bairro: Camobi **CEP:** 97.105-970
UF: RS **Município:** SANTA MARIA
Telefone: (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com